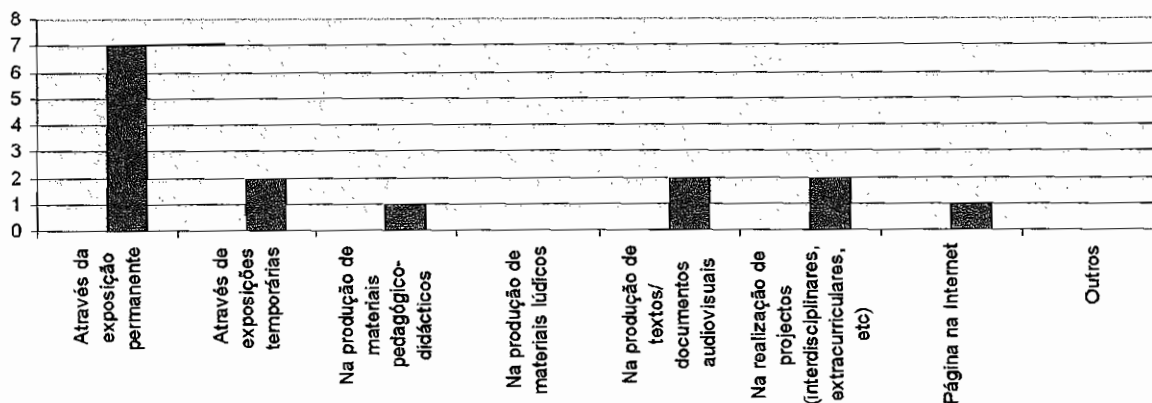
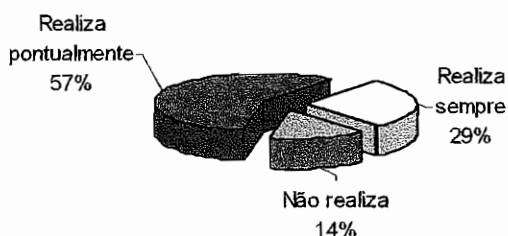


O quinto grupo de questões diz respeito ao funcionamento do Museu Escolar e na primeira questão aferimos como se processa a comunicação no museu, apresentando-se o quadro geral do seguinte modo:



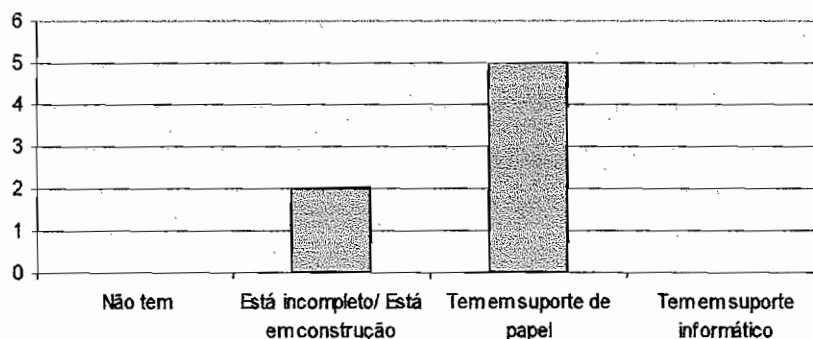
No que concerne à conservação, as respostas conduzem ao seguinte quadro geral:



As escolas que não aplicam a conservação apontam a ausência de conhecimentos mínimos sobre os procedimentos a desenvolver. As escolas que desenvolvem actividades de conservação dos bens materiais, fazem-no genericamente através do restauro, da limpeza e da desinfestação (química e física).

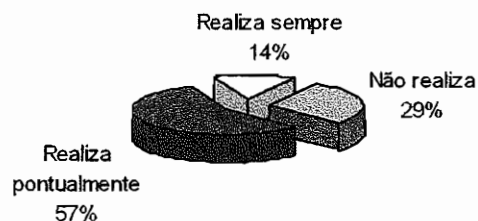
Quanto à preservação as escolas tentam minimizar os danos, através da protecção das vitrines, salientando-se o caso da Esc. Sec. Nuno Álvares, em Castelo Branco que controla os níveis de humidade e temperatura.

O processo de registo/ documentação do acervo na maioria das escolas apresenta-se do seguinte modo:



A maioria das escolas refere que tem intenção ou se encontra a desenvolver o processo de registo/ documentação em suporte informático.

Quanto ao processo de investigação/ pesquisa, o quadro geral apresenta-se do seguinte modo:



Os motivos apontados para que a investigação/ pesquisa seja feita pontualmente ou nunca prendem-se com falta de tempo no horário para essa finalidade e quando se enquadra no desenvolvimento de um projecto pontual.

A questão seguinte diz respeito ao estabelecimento de parcerias, à qual a maioria das escolas responderam que não têm protocolos de parceria, à excepção da Esc. Sec. De Sá de Miranda, em Braga, que tem uma parceria a funcionar com a Universidade do Minho, que acontece ocasionalmente quando a Universidade organiza exposições temporárias em espaços museológicos da cidade de Braga, recorrendo ao acervo da referida escola. A maioria das escolas que indica não ter desenvolvido parcerias, justifica o facto por nunca ter procurado, à excepção de uma escola que justifica não considerar importante.

Inquiridas as escolas sobre se têm apoios/ patrocínios, 57,1% refere que não tem e as restantes escolas que afirmam ter apoios/ patrocínios, indicam os seguintes: entidades e empresas locais, Universidades/Faculdades/Institutos e particulares. Estes apoios/ patrocínios distribuem-se equitativamente pelo apoio económico, logístico e material. Relativamente aos casos negativos justificam, de forma unânime, o facto de nunca terem procurado apoios/ patrocínios.

Na questão sobre apoios pedagógico/ científico, a maioria das escolas refere que não tem, à excepção da Esc. Sec. Sá de Miranda, em Braga, que indica ter apoio da parte de entidades nacionais, museus nacionais e de Universidade/Faculdade/Instituto e da Esc. Sec. De Jácome Ratton, em Tomar, que indica ter apoio da Universidade/Faculdade/Instituto. As escolas que indicam que não têm apoio, a maioria justifica o facto por nunca ter procurado ou nunca ter sentido necessidade para esse aspecto, salientando-se a Esc. Sec. De Camões, em Lisboa, que

indica não ter tido resposta às solicitações, assim como, *falta de “sensibilidade patrimonial” da maioria dos grupos disciplinares*¹⁶⁶.

No grupo de questões do ponto seis, pretendem-se conhecer as actividades que os museus escolares desejam desenvolver. Assim, na primeira questão pretende-se aferir as intenções em torno das quais se desenvolvem as actividades do museu. A maioria das escolas respondeu que as actividades do Museu Escolar estão centradas em projectos pedagógicos e quando solicitadas as actividades previstas/ planeadas a curto, médio e/ou longo prazo, descreveram as seguintes:

- registo/ documentação/ inventariação das colecções;
- informatização das colecções;
- gestão das colecções;
- exposições temporárias;
- visitas de estudo das escolas de diversos graus de ensino da zona onde a escola se insere.

As questões dos pontos sete, oito e nove são abertas e visam aferir sobre a justificação, necessidade para a existência deste tipo de museu na escola, assim como, apontar factores importantes para o seu funcionamento, do ponto de vista dos intervenientes directos neste tipo de projecto museológico. Relativamente à questão sete: *Museu Escolar – Para Quê?*, solicita-se que sejam apontados factores que justifiquem a existência do museu escolar na escola, obtendo-se o seguinte panorama de respostas:

- preservação do património escolar ou do acervo museológico;
- preservação de objectos/ documentos do património colectivo;
- divulgação da história da escola;
- importância e novidade do acervo;
- mostra a evolução do ensino/aprendizagem;
- é a «memória» da escola, mantendo-a viva;
- mostra a riqueza arqueológica de várias regiões do país;
- motiva os alunos para novas pesquisas;
- apoio científico-pedagógico.
- sensibiliza a comunidade escolar para a conservação do património local/escolar;
- prestigia a instituição escolar;
- permite utilizar o património de forma partilhada com a comunidade escolar actual;

¹⁶⁶ Reprodução da resposta dada pelo inquirido à questão 5.7.2 na alínea d).

- divulgação cultural do acervo/património junto da comunidade envolvente;
- a antiguidade.

Relativamente à questão oito: *Museu Escolar – Porquê?*, solicita-se que sejam apontados factores que justifiquem a necessidade do museu escolar na escola, obtendo-se o seguinte grupo de respostas:

- permite a observação da evolução da ciência e dos meios técnicos utilizados;
- permite que os alunos, comunidade escolar e população visualizem objectos antigos, em desuso e raras;
- ter ao dispôr material científico para enriquecer as aulas;
- permite a criação e fortalecimento de relações de identidade/ solidariedade da comunidade escolar com a Escola;
- perpetua laços estudante-escola, mesmo após a conclusão do percurso escolar;
- apoio/ reforço pedagógico-científico em contextos curriculares e extracurriculares e de âmbito interdisciplinar;
- permite manter viva a “memória” da escola;
- porque existem objectos/ documentos na escola que devem ser registados/conservados;
- porque é útil à comunidade escolar actual conhecer e usar a tradição e bens da escola;
- é justificada pela longevidade da Escola;
- existência de espólio e/ou instalações para o efeito – riqueza patrimonial;
- porque têm formação na área;
- porque foram doados objectos/documentos;
- pela importância institucional, social e histórica.

Na questão nove: *Museu Escolar – Como?*, solicita-se que sejam apontados factores que sejam necessários para o funcionamento do museu escolar na escola, tendo-se obtido o seguinte grupo de respostas:

- o máximo de apoios internos e externos;
- disponibilidade;
- espaço, nomeadamente, para a preservação e divulgação do acervo;
- motivação;
- organização;
- conservação;
- divulgação;

- recursos humanos capacitados científica e tecnicamente;
- recursos materiais de acordo com as exigências científico-pedagógicas;
- parcerias;
- existência de um responsável e funcionários próprios;
- apoios financeiros, materiais e outros.

Na questão dez, procuram-se aferir os factores necessários para a divulgação do Museu Escolar, obtendo-se o seguinte grupo de respostas:

- um “sponsor”;
- reconhecimento do Ministério da Educação da existência do museu;
- parcerias;
- colóquios;
- exposições;
- internet;
- empenho interno;
- reconhecimento dos públicos-alvo;
- disponibilidade e meios (imprensa escolar, local e regional, revistas, brochuras, desdobráveis e outros);
- tornar o Museu Escolar numa unidade museológica científica e tecnicamente exemplar;
- tornar o museu atractivo de modo a captar o interesse da comunidade;
- promover actividades e intercâmbios na escola e com outras instituições;
- apoio dos serviços centrais, da comunidade escolar e extra-escolar;
- que os responsáveis directos pelo museu tenham «voz» nos órgãos representativos e administrativos da escola.

Ainda neste grupo de questões, inquiriu-se sobre se consideram importante a promoção de um encontro nacional centrado neste tipo de museus, tendo as escolas respondido afirmativamente de forma quase unânime, assim como, se obteve o mesmo resultado na questão seguinte ao se inquirir sobre a importância de se constituir uma rede nacional de museus escolares, com excepção de uma escola (em ambas as questões), entendendo que

uma rede nacional de museus escolares iria tornar pesada e desnecessariamente complexa a burocracia organizacional de centenas de museus com contextos escolares e acervos completamente diferentes. Além do mais, poderia aumentar enormemente as despesas diárias

público sem que se vislumbre justificação de aumento de eficácia e operacionalidade!¹⁶⁷

O questionário termina com um espaço para que os questionados deixem o seu comentário se assim o desejassem. Importa dar destaque a dois desses comentários devido à sua pertinência para a finalidade deste trabalho.

A Escola Secundária Marquês de Pombal, em Lisboa refere que tem «em curso um projecto de inventariação, gestão e informatização de colecções museológicas em parceria com a Secretaria Geral e o IPM (Instituto Português dos Museus), para o qual a nossa Escola foi seleccionada a par de outras 3 escolas de Lisboa e que futuramente será alargado a todo o país».

A Escola Secundária da Amadora refere que «é fundamental que se crie a rede nacional de museus escolares mas antes deve pensar-se em lançar de forma rigorosa, o seu funcionamento», acrescentando mais adiante que deveria existir outro tipo de funcionamento «sem ser o que assenta no amadorismo e boa-vontade» através de apoios e formação exteriores à escola.

O segundo questionário, denominado «**Museu Escolar – Importância da sua existência**», foi aplicado ao grupo de escolas que é identificado no trabalho de Maria Paula Santos do seguinte modo: “sem¹⁶⁸ Museu/ Núcleo Museológico/ Sala de Exposições”, dividido em dois subgrupos: “sem¹⁶⁹ intenção a curto prazo e «com¹⁷⁰ intenção a curto prazo”. Este segundo questionário, com perguntas essencialmente abertas, pretende recolher dados que permita saber o que pensam as escolas e os representantes dos museus escolares sobre a importância e necessidades deste tipo de museologia.

Apresentamos a seguir a lista de escolas às quais enviamos o questionário e as que responderam ao mesmo.

¹⁶⁷ Texto transcrito de forma integral da página 11 do questionário da Escola Secundária Nuno Álvares, em Castelo Branco.

¹⁶⁸ O sublinhado é da autora Maria Paula Branco Marcelino SANTOS.

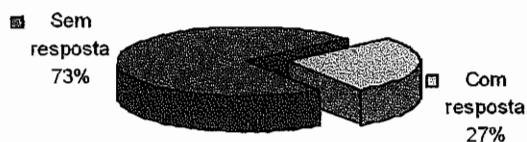
¹⁶⁹ Idem. *Ibidem*.

¹⁷⁰ Idem. *Ibidem*.

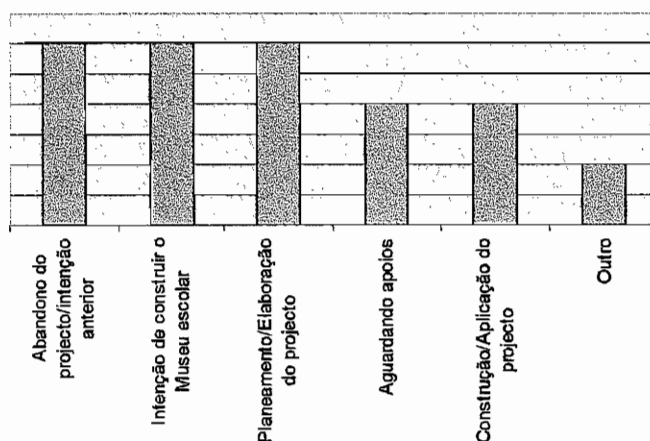
Nº	Lista de escolas onde foi aplicado o questionário «Museu Escolar – Importância da sua existência»	Respondeu
1	Escola Secundária de Barcelos Avenida João Paulo II, Apartado 166, 4750-304 Barcelos	X
2	Escola Secundária D. Maria II Rua 25 de Abril, 4710-295 Braga	-
3	Escola Agrícola Fermil de Basto Souto Grande, 4710- Molares	-
4	Escola Secundária de Vinhais Rua da Corujeira 22 , 5320-323 Vinhais	-
5	Escola Secundária João Gonçalves Zarco Avenida Villagarcia de Arosa, 4454-504 Matosinhos	X
6	Escola Secundária Aurélia de Sousa Rua Aurélia de Sousa, 4000-099 Porto	-
7	Escola Secundária Infante D. Henrique Largo Alexandre Sá Pinto, 4050-027 Porto	X
8	Escola Secundária Rainha Santa Isabel Rua António Carneiro 89, 4150-025 Porto	-
9	Escola Secundária Eça de Queirós Rua Dr. Leonardo Coimbra, 4490-621 Póvoa de Varzim	-
10	Escola Secundária Rocha Peixoto Praça Luís de Camões, 4490-441 Póvoa de Varzim	-
11	Escola Secundária Tomaz Pelayo Rua Prof. Dr. Fernando Augusto Pires de Lima, 4780-531 Santo Tirso	X
12	Escola Agrícola Conde S. Bento Largo Abade Pedrosa nº1, 4780-368 Santo Tirso	-
13	Escola Secundária José Régio Rua dos Benguiados (Alameda Afonso Betote), 4480-794 Vila do Conde	-
14	Escola Secundária de Monção Estrada dos Arcos, 5000-657 Monção	-
15	Escola Secundária de Monserrate Rua da Escola Industrial e Comercial – Monserrate, 4900-367 Viana do Castelo	-
16	Escola Secundária Pluricurricular de Santa Maria Maior Rua Manuel Friça Júnior, 4900-458 Viana do Castelo	X
17	Escola Secundária Camilo Castelo Branco Avenida Carvalho Araújo, 5000-657 Vila Real	X
18	Escola Secundária São Pedro Rua Morgado de Mateus, 5000-455 Vila Real	-
19	Escola Secundária Marques Castilho Largo António Breda, 3750-106 Águeda	X
20	Escola Secundária Gafanha da Nazaré Rua Dr. Joaquim António Vilão, 3830-686 Gafanha da Nazaré	-
21	Escola Secundária de Vagos Avenida Padre Alirio de Melo, 3840-404 Vagos	-
22	Escola Secundária Pedro Álvares Cabral Rua das Tulipas, 6250-46 Belmonte	-
23	Escola Secundária de Alcains Rua José Sanches Roque, 6005- Alcains	-
24	Escola Secundária/3ºCEB de Campos de Melo Rua Vasco da Gama, 40, 6201-016 Covilhã	X
25	Escola Secundária Pedro da Fonseca Avenida do Colégio nº26, 6150-401 Proença-a-Nova	-

26	Escola Secundária José Falcão Avenida D. Afonso Henriques, 3000- Coimbra	-
27	Escola Secundária de Penacova Rua das Escolas nº1, 3360-191 Penacova	-
28	Escola Secundária de Pinhel Avenida Carneiro de Gusmão, 6400-337 Pinhel	-
29	Escola Secundária Emídio Navarro Rua Mestre Teotónio Pedro Albuquerque, 3500-213 Viseu	-
30	Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro Rua Dr. Leonel Sotto Mayor, 2500-227 Caldas da Rainha	-
31	Escola Secundária São João do Estoril Praça Carreira, 2765-472 S. João do Estoril	-
32	Escola Secundária de Carcavelos Rua da Escola Secundária de Carcavelos, 2775-567 Carcavelos	X
33	Escola Secundária Afonso Domingues Rua Miguel de Oliveira (Quinta das Veigas – Marvila), 1900-765 Lisboa	X
34	Escola Secundária D. Luísa de Gusmão Rua Penha de França 193, 1199-030 Lisboa	-
35	Escola Secundária C / 3º Ciclo da Rainha D. Amélia (antiga Escola Secundária Ferreira Borges) Rua Jau (Alto de santo Amaro), 1300-002 Lisboa	-
36	Escola Secundária Josefa de Óbidos Rua Coronel Ribeiro Viana, 1350-089 Lisboa	-
37	Escola Secundária Padre António Vieira Rua Marquês de Soveral, 1700- Lisboa	X
38	Escola Secundária Passos Manuel Travessa do Convento de Jesus, 1200- Lisboa	-
39	Escola Secundária da Ramada Project. Estrada Nacional, 2675- Ramada	-
40	Escola Profissional Agrícola D. Dinis Rua Pedro Álvares Cabral – Paiã, 1679-003 Pontinha	-
41	Escola Secundária Amélia Rey Colaço Rua Manuel Ferreira – Alto de Santa Catarina, 2795-999 Linda-a-Velha	-
42	Escola Secundária de Sarrazola Avenida Dr. Brandão de Vasconcelos 355, 2705-182 Colares	-
43	Escola Secundária de Alcanena Avenida Marquês de Pombal (Apartado 58), 2380- Alcanena	-
44	Escola Secundária Dr. Ginestal Machado Praça Bento de Jesus Caraça, 2000-201 Santarém	-
45	Escola Secundária Emídio Navarro Rua Luís de Queiroz, 2800- Almada	-
46	Escola Secundária de Moura Avenida Poeta Joaquim Costa, 7860-108 Moura	X
47	Escola Secundária Dr. Manuel Candeias Gonçalves Horta dos reis, 7630- Odemira	X
48	Escola Secundária de Albufeira Rua das Escolas (Quinta da Palmeira), 8200-435 Guia- Albufeira	-
49	Escola Secundária Júlio Dantas Largo Egas Moniz, 8600- Lagos	-

As respostas obtidas pela aplicação do questionário «Museu Escolar – Importância da sua existência» foram as seguintes:



A primeira questão procura averiguar a situação actual da escola face a projectos museológicos, assim, o quadro geral apresenta-se do seguinte modo:



Relativamente à primeira hipótese de resposta *Abandono do projecto/intenção anterior*, os motivos que justificam esta escolha prendem-se essencialmente com a falta de espaço físico destinado ao Museu Escolar. Quanto à opção de resposta *Aguardando apoios*, a maioria das escolas referiu que aguarda apoios financeiros, logo seguidos de apoios científicos. No que respeita à última opção de resposta, é indicado que o projecto existe sob a forma de Núcleo Museológico da Escola e encontra-se inserido no espaço físico da Biblioteca da Escola.

A questão seguinte, *Museu Escolar – o quê?*, de carácter aberto, pretende averiguar quais os factores que possam **caracterizar** o Museu Escolar inserido na Escola, tendo-se obtido o seguinte leque de respostas:

- é composto por uma variedade de peças antigas;
- é sala de exposições temáticas;
- é espaço de mostra do espólio histórico da escola;
- espaço de preservação, valorização e disponibilização/exposição de máquinas/ferramentas/material didáctico e da memória da função educativa da escola;
- museu vivo que permite a aprendizagem em contexto real;

- memória colectiva/ vestígios da presença humana no concelho;
- local de estudo;
- preservação da memória da própria escola;
- é colecção de elementos do património recolhidos e tratados pelos alunos;
- exposição permanente de forma didáctica;
- reflecte o trabalho de campo e laboratório;
- valorização dos testemunhos materiais existentes na escola;
- em construção permanente pela Comunidade Escolar;
- espaço de intervenção curricular;
- espaço de opções metodológicas diversificadas;
- espaço de aprendizagem diferenciado da sala de aula;
- reforço da identidade da escola;
- espaço de estudo, pesquisa e laboratório, baseado num processo dinâmico entre o passado e o futuro;
- arquivo histórico e fundo documental – material pedagógico-didáctico.

A questão 3 *Museu Escolar – para quê?*, de carácter aberto, pretende averiguar os factores que justifiquem a **existência/ finalidade** do Museu Escolar na Escola, tendo-se obtido o seguinte leque de respostas:

- melhor conhecimento da história da Escola, por parte da comunidade educativa;
- existência de um património/espólio significativo;
- maior ligação à Escola de actuais e antigos alunos;
- desenvolvimento e reforço da identidade escolar;
- aproximação entre as várias gerações e da família à escola;
- preservar o espólio pedagógico-didáctico e audiovisual utilizado na escola e entretanto em desuso, enquanto memória da acção da escola no âmbito do ensino-aprendizagem;
- facilitar a compreensão da acção educativa da escola enquanto processo articulado/apoiado na evolução da tecnologia educativa;
- fazer do museu um recurso educativo;
- incentivar o gosto pela construção de uma memória colectiva;
- ensinar a recolher, conservar, contextualizar e a defender a memória (colectiva e histórica);
- fomentar a interdisciplinaridade;

- contribuir para a formação científica dos alunos;
- incentivo à realização de trabalhos que possam enriquecer o museu;
- conhecer a realidade do sistema educativo no devir temporal;
- centro de investigação;
- valorizar recursos existentes;
- afirmar a identidade patrimonial desta instituição;
- promover o enriquecimento cultural da comunidade de pertença reforçando esses laços.

A questão 4 *Museu Escolar – porquê?*, de carácter aberto, pretende averiguar os factores que justifiquem a **necessidade** do Museu Escolar na Escola, tendo-se obtido o seguinte leque de respostas:

- prevenir a vandalização do património;
- evitar a dispersão do património e/ou a apropriação indevida com dolo para a Instituição;
- divulgar a riqueza histórica existente;
- é necessário para todas as camadas etárias e sociais (alunos, professores, funcionários), aberto a toda a comunidade local;
- fortalecimento com o meio/comunidade educativa;
- preervação da memória/ história do Concelho;
- local de recolha de elementos históricos;
- forma de dar utilidade a diversos elementos que se encontram acumulados na Escola;
- ocasião de trabalho e aprendizagem diversa;
- aproximar o conceito de museu à escola;
- aproveitar recursos existentes nas escolas (bibliotecas, arquivos, laboratórios), por vezes obsoletos para o ensino actual mas passíveis de serem “transformados” em história;
- reflectir em conjunto sobre tudo aquilo que o homem vai pensando e concebendo – o legado cultural – lutando contra o saber fraccionado;
- antiguidade da escola;
- existência de espólio significativo da memória colectiva de toda a comunidade educativa;
- centro cultural da localidade;
- valorizar e preservar o espólio pedagógico-didáctico, facilitando a compreensão da acção educativa da escola;
- espaço que permite o desenvolvimento de competências cognitivas;

- motivo de aproximação da comunidade à escola.

A questão 5 *Museu Escolar – como?*, de carácter aberto, pretende averiguar os factores que necessários para o **funcionamento** do Museu Escolar na Escola, tendo-se obtido o seguinte leque de respostas:

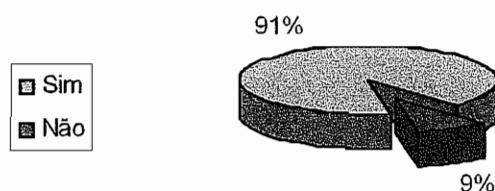
- espaço; (mais respondido)
- pessoal especializado;
- financiamento;
- pessoal disponível (professores e funcionários);
- assistência e acompanhamento técnico;
- sensibilidade dos membros da comunidade escolar para a valorização e preservação do espólio pedagógico-didáctico;
- recursos materiais específicos;
- recursos humanos disponíveis;
- responsável criativo e voluntário, com crédito horário;
- projecto definido e avaliação periódica;
- sensibilização da comunidade escolar para a utilização da memória colectiva no quotidiano do processo ensino-aprendizagem;
- participação activa dos alunos (voluntariado, projectos fomentados pelos professores das várias disciplinas, recolha/dádiva de materiais/objectos variados, etc);
- ligação entre as disciplinas e o espaço museológico;
- apoios técnico/científico.

A questão 6 *Museu Escolar – divulgação*, de carácter aberto, pretende averiguar os factores que são necessários para a **divulgação** do Museu Escolar, tendo-se obtido o seguinte leque de respostas:

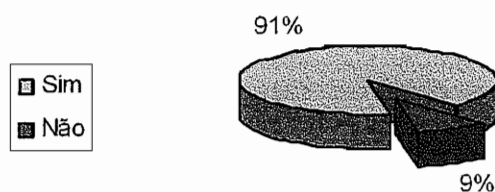
- ter publicação periódica específica;
- publicitar as iniciativas próprias, junto da comunidade mais próxima;
- integrar o museu escolar no circuito de museus regionais;
- ligação à rede de Museus e Bibliotecas;
- página Web;
- espaço próprio no jornal e rádio escolar;

- convidando outras escolas para participarem nas actividades desenvolvidas pelo museu escolar;
- vontade dos envolvidos;
- o museu numa escola não deve ocupar um espaço único, deve aparecer em todos os espaços visíveis e disponíveis, ligado a salas específicas, mediateca, sala de estudo, etc;
- existência de uma equipa de coordenação do projecto do museu escolar;
- apoio financeiro para elaboração do material;
- espaço próprio para divulgar junto da comunidade escolar as actividades desenvolvidas;
- envolver a comunidade escolar na sua construção, utilizando-o como recurso educativo;
- promover visitas guiadas junto da comunidade envolvente;
- executar cartazes, desdobráveis, brochuras sobre o museu escolar;
- organização de uma rede de informação a partir do Ministério da Educação ou do Gabinete do Património das Direcções Regionais de Educação;
- Imprensa local, regional.

Ainda dentro desta questão, inquiriu-se sobre a importância de promover um encontro nacional centrado nesta tipologia de museus, tendo-se obtido os seguintes resultados:



Inquiriu-se também sobre a importância de se constituir uma rede nacional de museus escolares, obtendo o mesmo quadro de respostas:



Solicitou-se que a resposta dada fosse justificada. Assim, as respostas negativas consideraram não ser uma preocupação básica das escolas, no momento presente.

Relativamente às respostas afirmativas obteve-se um leque variado de opiniões que a seguir descrevemos:

- permitiria conhecer melhor a realidade de cada escola e a história do ensino em Portugal, nomeadamente, se estiver relacionada com a história local;

- permitiria melhor organizar, valorizar e divulgar o património existente na escola;

- permitira a troca de opiniões e aprendizagens recíprocas, contextualizando melhor os espólios existentes;

- o intercâmbio de ideias e projectos é sempre enriquecedor; - várias escolas justificaram assim a sua resposta

- para além da partilha de projectos, poderia vir a possibilitar a existência de verbas próprias para esta vertente da museologia;

- permitiria a criação de cinergias conducentes à preservação do sistema educativo;

- apenas deste modo se pode promover o desenvolvimento permanente e a sua divulgação.

Por último solicitou-se aos inquiridos que registassem um último comentário sobre o tema do questionário, tendo-se obtido o seguinte leque de opiniões:

- é um tema pertinente, com valores do passado mas muito virado para o futuro;

- trata-se de um tema importantíssimo, pela actualidade e pela necessidade de preservar o espólio existente nas escolas e que se encontra em perigo de se perder;

- Museu Escolar – tomada de consciência da Escola para o legado cultural de si própria . testemunho da história, de transmissão do saber, das inovações técnicas e pedagógicas, da evolução dos modos de vida, da criação de experiências vividas;

- no passado, o tema justifica-se pela necessidade de preservação da memória da escola em contexto de processos evolutivos lentos, e no presente, reveste-se de maior acuidade face à vertiginosa evolução das tecnologias de informação e comunicação, criadora de contextos desvalorizadores das tecnologias do passado, quer distante, quer mesmo muito próximo;

- é um tema que merece uma atenção particular por parte do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura, já que, num país como o nosso, poderia motivar os jovens, pelo menos para o valor e a preservação do património.

3.2 As acções museológicas nas escolas portuguesas

Neste ponto do trabalho, centramos a nossa atenção numa reflexão crítica dos dados por nós recolhidos através dos questionários aplicados, complementada pela análise do trabalho de investigação de Maria Paula SANTOS e de bibliografia específica. Pretendemos, também, compreender o perfil dos museus escolares e das acções museológicas nas escolas portuguesas, assim como, anotar as políticas públicas de educação e cultura, das últimas duas décadas, que possam ou visem conduzir para a promoção da educação patrimonial e museológica nas escolas, concretamente, do nível secundário/3º ciclo.

Ao observar os dados recolhidos constatamos, sumariamente, que «a prática museológica em meio escolar em Portugal necessita urgentemente de atenção»¹⁷¹, onde um vasto número de professores, alunos e, por vezes, restante comunidade escolar, se encontram envolvidos em projectos que procuram preservar e divulgar o património que se apresenta tão diversificado e rico, quanto, por vezes, numeroso e espalhado nos espaços escolares. As escolas que procuram desenvolver projectos museológicos e patrimoniais vivem um clima de «extrema solidão e a terrível sensação de «remar contra a maré»¹⁷².

Do momento temporal em que ocorreu o trabalho de investigação da autora acima referida, até à aplicação dos questionários que este trabalho apresenta, pouco ou nada mudou na dinâmica museológica nas escolas portuguesas, nem ao nível das propostas políticas do governo central. Registamos a concretização de poucos projectos museológicos, exceptuando o caso (na altura embrionário) da Escola Secundária/3º CEB Campos Melo, na Covilhã, que inaugurou o Museu Educativo da ESCM em Dezembro de 2004, por altura do encerramento das comemorações do 120º aniversário da Escola. A maioria das escolas que responderam ao segundo questionário por nós aplicado, refere mesmo ter abandonado a ideia de desenvolver projectos museológicos na escola, logo seguidas pelas escolas que se ficam pelo planeamento *indefinido* do projecto ou mesmo remetendo para o plano das intenções o desenvolvimento de projectos museológicos.

Como se observa pelo registo dos dados recolhidos, descritos no ponto anterior, os principais factores que conduzem a este estado actual da museologia na escola, prendem-se, predominantemente, pela falta de espaço e de recursos humanos especializados e disponíveis para dinamizar, desenvolver e concretizar os projectos. A falta de recursos financeiros

¹⁷¹ SANTOS, Maria Paula Branco Marcelino. (2003). Os museus escolares nas escolas secundárias portuguesas. Tese de Dissertação de Mestrado em Museologia. Lisboa: ULHT (suporte electrónico)

¹⁷² Idem. *Ibidem*.

destinados a esse fim, é outro dos factores principais apontados para o não desenvolvimento ou para o encontro de dificuldades em aplicar os projectos museológicos nas escolas.

Estes factores, em conjunto com a aceitação *fácil* dos factos que limitam o desenvolvimento dos projectos, a ausência de conhecimentos museológicos e museográficos especializados, a indisponibilidade, por vezes, para encontrar alternativas (principalmente da parte dos órgãos directivos da escola), assim como, pela existência de outras prioridades na orgânica da Escola, levam a que o Museu Escolar seja comumente entendido como algo que é supérfluo e com pouca importância para o desenvolvimento dos alunos e da comunidade local.

O perfil dos museus escolares portugueses centra-se, principalmente, na gestão, salvaguarda e exposição de objectos/coleções tão diversos quanto ricos, enquadradas em temáticas diversificadas. Assim, observamos que o panorama temático distribui-se pelas ciências ditas exactas (física, química, ciências naturais, geologia, matemática), pela história natural, local e da escola propriamente dita, pelas disciplinas e cursos, principalmente, já desactivados, pelas actividades económicas da região, pelas novas tecnologias e pelas artes e ofícios.

As escolas apresentam geralmente acervos com temáticas muito específicas, na sua maioria constituídos através de herança própria mas também por doação (principalmente da comunidade local), cedência, aquisição e construção (trabalhos dos alunos). De facto é a riqueza documental que o acervo apresenta que levou muitas escolas e muitos professores a envolverem-se em projectos que procuram criar o Museu Escolar ou Museu da Escola, surgidos a partir tanto de vontades próprias quanto, em alguns casos, de propostas exteriores (museus da região e/ou relacionados com o âmbito do acervo).

A riqueza documental dos acervos existentes nas escolas (algumas das peças com elevado valor), levou ao surgimento da necessidade da sua salvaguarda, combatendo a sua perda e/ou destruição. Simultaneamente, o acervo é entendido como um factor que pode contribuir para uma maior humanização da escola, aproximando alunos, professores, funcionários e demais comunidade local, assim como, se encontram, nos dados recolhidos, o entendimento do Museu Escolar como um centro de aprendizagens paralelas, complementares e de apoio ao ensino curricular, podendo contribuir para o combate ao insucesso e exclusão escolar, e, através dos alunos, possibilita, ainda, estabelecer uma forte ligação da escola à comunidade local. Apesar deste entendimento, são poucas as referências ao uso dos objectos/documentos museológicos no processo de ensino-aprendizagem em contexto disciplinar. Geralmente, o trabalho com esse acervo que a escola alberga, ocorre em situação interdisciplinar ou em

actividades de carácter extra-curricular. Quando acontece, regularmente, as actividades estão relacionadas com procedimentos técnicos de inventariação, manutenção, catalogação ou conservação dos objectos/coleções.

Com as diversas reformas da educação que se assiste há vários anos, actualmente, do ponto de vista curricular, especialmente no Ensino Básico, foi criado o espaço e o tempo que possibilita desenvolver uma pedagogia de ensino que não siga o tradicional sentido explicativo (de direcção efeito - causa) mas a procura da relação da causa – efeito, a partir das evidências culturais, possibilitando ao aluno uma capacidade de aferição a partir de conceitos elaborados por ele individualmente e, conseqüentemente, uma melhor adequação de atitude face à realidade. A extinta Área-Escola permitia ter o espaço necessário mas é com a criação da Área Projecto que se disponibiliza espaço e tempo, assim como, metodologia de ensino-aprendizagem para que se desenvolvam teorias e pedagogias alternativas ou de complemento ao ensino tradicional, uma gestão flexível dos conteúdos escolares.

São os Clubes e as acções/actividades por eles desenvolvidas durante o ano lectivo que vão conferindo ao Museu Escolar um maior dinamismo ou, quando este não está instituído na orgânica da Escola, possibilitam que se faça uso do acervo patrimonial da Escola. São aquelas acções/actividades que em cada ano lectivo se aglutinam em torno de um tema, muitas vezes enquadrado nos temas dos programas curriculares, geram produtos e dos quais permite deprender um universo de informações e aprendizagens. Em alguns casos é mesmo reconhecida a importância da continuação da existência do Clube para a vitalidade do Museu e das acções museológicas ou, ainda, do acervo patrimonial que a Escola encerra.

As escolas que têm a sua origem nas escolas industriais, comerciais ou nos liceus, criadas a partir das duas últimas décadas do século XIX, são as que apresentam um espólio/acervo rico e diversificado, essencialmente relacionado com os cursos ministrados até à década de setenta do século XX. Este acervo apresenta trabalhos dos antigos alunos no âmbito disciplinar/curso, assim como, material didáctico/pedagógico e oficinas que documentam o ensino de então, com carácter tendencialmente técnico dirigido à maioria da população escolar.

Neste sentido, verifica-se que os museus escolares estão essencialmente centrados nos objectos, sendo o inventário, a actividade museológica que se primeiro procura desenvolver nas escolas, seguida da catalogação e adequada acomodação das peças para posterior exposição das mesmas. Na verdade, constata-se que a maior parte das actividades realizadas prendem-se com a inventariação do espólio, a sua cuidadosa arrecadação, esperando que um

dia existam condições que possibilitem a dinamização do projecto museológico, muitas vezes entendido à semelhança dos grandes museus.

Em algumas escolas, apesar de não existir um museu/núcleo museológico, regista-se uma preocupação permanente para a preservação e divulgação de bens patrimoniais existentes na escola ¹⁷³. Esta situação é conseguida através da colocação dos objectos materiais espalhados por diversos espaços da escola, de forma a fazer parte integrante do quotidiano escolar. Com inventário ou não, consideram pertinente que o espólio patrimonial esteja acessível para qualquer visualização, encontrando-se, por vezes, plenamente definidas no Plano Anual de Actividades da Escola, as actividades de actualização do inventário, de restauro e conservação dos bens materiais.

Em outras situações, verifica-se que os bens patrimoniais aguardam que o seu inventário e/ou catalogação (considerando-se serem actividades de duração longa) esteja concluído ou encontram-se em situação de espera para que determinadas salas deixem de funcionar para aulas ou outras actividades para que se possa activar o Museu. Neste sentido, está presente a premissa de um espaço fechado (sala/s) para que possa existir um Museu na escola.

O espaço é de facto, um factor apontado para a limitação da apresentação do acervo quando este é vasto, fazendo-se necessária a existência de espaço destinado às reservas. A solicitação de apoio à comunidade local é, por vezes, determinante para a superação das lacunas. No que respeita à acomodação do o acervo de forma adequada, a solução passa, em alguns casos, pela procura do espaço no exterior da escola, seja junto de museus locais e/ou de entidades locais (por exemplo, a Câmara Municipal). Esta situação torna-se mais facilitada, principalmente, quando a temática central do acervo gira em torno das actividades económicas locais e/ou história/património cultural local.

Outro dado importante recolhido prende-se com o facto de, em alguns casos, os projectos não avançarem não só devido à ausência de disponibilidade de tempo dos intervenientes e carências de recursos humanos especializados, financeiros e logísticos mas, também, à existência de espólio reduzido. A existência ou não de espólio é um dos aspectos determinantes para o entendimento do que é um museu e como este é concebido, pela quase totalidade dos intervenientes nos projectos museológicos nas escolas portuguesas que reponderam aos questionários aplicados.

Assistimos ao aparecimento de projecto museológicos nas escolas portuguesas desde os finais do século XIX, com baixos registos na primeira metade do século XX, alguns registos nas décadas de sessenta e oitenta do mesmo século e um pico elevado na década de noventa,

¹⁷³ Idem. *Ibidem*.

onde se situa a maioria das escolas que responderam ao nosso questionário. No início do século XXI voltamos a registar um clima morno na criação de novos projectos museológicos. Esta aparência oscilatória na criação de projectos de museus escolares, está intimamente relacionada com as mudanças da sociedade portuguesa mas, principalmente, com agitações transformadoras no panorama museal e educacional. Como vimos anteriormente, o final do século XIX é o período de ouro para a criação de museus e expansão da escola pública. Educação e museologia têm sido dois campos interdependentes, decorrentes das revoluções ocorridas na sociedade ocidental do século XVIII que se aproximam mais ou menos consoante as tendências teórico-práticas dos pensamentos pedagógico e museológico e, principalmente, das vontades políticas e institucionais.

No caso concreto de Portugal, o último quartel do século XX é marcado pela revolução de 1974 que permite o restabelecimento da democracia no nosso país, após longas décadas de fascismo, agitando a *calma* organizativa que imperava nas escolas portuguesas.

(...) a muitas peças foram então atribuídas conotações politicamente indesejáveis, e os sótãos e outros lugares das escolas passaram a constituir arrecadações ou armazéns de “tralha” onde, geralmente sem as mínimas condições adequadas a uma reserva, “o trigo e o joio” do património escolar em conjunto apodreciam.¹⁷⁴

A partir da análise dos dados do trabalho de investigação de Maria Paula SANTOS, verificamos que, quando os (professores) dinamizadores dos projectos museológicos nas escolas participam em acções de formação na área da museologia, aqueles apresentam um maior dinamismo, procurando soluções alternativas para trabalhar a partir do património na escola, aglutinando vários elementos da comunidade escolar e local, em torno de objectivos comuns, sem se limitar à necessidade de espelhar os grandes museus para que essa museologia escolar seja *válida*. Deste modo, a concepção de museu não fica limitada ao *tradicional* conceito mas conseguem-se ver acções que rasgam a *nova* museologia.

É de facto, ao grupo dos professores que se deve atribuir a *responsabilidade* de tomar a iniciativa ideológica do Museu Escolar. Poucas vezes se regista a formação de um grupo multidisciplinar, registando-se, na maioria dos casos, o envolvimento de professores que estão relacionados com o âmbito temático e científico do espólio patrimonial que a escola encerra.

¹⁷⁴ Idem. *Ibidem*.

Muitas vezes, a iniciativa do projecto deve-se a um acto individual, alargado à participação e intervenção de outros elementos numa fase posterior. Em muitos casos, verifica-se, também, que a iniciativa do projecto se deve ao órgão directivo da escola, confrontado perante um conjunto de objectos herdados ou doados à instituição e que carecem de atenção ou quando é solicitado para que intervenha na preservação do património gerado pelas escolas.

Referimo-nos particularmente, neste último caso, aquando da criação do extinto Instituto Histórico da Educação¹⁷⁵ que se propunha criar as condições necessárias para a criação de um arquivo histórico do Ministério da Educação, articulado com um centro de estudos em história da educação, um museu/rede de museus da educação e uma biblioteca¹⁷⁶. O IHE tinha um prazo de dois anos para apresentar o seu projecto de organização e funcionamento e estava destinado a preservar e valorizar um património documental, museológico e arquitectónico, considerado em risco em muitas escolas básicas e secundárias, cujo património do sistema educativo nunca tinha sido alvo de um plano global de tratamento e conservação. Perante a ineficácia prática deste organismo que *exigia* a adopção da figura jurídica de “instituto público” e, simultaneamente, um grau elevado de flexibilidade e autonomia institucional, o panorama deste património voltou a ficar ao sabor das vontades e capacidades das escolas portuguesas.

Assistimos a um crescente interesse pela história e memória da escola, em conjunto com os seus “traços materiais que corporizam a evolução das instituições educativas e convocam as recordações de professores, alunos e comunidade em geral relativamente às suas experiências profissionais e escolares”¹⁷⁷. Reconhecendo a importância desta temática e a sua potencialidade para a investigação em educação e para a renovação do ensino, nota-se que este interesse tem dado os seus frutos, nomeadamente:

- na região do Centro, onde foi criado o Grupo do Património Escolar a funcionar dentro da estrutura da Direcção Regional de Educação do Centro, desde 1997. Este projecto surgiu na sequência da iniciativa a nível nacional, em 1988, da Secretaria Geral do Ministério da Educação que visava a recuperação do património documental das escolas com mais de trinta anos e que foi interrompido em 1991. Este Grupo tem desenvolvido uma extensa actividade de investigação, organização, divulgação e apoio em torno da temática do património escolar;

¹⁷⁵ *Idem. Ibidem.*

Refere que a criação do IHE foi consignado pelo Decreto-Lei nº 206/98, de 13 de Julho, publicado em DR-I Série A, nº159. Foi extinto pelo nº2 do artigo 2º da Lei nº16-A/2002, de 31 de Maio, passando as suas funções para a Secretaria-Geral do Ministério da Educação

¹⁷⁶ *Idem. Ibidem.*

¹⁷⁷ *Jornal Fonte Nova. Bissemanário da Região de Portalegre, Edição nº1347, 01 Abril 2006. Retirado em Abril de 2006 da World Wide Web: www.jornalfontenova.com*

- na região do Ribatejo, onde foi criado a Rede de Investigadores em História e Museologia da Infância e Educação – RIHMIE, a funcionar dentro da Escola Superior de Santarém e que reúne vários núcleos aderentes, entre os quais se destacam Museus Escolares e Pedagógicos, Núcleos Museológicos de escolas secundárias, Clubes do Património Escolar e Projectos neste campo disciplinar, para além de um elevado número de investigadores portugueses, espanhóis e brasileiros. Desenvolve diversas actividades que visam “revivificar um segmento significativo do passado comum e integrá-lo no âmbito do desenvolvimento local comunitário”¹⁷⁸

- na região do Alto Alentejo, onde foi criado o projecto Rede de Museus Escolares de Portalegre – REMEP que reúne uma série de entidades e instituições: escolas do ensino básico e secundário Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico e Câmara Municipal de Portalegre e Direcção Regional de Educação do Alentejo. Este projecto tem-se pautado pelo importante trabalho, em torno desta temática, que tem sido desenvolvido nas escolas para a consolidação da relação da escola com os públicos escolares e com a comunidade, assim como, do desenvolvimento de actividades diversas, nomeadamente, encontros que visam divulgar as produções teóricas, os trabalhos e as investigações desenvolvidas.

De facto, é a nível local que se tem registado o desenvolvimento de actividades ou apoios a iniciativas que visem promover e estimular o conhecimento do património em âmbito escolar, registando-se actividades esporádicas, até agora inconsequentes, promovidas pelo poder central, ocorridas ao sabor das reformas e dos governos, principalmente, no que à educação diz respeito, considerada como um sector social em constante crise, principalmente desde a Revolução de 74, tendo-se passado de um sentimento de «crise de problemas» para o de “crise de soluções”¹⁷⁹.

No que concerne aos dados por nós recolhidos através dos questionários, verifica-se que a maioria das escolas que respondeu àquele não tem procurado apoio para a concretização do seu projecto museológico ou quando o faz, tarde ou nunca obtém resposta às suas solicitações (como é o caso da Escola Secundária de Camões, em Lisboa). Deduzimos que, geralmente, a escola fecha-se no seu *casulo*, procurando ultrapassar as lacunas e/ou dificuldades de acordo com as suas possibilidades, decorrendo, muitas vezes, do descrédito na obtenção de resposta

¹⁷⁸ VIDIGAL, Luís. Jornal JN. Retirado em Novembro de 2004 da World Wide Web: <http://jn2.sapo.pt>

¹⁷⁹ Termos adoptados por BARROSO, João. (2003). “Organização e regulação dos ensinos básico e secundário em Portugal: sentidos de uma evolução” in Revista Educação & Sociedade, vol.24, nº82. Campinas.



exterior às suas solicitações, principalmente quando se sente que a comunidade local não se encontra desperta para o tema do património e da museologia na escola.

Na sociedade portuguesa, porém, assistimos a uma transformação deste último sentimento, em que as populações saem em defesa dos enraizamentos locais, crescentemente motivadas e consciencializadas para a importância do património que as identifica, perante uma sociedade que tende para a globalidade e *uniformização*, que reconverte universos culturais, assim como, a crescente mobilidade de pessoas que buscam trabalho e melhores condições de vida fora do seu país, acompanhadas das características da sua cultura de origem. Entendida a preservação do património como uma atitude necessária para que a memória colectiva, a história e a identidade nacional se mantenha singulares, cada vez mais se desenvolvem políticas de âmbito cultural.

Face ao crescente interesse pelo património em Portugal, os Ministério da Educação e da Cultura, no âmbito do XV Governo Constitucional, elaborou o Despacho Conjunto nº1062/2003 de 27 de Novembro, publicado no DR-II série, no qual reitera o princípio de que “só mulheres e homens cultos, capazes de compreensão e conhecimento crítico da realidade, podem exercer plena e responsabilmente os seus direitos e a sua cidadania”¹⁸⁰, referindo na lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural que entende como património “não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa”¹⁸¹. Assim neste sentido, ambos os Ministérios privilegiam a valorização da identidade cultural e afirmam como sendo essencial o papel da escola e toda a comunidade educativa na perseguição daquela finalidade. Entenderam, naquele momento, existir a necessidade de se elaborar um “roteiro de museus e sítios, apoiar a presença de docentes nos serviços educativos dos museus e fomentar as acções de formação de docentes na área da arte e do património edificado enquanto elementos chave de actividades a desenvolver nos domínios curricular e extra-curricular”¹⁸². Assim, foi criado um grupo de trabalho que num prazo de 90 dias, estudaria as acções a desenvolver no âmbito da formação de professores, sensibilização dos alunos para as diferentes realidades do património cultural português, especialmente a museológica, do estreitamento entre as escolas e os sítios e monumentos, assim como, do reforço da componente educativa das estruturas culturais.

¹⁸⁰ Despacho conjunto nº 1062/2003, de 31 de Outubro – DR-SÉRIE II de 27 de Novembro

¹⁸¹ *Idem. Ibidem.*

¹⁸² *Idem. Ibidem.*

Em Abril de 2004 é publicado o relatório do grupo de trabalho acima referido, definindo os eixos prioritários de intervenção e as propostas de acção. Importa aqui registar a contribuição das propostas de acção para o desenvolvimento das acções museológicas nas escolas portuguesas. Neste documento foi proposta a realização do programa “A Escola e o Museu”, consistindo num concurso escolar com o objectivo de estabelecer parcerias entre as escolas e as entidades que tutelam o património, proporcionando aos alunos experiências interpretativas diversificadas no âmbito do estudo do património e da criação contemporânea, trocas de informação e de recursos que sirvam de motivação ao conhecimento, apropriação e reinterpretação criativa de motivos do património museológico nacional. Este concurso tomou o nome de “A minha Escola adopta um Museu”, inicialmente previsto para ser lançado no início do ano lectivo de 2004/2005, só no início do ano lectivo seguinte foi de facto lançado e enviado às escolas o regulamento com as condições de participação. Este concurso envolve em colaboração as escolas com os museus da Instituto Português dos Museus e que integram a Rede Portuguesa de Museus - RPM, num total de 114 museus. Procurou-se com este concurso que os trabalhos resultantes (a partir de um testemunho ou conjunto de testemunhos que integrem o acervo de um museu da RPM da área geográfica da escola promotora, através do texto, das artes plásticas ou do video) tenham reflexos positivos ao nível das aprendizagens escolares em contexto disciplinar ou interdisciplinar.

Esta iniciativa pode não ajudar a superar as lacunas e/ou dificuldades que os museus escolares têm no quotidiano mas incentiva professores e alunos a reflectirem e a fazerem uso dos recursos patrimoniais em contexto de aprendizagem *formal*. Compreendemos cada vez melhor que a educação patrimonial e museológica permite desenvolver um ensino centrado no objecto cultural, no concreto, facultando desenvolver nas crianças e jovens as bases estruturais da sua personalidade, numa garantia do equilíbrio da sua identidade cultural, identificando não só os traços colectivos e culturais que herdaram mas também, possibilitando o meio de estabelecer um bom relacionamento com o presente e uma perspectiva do futuro.

Registamos que a maioria dos Museus Escolares em Portugal se encontram em fase de inventariação e/ou catalogação das colecções ou ainda, reinvenção do projecto, à espera de definirem as melhores formas de actuação. Esta lentidão é assumida, maioritariamente, sem carácter dramático, de acordo com as limitações de disponibilidade dos elementos da comunidade escolar que se envolvem no projecto museológico.

Sendo essencialmente uma museologia de colecções, carece de muita atenção, a vários níveis, por parte de entidades locais e nacionais com responsabilidades no âmbito da

educação, museologia e cultura. Os museus escolares das escolas secundárias/3º ciclo portuguesas, reflectem uma museologia essencialmente pobre, carente de recursos financeiros e saberes sofisticados, assim como, processos museológicos, geralmente, intermitentes mas é, também, expressão do voluntariado e da criatividade dos seus intervenientes, mesmo que se possam verificar marcas de ideologias e paradigmas desfasados perante a contemporaneidade da teoria e prática (desejada) educacional e museológica. A análise dos dados apresentados indica que são instituições que têm como referencial o coleccionismo, a compartimentalização das disciplinas e a aplicação das acções museológicas de forma descontextualizadas e mecânicas. O património cultural dos alunos e da comunidade está fora do processo e não fazem parte da proposta pedagógica, no quotidiano das escolas.

Os quadros seguintes resumem as características deste tipo de museus nas escolas do nosso país e são formulados a partir das questões/respostas dos questionários.

Questões/Temas	Características Gerais
Projecto inicial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Surge, maioritariamente, na década de noventa do século XX; ▪ Os Professores, de diversas áreas científicas, são os impulsionadores/autores/responsáveis do projecto; ▪ O projecto surge devido à herança/doação de objectos e à recolha e criação de colecções de objectos/documentos; ▪ A temática dos objectos/colecções distribui-se pelos bens didáctico-pedagógicos da escolarização ao longo dos tempos até a colecções de âmbito disciplinar, passando por objectos/colecções de um particular.
Missão	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definida pela maioria das escolas, pelos Professores e/ou Conselho Executivo, está relacionada com a memória da escola, com a salvaguarda, preservação e divulgação (exposição) do acervo junto da comunidade escolar e local; ▪ A comunidade tem conhecimento da Missão predefinida mas esta não integra o Projecto Educativo da Escola, nem o Projecto Curricular de Escola; ▪ A maioria das escolas tem o programa/projecto museológico definido mas não está disponível para consulta.

Gestão		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Modelo de gestão partilhada, entre os Professores e/ou Conselho Executivo, os demais actores sociais estão excluídos; ▪ A coordenação é, maioritariamente, da responsabilidade dos Professores ou em conjunto com o Conselho Executivo.
Orgânica		Com sectores definidos, distribuindo-se pela maior atenção dada à Preservação, à Conservação e ao Registo/Arquivo/Documentação, seguida da Investigação/Pesquisa e, por último, da Administração/Coordenação e Comunicação/Programação visual.
Recursos		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Carência de recursos humanos: indisponibilidade de horários dos professores e/ou alunos, assim como, falta de conhecimentos museológicos - científicos e técnicos; ▪ Carência de recursos materiais, principalmente, recursos económicos.
Acervo		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Todas possuem objectos/colecções que formam o acervo; ▪ Distribui-se por diversas temáticas: zoologia, geologia, ciências naturais, física e química, material pedagógico-didáctico, trabalhos escolares, história da escola e artes visuais/tecnológicas; ▪ A exposição permanente é a forma de divulgação dos acervo, localizada no átrio da escola ou em salas destinadas a esse fim.
Processo Museológico	Pesquisa	Realizam pontualmente acções de pesquisa/investigação, quando se insere num projecto interdisciplinar ou devido à falta de tempo dos professores/alunos.
	Preservação	Atribuem-lhe um carácter conservativo e é realizada através da protecção dos objectos/documentos em vitrines;
		Conservação
	Registo/ Documentação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Resume-se ao inventário do acervo, na maioria em suporte de papel, encontrando-se incompleto ou em construção.

	Comunicação	É feita principalmente através da exposição permanente e, pontualmente, através de exposições temporárias, produção de textos/documentos audiovisuais e na realização de projectos interdisciplinares e/ou extracurriculares.
Parcerias/Apoios		Não têm na sua maioria protocolos de parceria estabelecidos, justificando-se por nunca terem procurado, acontecendo a mesma situação no referente a apoios e/ou parcerias.
Actividades		Centram-se no registo, documentação, inventariação, informatização, organização e exposição do acervo e acompanhamento de visitas de estudo de escolas do meio local.

Concepção teórica-prática do Museu Escolar	
Para quê?	<p>O Museu Escolar destina-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - à divulgação (mostra), ao arquivo e à preservação do património escolar/acervo museológico “antigo”, considerado como património colectivo; - a ser um modelo que confere prestígio à instituição escolar, assim como, mantém a memória da escola viva, reforçando a sua identidade; - a motivar os alunos para novas pesquisas, permitindo a aprendizagem a partir do contexto real mas na prática não se observa esta articulação; - servir de apoio científico-pedagógico, um espaço de aprendizagem diferenciado da sala de aula, com opções metodológicas diversificadas, entre estas, a interdisciplinaridade e a pesquisa/investigação que também fica no plano teórico; - reforçar as relações entre os actuais e os antigos alunos da escola, reforçando a identidade escolar e aproximando várias gerações; - a divulgar o património cultural junto da comunidade envolvente, através da exposição, dando a conhecer e sensibilizando-a para a sua conservação, e, paralelamente, aproximando, também, a família à escola.

<p><i>Porquê?</i></p>	<p>O Museu Escolar é necessário por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - existirem, na escola, objectos/documentos antigos, em desuso e raros e que, para além de deverem ser registados e conservados, podem vir a ser um apoio/reforço pedagógico-científico tanto em contextos curriculares, como em extracurriculares e interdisciplinar; - permitir desenvolver competências cognitivas e comportamentais; - por ser útil que a comunidade conheça e use a tradição e os bens da escola, mantendo viva a memória dela, assim como, fortalecer a relação escola-comunidade; - ser um modelo que é importante tanto institucionalmente, como social e historicamente; - permitir a manutenção de laços afectivos entre a escola e os alunos após o término do seu percurso escolar.
<p><i>Como?</i></p>	<p>O Museu Escolar funciona/existe com:</p> <ul style="list-style-type: none"> - voluntariado e empenho do(s) sujeito(s) envolvidos no projecto; - a disponibilidade de recursos humanos motivados, disponíveis e capacitados científica e tecnicamente; - a disponibilidade de recursos financeiros, materiais e logísticos que respondam às exigências científico-pedagógicas e à preservação e divulgação do acervo; - o estabelecimento de parcerias e intercâmbios com outras instituições; - a capacidade de ser atractivo de modo a captar o interesse da comunidade envolvente e estar capacitado científica e tecnicamente do ponto de vista museológico; - a capacidade de sensibilizar a comunidade escolar para a utilização do acervo no quotidiano do processo de ensino-aprendizagem, assim como, da participação activa dos elementos da comunidade; - capacidades de integrar o seu projecto com o projecto educativo e curricular da Escola.

Capítulo 4 – O Museu Escolar e a acção museológica: propostas para a operacionalização

*advoguei a fusão da escola e do Museu,
para que ambos deixassem de ser coisas mortas*¹⁸³

Iniciamos o nosso trabalho de investigação, situando o nosso objecto de estudo no panorama teórico, na contemporaneidade, explorando conceitos relativos à museologia, à educação, assim como, à acção educativa nas instituições museu e escola. Deste modo, compreendemos o contexto histórico da relação Museu-Educação, a contribuição das acções museológicas para a educação, em geral, e para o processo de ensino-aprendizagem, em particular, e explorámos o sentido da contribuição do património cultural para a relação museu-escola-comunidade, pondo o foco no ser humano e nas comunidades humanas e não no objecto/coleção. Seguidamente, apresentámos a forma como as acções museológicas estão a ser aplicadas nos museus escolares em Portugal, nas escolas secundárias/ 3º ciclo, e procurámos traçar um perfil dos museus escolares no nosso país.

Neste sentido, terminamos a nossa investigação, com o presente capítulo onde apontamos direcções para que a concepção do Museu Escolar e das acções museológicas, no espaço escolar, possam promover e capacitar alunos e demais comunidade educativa para o desenvolvimento do conhecimento, da socialização e da responsabilidade individual e colectiva, tanto em relação à memória e ao passado, quanto ao presente e ao futuro, numa efectivação do exercício de cidadania. Não pretendemos, como afirmámos anteriormente, constituir um manual que regre as acções museológicas nas escolas, pois, entendemos que cada projecto museológico a desenvolver no espaço escolar implica a necessária redução ao contexto e necessidade local. Recordamos que objectivamos contribuir para a discussão, reflexão e desenvolvimento de projectos patrimoniais e museológicos, em torno da operacionalização de uma museologia numa escola que se quer criativa, construtiva, dialógica, inclusiva e multicultural. As reflexões e direcções que apontamos durante este capítulo, mostram uma concepção de Museu Escolar diferente da que existe na realidade actual, onde se dissocia a prática museológica do processo educativo.

¹⁸³ SILVA, Agostinho da. “Carta enviada pelo professor Agostinho da Silva à Presidente da Associação Portuguesa de Museologia” in AA.VV. (1987). *A Escola vai ao Museu*. Actas do Colóquio organizado pela APOM. Lisboa: Associação Portuguesa de Museologia (APOM)

São várias as vozes que no panorama museológico, desde a criação moderna da instituição Museu, vêm defendendo como sua função principal, a de educar. É do senso comum que a finalidade da Escola é também educar. Temos assim duas instituições da sociedade moderna que apresentam a mesma finalidade mas apresentam formas e meios de operacionalização diferentes e que, durante a sua história, só pontualmente e localmente se assiste a uma convergência operacional nesta vocação comum. Não se pretende que uma anule a outra, em prol da finalidade comum mas que se reinventem formas de perseguir essa mesma finalidade, através de acções participativas, dialogantes e construtivistas.

4.1 A concepção de museologia e museu a adoptar

O nosso entendimento de museologia não passa pela centralidade do discurso do conservador, muitas vezes concentrado no estudo do objecto por si só, descontextualizado e órfão do enquadramento histórico-social mas uma museologia com raízes e direcções que focalizam a função social e educativa, privilegia o entendimento da relação ser humano/sujeito e bem cultural/objecto, num espaço/cenário designado por museu, através de acções participativas e dialógicas.

Inserido num plano pedagógico-didáctico, o museu escolar e as acções museológicas assumem um papel privilegiado na convergência para o entendimento e apropriação do conhecimento, a partir da cultura local. Assim, sentimos que a Escola, através do fazer científico e da apropriação do conhecimento, se apresenta comprometida com o desenvolvimento social e com a transformação, contribuindo para um novo aprender a fazer, ser e estar, pressupostos de uma sociedade em crescimento e em constante mutação. Na certeza de que “os museus e as práticas museológicas estão em relação com as demais práticas sociais globais, sendo, portanto, o resultado das relações humanas, em cada momento histórico”¹⁸⁴, permite-nos compreender que o fazer museológico está em constante processo de construção, sendo o resultado de um mundo que está também em constante transformação.

¹⁸⁴ SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. (1999). “Estratégias Museais e Patrimoniais Contribuindo para a Qualidade de Vida dos Cidadãos: diversas formas de musealização” in Ciências & Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, nº 27, Janeiro-Junho de 2000. Porto Alegre. P. 103-120

Aprender é cada vez mais sinónimo de participação activa do aprendente, em interacção com o ambiente envolvente e com o educador. O museu e as acções museológicas desenvolvidas, neste caso concreto, no espaço escolar, permitem que o aprendente não se centre na palavra escrita mas sim se envolva na participação activa da construção do conhecimento, através da interacção com os objectos, tal como defendem os pedagogos de olhar construtivista e progressista, anteriormente identificados no nosso trabalho.

A consciência da transformação num constante devir, é uma característica da contemporaneidade e requer uma acção participativa pelos diversos actores sociais. A museologia, reflexo desta contemporaneidade, deve ser aplicada na relação com o homem, criador e transformador da cultura. Neste sentido, a instituição museológica não é um produto acabado mas o resultado das acções humanas (na prática social) que o estão construindo/reconstruindo a cada instante. Este pensamento decorre das transformações ocorridas, concretamente no plano teórico-prático museológico, dos anos setenta, onde se reconhece que o homem é, simultaneamente, o produto e o criador da sua sociedade e cultura. Dá-se uma passagem do entendimento do sujeito passivo e contemplativo para o sujeito que age e transforma a realidade, e o mundo é, assim, o espelho dessas múltiplas formas de agir e transformar.

Neste contexto, o museu e as acções museológicas na escola, podem assumir um papel importante no campo dos recursos educativos, contribuindo para a abertura de espírito e diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento, assim como, de intervenientes de níveis etários diversos, segundo um processo dinâmico e participativo. Assente num caminho de experimentações que busca a aproximação entre os objectos interpretados e os olhares interpretante, consideramos o desenvolvimento de uma pedagogia museológica que está

direccionada para a educação da memória a partir das referências patrimoniais que, por um lado, busca amparar do ponto de vista técnico os procedimentos museológicos e, por outro lado, procura ampliar as perspectivas de acessibilidade e problematizar as noções de pertencimento¹⁸⁵.

Considerada como uma disciplina aplicada, do campo das ciências sociais e humanas, a Museologia aparece-nos, neste contexto dos museus escolares, vocacionada para valorizar a importância cultural, social e educativa dos processos museológicos, desdobrados a partir da

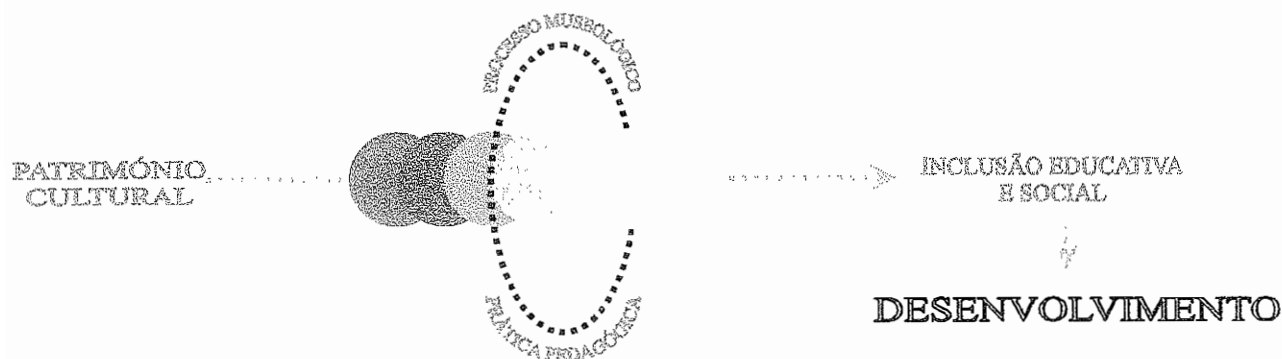
¹⁸⁵ BRUNO, Cristina. (2006). Museus e Pedagogia Museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. (suporte electrónico)

dinâmica interdisciplinar, permitindo novas percepções e interpretações da produção do conhecimento e do fazer cultural. No seu campo de actuação indica directrizes para a (re)significação dos bens culturais, assim como, estabelece parâmetros relativos à educação para o património.

Deste modo, entendemos a Museologia como uma ciência em processo, ou seja, em permanente construção, procurando ajustar o fazer museológico aos condicionalismos das realidades emergentes, numa dinâmica inter-relacional cognitiva e afectiva com os sujeitos envolvidos no processo de musealização e os referenciais patrimoniais. No seu campo de actuação procura delinear directrizes para a re-significação dos bens culturais e estabelecer parâmetros relativos à educação para o património. A musealização surge, então, a partir da prática social, numa acção educativa e de participação, através das acções de pesquisa, preservação e comunicação (SANTOS, 1996). Enquadramos esta explicitação no campo do movimento para a *nova museologia*, defensora da sua vertente social e educativa, da interacção com a comunidade e centrada no facto museal (fazer quotidiano do ser humano, mediatizado pelo mundo), como seu objecto de estudo, seleccionando, tratando e comunicando os indicadores de memória, projectando-os no campo da herança cultural e patrimonial, conduzindo ao exercício da cidadania e ao desenvolvimento social.

O museu enquadrado na concepção de museologia dialógica e em processo é planeado para a inclusão social e educativa. Assim, consideramos como sendo o espaço onde as relações entre o sujeito/ser humano e o facto museal se estabelecem. Um espaço cuja principal função é educar, onde a aprendizagem participativa e dialógica é vista como uma actividade que enriquece a experiência individual e social, conferindo mais opções aos sujeitos envolvidos e onde estes aprendem fazendo, resolvem problemas, questionam, pensam e analisam, a partir dos múltiplos recursos patrimoniais da realidade local.

Na ilustração seguinte é apresentada a concepção de museu em processo, tendo como vector o património cultural, enuncia a dinâmica do processo museológico em interacção com a acção pedagógica, conduzindo à apropriação da realidade e à inclusão educativa e social, e, projectando o desenvolvimento.



MUSEU EM PROCESSO

O museu escolar deve ser aqui entendido como um sistema dinâmico, comprometido com o processo educativo em interacção com o processo museológico, onde surgem experiências que apontam para uma aprendizagem direccionada para o conhecimento e a experimentação a partir do património cultural e natural. Um espaço de encruzilhada onde os sujeitos sintam a importância da participação e do aprender, e, onde o fazer museológico nasce do *fazer possível*, sem se deixarem anular pela visão, por vezes viciada, dos profissionais da museologia. Entendido como um fenómeno museológico (instituído ou não), reinventa-se a cada momento, sabendo que está vocacionado para a preservação e comunicação do património integrado na comunidade da qual a Escola é parte integrante, desvelando as suas várias faces e onde é possível trabalhar com a memória e com o conhecimento, qualificado como cultura, segundo um compromisso com a extroversão e socialização dos processos e seus resultados. Não entendemos este tipo de museu como um *fazedor de consumidores culturais* mas um meio de colocar em acção formas novas de envolvimento na apropriação e preservação do património cultural, de modo a capacitar, os sujeitos envolvidos, para a participação democrática na construção e transformação do fazer quotidiano, qualificado como cultura, reforçando os vínculos com a realidade envolvente.

Como recurso educativo, o museu escolar, estabelece pontes entre o ensino formal e o *não-formal*, utilizando o património cultural como um referencial conducente ao exercício da cidadania e ao desenvolvimento social. O seu sentido pedagógico é consagrado pelas práticas

construtivistas que partem da observação e da análise da realidade e conduzem à produção do conhecimento, com o objectivo de aumentar a consciência e a capacidade de iniciativa dos sujeitos, procurando a transformação e o desenvolvimento social. A experiência vivenciada oferece a possibilidade de novas formas de percepção do mundo e oportunidades de reflexão, assim como, actuar de forma activa e consciente na mudança do seu próprio futuro. O processo de ensino-aprendizagem deve combinar trocas interdisciplinares (e interinstitucionais) com a intenção de desenvolver capacidades e ocasiões de colaboração em diversos campos, para que a aprendizagem seja realmente activa, aberta a múltiplas interpretações da realidade e conducente a formas criativas de resolução dos problemas. De facto, “cuando un grupo de personas comparte las mismas opiniones hay menos probabilidades de que encuentren nuevas soluciones a situaciones nuevas que quando tienen experiencias distintas e puntos de vista diferentes”¹⁸⁶.

4.2 O processo museológico e a prática pedagógica

A acção educativa museológica passa por criar situações que levem, os sujeitos envolvidos, ao diálogo, à reflexão e ao desenvolvimento – dá-se a capacitação daqueles para transformarem a realidade. O museu escolar na escola possibilita que se desenvolvam projectos que recorram a processos activos e interdisciplinares, fazendo uso de metodologias que envolvem a experimentação e fogem à tradicional pedagogia de sala de aula centrada na 3ª pessoa¹⁸⁷ e que Paulo Freire designa de *bancária*, traduzida pelo processo cumulativo da informação.

Nas escolas do nosso país assistimos à implementação de inúmeros projectos interdisciplinares ou não, de intercâmbio com a comunidade e que, sendo na sua maioria intermitentes, vão dinamizando as escolas e possibilitando aos sujeitos envolvidos o desenvolvimento de competências, a compreensão da realidade e a integração na sociedade.

Entendemos o processo museológico como a aplicação das acções de pesquisa, preservação e comunicação, essenciais para o desenvolvimento do museu e tornando possível

¹⁸⁶ BERCK, Brenda. (nº2, 1992). “Museos: posibilidades sin fronteras”. *Revista Museum*, nº174. Paris: UNESCO

¹⁸⁷ Conceito referenciado por Maria Eduarda Vaz Moniz dos SANTOS. (2005). *Que Educação? – Tomo I*. Lisboa: SANTOSEDU

a *qualificação da cultura* através da interacção entre os diversos sujeitos envolvidos (SANTOS, 1996). Aquele processo com propósitos educacionais e culturais, ao buscar o equilíbrio das acções de pesquisa, preservação e comunicação, submete a novos olhares aquilo que foi seleccionado do fazer cultural. A aplicação das acções museológicas, ou seja, a museografia, servem um fim educativo e de integração da comunidade, desenvolvendo-se aquelas em torno de uma actuação dialógica e participativa pelos intervenientes. Estas acções interligadas entre si e aos objectivos do projecto, às características dos sujeitos envolvidos, implica que exista um processo constante de revisão, adaptação e de renovação – daí que se considere uma museologia em processo.



Não entendemos que as acções museológicas só possam ser processadas a partir dos objectos/coleções mas tendo como referencial o património global, compreendido como a relação do homem com a totalidade da realidade, nas suas dimensões de tempo e espaço, e reconhecido como um instrumento de educação e transformação social. A acção museológica, envolvendo alunos, professores, pais/encarregados de educação e sujeitos da comunidade local, centra-se na finalidade de ver, expressar e transformar a realidade, qualificada como património cultural. Deste modo a museologia está em interacção com a pedagogia, contribuindo não só para a preservação e fruição do património cultural, como também enriquece a prática pedagógica.

Compreendemos a acção de pesquisa como a que determina o vector das acções a desenvolver em processo, procurando conhecer o património que será musealizado, ou seja, constrói o conhecimento. Através da observação, da análise e da interpretação da realidade caracteriza-se o objecto museológico, passando a compreendê-lo como resultado das relações sociais que produziram esses bens patrimoniais, em diferentes épocas e contextos. De facto,

a pesquisa irá garantir a vitalidade da instituição, dando sentido ao acervo, criando a base de informação para os usuários, formulando conceitos e proposições para as exposições, tornando possível a interpretação do mundo e da sociedade¹⁸⁸.

A acção de preservação congrega um conjunto de acções, nomeadamente, colecta, documentação e conservação, que pelo seu carácter técnico poderão ser tendencialmente aplicadas em compartimentos estanques, quebrando o movimento de interacção entre os sujeitos envolvidos e processo considerado.

A etapa da colecta não pressupõe a recolha de objectos para se formar uma colecção representativa da cultura local. Entende-se que quando se trabalha com o património e os bens musealizados na Escola, se considera o acervo constituído por um conjunto de bens dinâmicos, produzido a partir das acções de pesquisa e da produção do conhecimento, qualificando a realidade como património cultural. Divide-se em *acervo institucional* (relativo ao material arquivístico e iconográfico) e *acervo operacional* (relativo ao meio envolvente, natural, material, imaterial) (SANTOS, 1996).

A etapa de documentação, pressupõe a elaboração do banco de dados mas busca também, produzir conhecimento através da cultura qualificada, da análise e compreensão do património cultural. A classificação e o registo são procedimentos que possibilitam dispor de um referencial básico de informação, em constante renovação. Os instrumentos utilizados para a documentação surgem da acção dialógica com os sujeitos envolvidos e são adaptados a cada realidade.

A etapa de conservação caracteriza-se por ir para além dos procedimentos técnicos a adoptar para determinados acervos, procurando-se o desenvolvimento de atitudes preservacionistas, situando-a no contexto e compreendendo os seus objectivos.

Devido à especificidade técnica das duas últimas etapas, os professores que dinamizam processos museológicos nas escolas portuguesas, mostram carência e necessidade de formação nestes campos. Recordemos que o perfil dos museus escolares portugueses se

¹⁸⁸ FLORES, Joana. "Projectos e suas linhas temáticas: análise e resultados – Projecto perfil dos museus do Estado da Bahia: conhecendo realidades do campo museológico baiano" in SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura (Coord.). (2005). Política Nacional de Museus: Programa de Formação e Capacitação em Museologia – Eixo 3/ Ministério da Cultura do Brasil, Instituto do Património Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. Relatório 2003-2005. Salvador: MINC/IPHAN/DEMU. P.99

caracteriza por uma museologia de colecções, procurando fazer a gerência do conjunto de objectos que a escola encerra.

A acção de comunicação é mais do que a elaboração da exposição. Esta é parte integrante do processo museológico mas é o resultado de um trabalho interactivo que dá origem ao conhecimento exposto e o ponto de partida para outra acção de comunicativa. Materializada na exposição, a comunicação restabelece a ligação à comunidade em que o museu se insere.

O processo museológico enriquece toda a prática pedagógica desenvolvida na escola na medida em que implica acções dialógicas, reflexivas e de inclusão entre os sujeitos envolvidos, articulam o conhecimento com a vida e identifica conceitos que passam por várias áreas do saber. Assim, buscam-se diferentes técnicas de trabalho em grupo, a participação/envolvimento do aluno no processo de construção do conhecimento, a inter-relação aluno-professor e os demais actores sociais – os alunos tornam-se investigadores críticos que, em diálogo com o professor e demais elementos da comunidade, trabalha e executa tarefas concretas com vista à aquisição de conhecimentos, ao treino de competências e ao desenvolvimento pessoal. Deste modo, aluno e professor são entendidos como estando sempre em transformação, no seio de uma sociedade, também ela em transformação. A finalidade desta *educação problematizadora* (Paulo Freire) passa pela apropriação da realidade, conferindo meios para futuras intervenções sociais. Rui CANÁRIO refere o seguinte acerca da forma como o ser humano aprende:

a aprendizagem corresponde a uma trabalho que cada sujeito realiza sobre si próprio. Ao interagir com o mundo que o rodeia, cada sujeito constrói teorias que permanentemente testa através da acção. (...) o Homem, enquanto ser inacabado, está condenado a aprender e a aprendizagem, que corresponde a um processo de hominização, representa algo tão vital como respirar. (...) a aprendizagem ocorre em todos os contextos, o que significa que a maior parte dos contextos educativos não são contextos escolares. Aprender significa, então, a capacidade de cada sujeito se apropriar de uma oportunidade de aprender¹⁸⁹.

A aprendizagem e a apropriação do conhecimento têm mais hipóteses quando os conteúdos a apreender estão interligados com a realidade, com as referências do aprendente,

¹⁸⁹ CANÁRIO, Rui. (2005). *O que é a Escola? Um “olhar” sociológico*. Porto: Porto Editora. P.70

assim, o “verdadeiro potencial educativo dos museus decorre da sua capacidade em mobilizar conceitos referentes aos conteúdos apresentados de forma dinâmica e interactiva onde a emoção e a imaginação têm papel de destaque”¹⁹⁰. A abordagem interactiva encerra princípios pedagógicos que privilegiam a participação directa daquele que aprende, fazendo com que este decida e interfira no processo de aprendizagem, apropriando-se do apreendido.

Segundo Manuela CARRASCO, a museografia é um dos meios de comunicação, presente no mundo contemporâneo, ao dispor da instituição escolar que possibilita valorizar e difundir a palavra e o documento visual e auditivo, assim como, estar integrada nas “actividades educativas normais como processo de enriquecimento, de ilustração e de motivação das respectivas lições ou como complemento da aprendizagem programática”¹⁹¹. Assim, propõe que se utilize a acção museográfica como processo de ensino-aprendizagem, considerando que a exposição, como referimos anteriormente, é o resultado e o início de um processo. A autora considera este processo seguindo a metodologia de projecto, comumente designado por Trabalho de Projecto¹⁹², tanto no âmbito curricular quanto extracurricular. Entendendo o trabalho orientado para a resolução de um problema, conduz à participação de cada membro envolvido no processo, de acordo com os seus saberes e fazeres, com o objectivo de realizar um trabalho conjunto, decidido, planificado e organizado de comum acordo.

Pensamos na museografia de acordo com os pressupostos enunciados pelo Movimento para a Nova Museologia que a considera como um “meio de comunicação visual que pode utilizar e aprofundar a potencialidade comunicativa da FORMA, não herdada do objecto, mas sim criada para cada situação”¹⁹³, pondo em evidência não o objecto em si mas a ideia, o interesse ou o problema, na medida em que “os elementos expressivos se multiplicam em cada obra, colocando o problema da intencionalidade e/ou fazendo apelo à inesgotável memória de cada um”¹⁹⁴, opondo a memória do *ser à memória das coisas*.

¹⁹⁰ HOOPER-GREENHILL *cit.* KOPTCKE, Luciana Sepúlveda. (2003). “A análise da parceria Museu-Escola como experiência social e espaço de afirmação do sujeito” in GOUVÊA, Guaracira, MARANDINO, Martha e LEAL, Maria Cristina (Orgs.). (2003). *Educação e Museu: A construção social do carácter educativo dos museus de ciência*. Rio de Janeiro: Access Editora. P.116

¹⁹¹ CARRASCO, Manuela. (1995). “Que técnicas museográficas a escola poderá utilizar?” in *1º Encontro Nacional sobre Museologia e Educação*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal/ MINOM- Movimento para uma Nova Museologia. Setúbal. P.28

¹⁹² Devemos ao construtivista John Dewey a formulação desta Metodologia de Projecto e que no actual currículo do Ensino Básico é assumido, tendo-lhe sido conferido forma, espaço e tempo sob a forma de Área Curricular Não Disciplinar (ACND) sob a designação de Área Projecto, um dos espaços de concretização dos pressupostos definidos em Conselho de Turma e enunciados no Projecto Curricular de Turma.

¹⁹³ MOUTINHO, Mário. (1994). *A construção do objecto museológico*. Cadernos de Museologia nº4. Centro de Estudos de Sociomuseologia da ULHT. Lisboa: ULHT. P.12

¹⁹⁴ *Idem. Ibidem*. P.18

Utilizando a museografia e as acções museológicas como processo de ensino-aprendizagem, faz com que este próprio seja assumido como o principal instrumento de transformação e não a exposição em si. Quanto ao museu, se ele existir no espaço da instituição escolar, assume-se como espaço de descoberta e experimentação, um parceiro na tarefa educativa, com responsabilidade na educação para a cidadania e na educação do gosto, desenvolvimento do sentido crítico e espaço de liberdade, onde o indivíduo se descobre através dos outros.

A educação patrimonial e museológica permite aprender a conhecer o património e a qualificar a realidade como fazer cultural, através de uma metodologia baseada no diálogo, indagação activa e na experimentação, facilita a aprendizagem mútua que se desencadeia por meio das memórias e experiência partilhadas, da herança patrimonial e do próprio património colectivo, assim como, facilita a relação do indivíduo com o meio envolvente. O Museu, através das suas acções museológicas e da museografia, proporciona a possibilidade de estabelecer relações entre compartimentos muitas vezes vistos como estanques: ciência, tecnologia e cultura, assim como, abordar os indicadores de memória e repensar a tradição, conduzindo a novos problemas e a novas abordagens do património e da realidade.

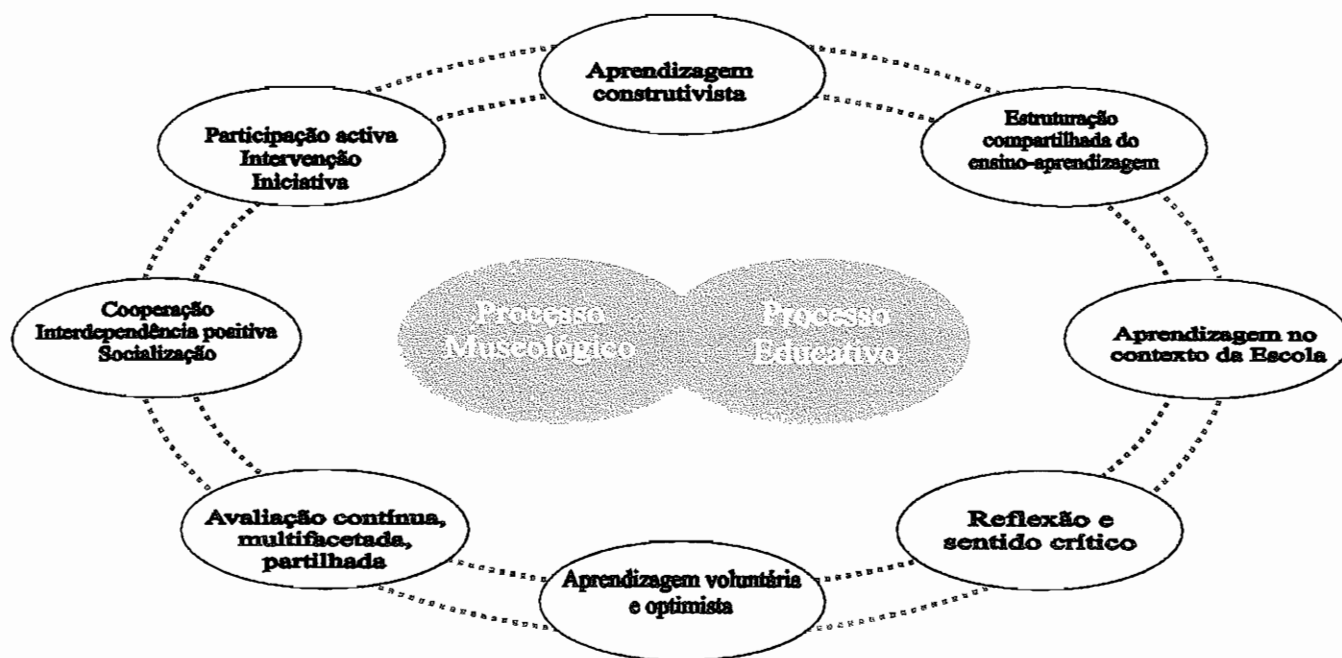
O Museu Escolar permite uma ancoragem na comunidade humana que rodeia a escola, construindo a relação passado-presente-futuro a partir dos referenciais patrimoniais e permitindo que se promova o desenvolvimento e a transformação daquela. Para a prática pedagógica, o processo museológico traz alterações aos métodos educativos *tradicionais*, possibilitando acções educativas pensadas e articuladas com os actores sociais, segundo processos de construção do conhecimento participativos e criativos.

Este processo construtivo e crítico do conhecimento traz diversas vantagens para a aprendizagem face à aprendizagem *tradicional*. Assim, a contribuição do processo museológico para o processo educativo é múltipla, nomeadamente, favorece a aprendizagem dos alunos, pois, quando se desenvolvem metodologias de trabalho construtivista, crítico, participativo e cooperativo, a partir de contextos reais, aquela é efectiva e conduz à transformação. Perante uma escola assente em conteúdos abstractos, dissociados da realidade, os alunos *fogem* desta “cultura do vazio, em que nada significam e em que nada nem ninguém lhes é convincentemente significativo”¹⁹⁵.

O processo museológico permite que na prática pedagógica se repensem os conteúdos programáticos, o material didáctico e as actividades pedagógico-didácticas, segundo um

¹⁹⁵ FERNANDES, José A. (1999). *A Escola de SOFIA: Projecto SOFIA para uma escola Comunidade*. 3ª Edição. Porto: Edições Salesianas. P.26

envolvimento com os próprios sujeitos da aprendizagem, tornando os alunos co-autores dos diversos programas e da sua própria aprendizagem e do conhecimento produzido, a partir do contexto real.



Esta pedagogia construtivista e de envolvimento na realidade e na aprendizagem, a partir do referencial património cultural, registada com a aplicação do processo museológico, através das acções de pesquisa, preservação e comunicação, traz os seguintes benefícios para o processo de ensino-aprendizagem (FERNANDES, 2000):

- favorecimento da cultura do *ser*, contrariando a cultura do *ter*;
- aumento da produtividade, conjugando esforços, recursos, experiências e interesses;
- confere oportunidade a todos, eliminando barreiras;
- melhora o valor próprio e o valor do outro;
- promove atitudes positivas em relação à escola, à aprendizagem e nas relações interpessoais;
- desenvolve as competências afectivas, de comunicação e de pensamento crítico e criativo;
- concede identidade e inclusão social e educativa;

- desenvolve as dimensões múltiplas da inteligência;
- exercita a comunicação e a resolução de conflitos;
- o professor torna-se um educador.

4.3 Missão e objectivos

De acordo com o que temos apresentado, analisado e descrito durante o nosso trabalho dentro da concepção de museu e museologia apresentada anteriormente, encontramos a razão de ser do Museu na definição da sua Missão que entendemos passar por “usar testemunhos do mundo humano e natural para desenvolver a imaginação, aumentar a compreensão e o prazer, dirigido a todas as pessoas, independentemente da idade, meios e capacidades”¹⁹⁶.

No Museu Escolar a missão amplia-se, permitindo que o património cultural dos alunos e da comunidade esteja inserido no processo museológico, assim como, considerar a aplicação das acções museológicas de modo contextualizado relativamente às disciplinas e aos programas curriculares dos alunos. Assim, possibilita-se que se construa um sentido, na actualidade, para a escola e para o trabalho escolar, pois, como refere Rui CANÁRIO¹⁹⁷, “só se aprende alguma coisa em situações que façam sentido para o sujeito”, salientando ainda o autor que a “aprendizagem implica sempre uma tripla relação: com os outros, com o mundo e consigo mesmo”. A definição da Missão deste tipo de museu passa por “promover a apropriação e a reapropriação do património cultural, aplicando as acções de pesquisa, preservação e comunicação, em interacção com a comunidade, (...) atuando como um referencial para o processo educativo e para o desenvolvimento sustentável”¹⁹⁸, segundo uma concepção de museologia participativa e criativa, em constante acção-reflexão.

Entendemos a finalidade do Museu Escolar como ser um espaço com utilidade social, manifestando fundamentalmente um preponderante pendor educacional, com práticas

¹⁹⁶ Afirmação de David FLEMING in AA.VV. (2002). *Encontro Museus e Educação*. Actas do Encontro de 10-11 Setembro 2001. Centro Cultural de Belém. Lisboa: Instituto Português dos Museus. P.20

¹⁹⁷ CANÁRIO, Rui. (2005). *O que é a escola? Um “olhar” sociológico*. Porto: Porto Editora, Lda. P.159

¹⁹⁸ SANTOS, Maria Célia T. M. (2002). *Os Museus e a busca de novos horizontes*. Comunicação apresentada no III Fórum de Profissionais de Reservas Técnicas de Museus, 18-22 de Novembro. Salvador-BA: Conselho Federal de Museologia – COFEM e Conselho Regional de Museologia, 1ª Região – COREM-BA. (suporte electrónico)

socialmente inclusivas. A partir do património cultural, está dirigido para a produção do conhecimento, produzindo-o a partir das múltiplas realidades, individualiza e reflecte a riqueza da heterogeneidade social e cultural, para, deste modo, permitir um desenvolvimento gradual e afectivo, servir como fonte de experiência e aprendizagem acessível, e, para mudar o comportamento do ser humano, baseando-se num processo dinâmico e numa concepção multicultural do mundo envolvente, cria novas oportunidades de comunicação e ensino. Os objectos patrimoniais (materiais ou imateriais, naturais ou construídos) são o pretexto para se falar das pessoas e com as pessoas, cujo processo de identidade ocorre no presente, a partir de dados do passado, para projectar o futuro.

Neste sentido, temos como pressupostos os seguintes grandes objectivos:

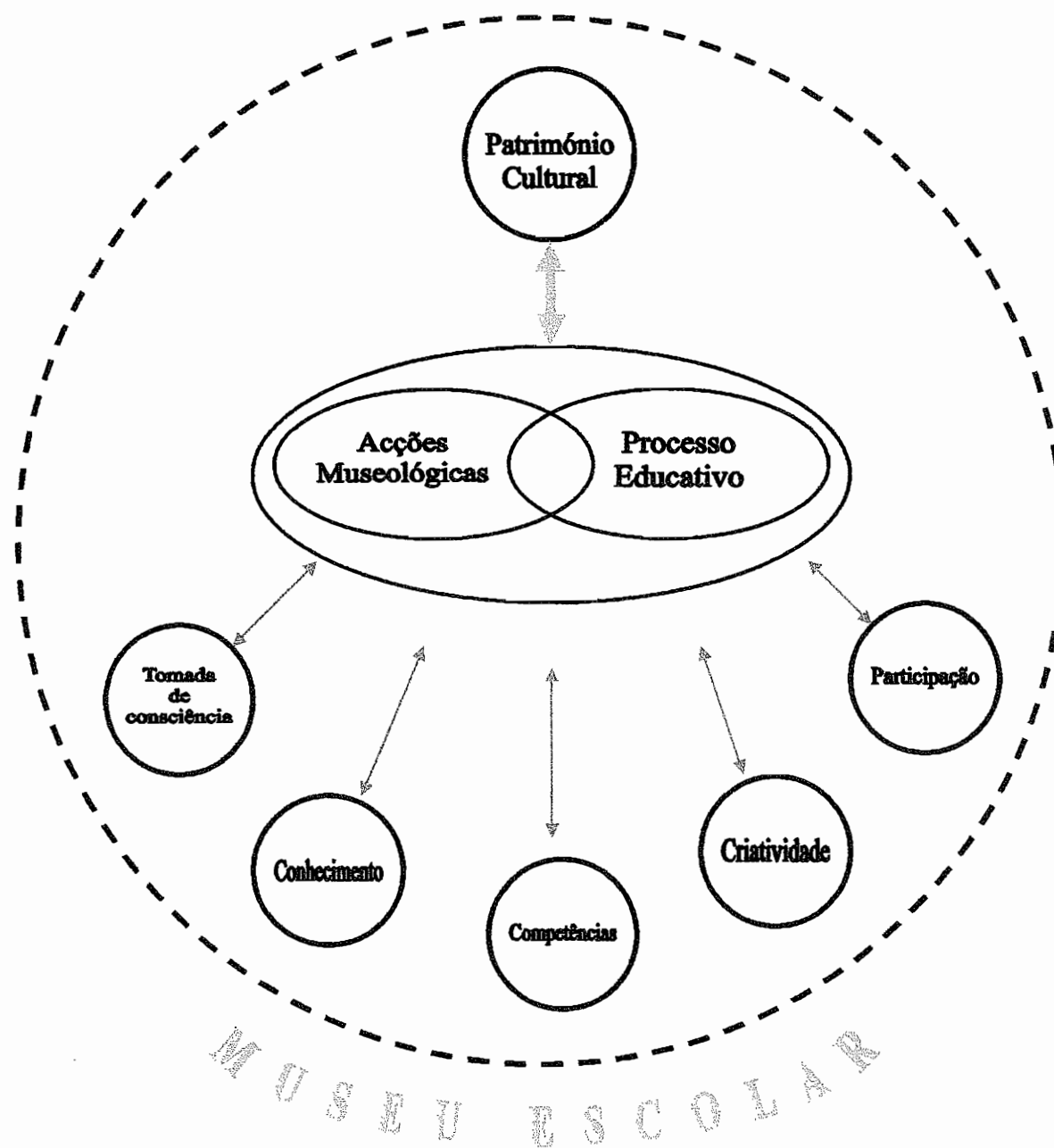
- reconhecer e valorizar a identidade cultural dos sujeitos envolvidos, assim como, uma concepção multicultural do mundo envolvente;

- solucionar problemas educativos e sociais, utilizando a criatividade e as técnicas museológicas e museográficas;

- ser um espaço de desenvolvimento de aptidões cognitivas e competências essenciais para uma sociedade em transformação constante, que se quer democrática e multicultural e, também, uma capacitação para uma cidadania consciente e tolerante.

Conflui para a consecução dos objectivos enunciados o estreitamento da relação museologia-educação-comunidade, através de um projecto potencialmente criativo que conduza à *inclusão*, tanto do museu quanto da escola, num mundo tendencialmente global.

No esquema a seguir procuramos sintetizar a fundamentação e a concepção adoptada para o processo de construção e reconstrução do museu escolar:



4.4 Gestão

Consideramos que é a concepção de museologia adoptada que influencia o modelo de gestão. Partindo do entendimento de museologia participativa que se enriquece no processo, o

modelo de gestão que resulta deste entendimento é necessariamente participativo. Este modelo reflecte o trabalho interdisciplinar e interactivo dos sujeitos envolvidos no processo, com respeito à pluralidade e à diversidade cultural, para um resultado que se quer transdisciplinar.

Considerando que “não há receita para um museu. O museu tem de fugir de todos os estereótipos, inclusive os normativos, aqueles que aprecem constituir-lo como instituição reconhecível como museu”¹⁹⁹. De facto, propondo-se a contribuir para incorporar processos de memória e esquecimento, na construção permanente da identidade fundada no presente e orientada para o futuro, afirma-se como um espaço e uma dinâmica que espelham a vontade e acção do ser humano.

Hugues de VARINE²⁰⁰ afirma ser urgente um debate novo, a partir de experiências acabadas ou em curso, sobre os *novos museus* com vertente social e educativa, de acção comunitária. No que respeita à organização, comparando o museu normal com os *novos museus*, o autor afirma que o

museu “normal” é uma instituição que nasce de uma decisão político-administrativa e que existe desde o dia de sua inauguração. Sua gestação se faz no segredo dos trabalhos científicos e técnicos, dos projectos de campanhas de comunicação, dos orçamentos plurianuais, dos procedimentos de recrutamento, etc.

Em relação ao pessoal, o mesmo autor refere ser indispensável deter um “diploma superior em museologia para criar, animar e dirigir uma museu” *tradicional*, pois, a instituição museal nasceu antes da disciplina especializada designada por museologia. Assim, este pessoal consagra-se a aprimorar fórmulas institucionais estabelecidas, excluindo a inovação para não correrem riscos, nem comprometer a instituição. Recorda que nos últimos anos, o pensamento museológico e o entendimento actual de museu, se devem a pessoas que pertenceram a profissões variadas, formando equipas multidisciplinares, constituídas muitas vezes por pessoas que se formaram no terreno, voluntárias e com estatutos precários confrontadas com a realidade envolvente.

¹⁹⁹ Brito, Joaquim Pais de. (2004, Novembro). “Objectos são pretexto para falar das pessoas” in *Pessoas e Lugares*. Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+, II Série, nº24. Retirado em Janeiro de 2005 da World Wide Web, WEB: www.leader.pt

²⁰⁰ VARINE, Hugues de. (2005). “O museu comunitário é herético?”. Retirado em Outubro de 2005 da World Wide Web WEB: www.interactions-online.com

Neste sentido, o *novo* museu é um **processo**, não segue um procedimento pré-estabelecido, ou seja, não existe um modelo organizacional próprio segundo este entendimento de museu e museologia. Assim, os sujeitos envolvidos no processo, devem inventar estatutos e modos de funcionamento, de recrutamento, de financiamento, de acordo com as realidades do meio local. O modelo de gestão por nós veiculado caracteriza-se pela co-participação, tornando o processo rico no sentido da troca e do respeito pela ideia do outro, num efectivo exercício de cidadania. Como descreve Maria Célia SANTOS, este processo de trabalho necessita

de uma organização, de pautas e roteiros que deflagrem as discussões, de definições de atribuições, de acompanhamento das actividades, evitando-se a perda de tempo, a dispersão e, sobretudo, tornando claro para o grupo as acções que serão desenvolvidas, seus objectivos, as metas a serem alcançadas²⁰¹.

A organização do museu parte da concepção inicial de museu e museologia, associada ao processo em si e de acordo com o compromisso assumido pelos sujeitos envolvidos no decorrer daquele. É possível estabelecer uma dinâmica de trabalho que conte com a efectiva colaboração colectiva, segundo uma gestão patrimonial compartilhada e uma metodologia de trabalho desenvolvida pelos próprios sujeitos, com distintas responsabilidades, na concepção e realização dos distintos processos inerentes à revitalização institucional, às novas argumentações expográficas, aos novos vectores do acervo e ao delineamento das propostas educacionais (BRUNO, 2004), segundo a evolução flexível da sua estrutura.

O museu criado e desenvolvido com, na e para a comunidade, pelo seu carácter de processo, nasce e sobrevive dos recursos da sua própria comunidade, ou seja, seguindo pensamento de Hugues de VARINE²⁰², significa estarmos perante um museu independente e de carácter comunitário, uma museografia pobre, participativa e eventual, mas também, uma museologia criativa e que trilha o pendor educativo e social, assim como, trabalha para o presente e futuro de uma comunidade que *habita* o museu. Neste sentido, o museu escolar deve ser assumido e compreendido por todos os segmentos da escola, devendo, para isso, ser

²⁰¹ SANTOS, Maria Célia T. M. (1996). Processo Museológico e Educação: construindo um museu didático-comunitário. Cadernos de Sociomuseologia nº7. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT. P.282

²⁰² VARINE, Hugues de. (2005). O museu comunitário é herético?. Retirado em Outubro de 2005 da www.interactions-online.com

parte integrante do seu projecto político-pedagógico. É este processo de construção e entendimento conjunto que garantirá a sua legitimidade, motivando para a participação de todos.

4.5 Espaços museológicos e museográficos

Considerar que o espaço museal não está circunscrito a quatro paredes preenchidas por objectos e o processo de musealização não se restringe à exposição de colecções para uma elite, constitui na actualidade uma certeza epistemológica, baseada em experiências e reflexões que o confirmam. No entanto, a realidade museológica ainda tem muito caminho a percorrer neste sentido. A preocupação com o património não implica criarem-se espaços que o encerrem mas criar uma estrutura dinamizadora de uma acção cultural e educativa.

A prática museológica para o museu escolar, inserido no grupo de *novos* museus e perseguindo os objectivos enunciados, implica que se tenha o entendimento de que as regras *tradicionais* da Museografia são substituídas pelo *fazer possível e criativo*, adoptando múltiplas soluções para os problemas relacionados com a aplicação das acções museológicas.

O acervo do museu forma-se gradualmente, a partir das acções de pesquisa, preservação e comunicação, segundo uma acção dialógica e participativa, qualificando aspectos da cultura local e de acordo com os interesses dos sujeitos envolvidos.

Reafirmamos que o nosso entendimento de museu escolar não se centra na colecção mas da aplicação das acções museológicas, em co-participação, do qual resulta a construção do conhecimento, constituindo-se o acervo museológico. Temos presente a construção do conhecimento a partir de signos e significados fortes, marcas da individualidade dos sujeitos envolvidos no processo museológico, constituindo a sala de aula um lugar de aprendizagem argumentado, tomada de consciência das necessidades e dos procedimentos de compreensão e respeito do pensamento do próximo.

De acordo com o entendimento que temos deste tipo de museu – *ser um processo* –, cada situação é particular, ela surge no desenvolvimento do processo museológico, de acordo com

as vontades e necessidades dos sujeitos e da realidade envolvente. Assim, podemos apenas sugerir que, para os espaços museológicos e museográficos, compreendemos ser necessário existir um local para a organização e gestão do museu, onde se discutem e planejam as actividades a desenvolver, adaptado ao funcionamento dos sectores, instalação do banco de dados e, o próprio espaço da escola (interior, exterior e virtual) para a prática cultural, particularmente, as exposições (surgidas como resultado e início de um processo).

Não se pretende fazer decoração em vez de discurso expositivo, ou seja, transformar a exposição em *acontecimento* em detrimento dos objectos (no sentido lato do conceito de objecto), pois, sendo estes portadores de informações e sentimentos, permitem o questionamento pelos sujeitos envolvidos no processo que os descreverão como entenderem.

O local para as exposições é seleccionado de acordo com as actividades programadas, na dinâmica do processo, podendo existir ou não uma exposição permanente. A Escola tem, muitas vezes, espaço físico limitado para as exposições mas estas tanto podem acontecer dentro da sala de aula, no corredor, pátio ou mesmo no espaço virtual (este sim ilimitado). Neste último, referimo-nos aos espaços proporcionados pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação, desde a Internet e aos vários suportes multimédia.

Neste processo construtivo, consideram-se as possibilidades reais e as vontades dos sujeitos envolvidos, substituindo-se as *regras tradicionais* da Museografia pelo *fazer possível* onde se apela à criatividade, originalidade e capacidade de resolução de problemas. Privilegia-se, não a exposição nem os procedimentos técnicos, mas as “possibilidades de socialização e o desenvolvimento de atitudes de cooperação, organização e resolução de problemas, através de soluções criativas” que a gestão do processo proporciona.

No que concerne às novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), estas podem ter um papel importante no processo e constituírem-se como espaços museológicos e museográficos alternativos e/ou complementares aos espaços *tradicionais*. Segundo André DESVALLÉS²⁰³ as aplicações das novas tecnologias exercem-se em quatro campos dos museus: servir de complemento à gestão das colecções; servir de complemento à pesquisa; servir de complemento à exposição; servir de complemento aos produtos derivados comercializáveis. Acrescenta ainda um último campo que diz respeito ao multimédia e à Internet, reconhecendo vantagens imediatas do uso público da digitalização, nomeadamente, a

²⁰³ DESVALLÉS, André. (2001). “Que futuro para os museus e para o património cultural da aurora do terceiro milénio?” in *Lugar em Aberto*, Revista da APOM, nº1, Outubro de 2003. P.46-74. Conferência proferida durante o Encontro APOM, na Casa da Electricidade, no Funchal em Novembro de 2001. Tradução de João Carlos Brigola.

reconstituição do contexto, a consulta domiciliária no computador pessoal, o conforto visual frequentemente superior à percepção adquirida na própria sala, a exploração e a navegação facilitada pelos elos imediatos que oferece o hipertexto, e, por último, as trocas e a comunicação simultânea que as exposições não consentem. Relativamente ao uso das novas TIC, o autor refere que talvez tenham resolvido a questão do alargamento do público dos museus mas alerta para o facto de não preencherem o fosso sócio-cultural que se tenta suprimir há decénios.

Concretamente a Internet lança as bases para uma nova cultura e sociedade, designada por Sociedade da Informação, fundada nas TIC, que assenta no conhecimento e na sua transmissão. Neste contexto, as relações sociais reorganizam-se através de grandes distâncias espaço-temporais, desenrolando-se um processo dialéctico à escala mundial que, apesar de a “noção de Sociedade da Informação evocar o conceito de globalização, a uniformidade de culturas e comportamentos não constitui uma consequência inevitável”²⁰⁴, pois, na faceta fragmentada do sistema global são criadas uma enorme variedade de interpretações na base de ressonâncias locais que pouco terão a ver com a mensagem original na forma como foi gerada.

Em 2001, o ICOM engloba no conceito de museu, a actividade digital criativa dos centros culturais e outras entidades que facilitem a preservação, continuação de recursos relacionados com a herança tangível e intangível. O espaço virtual constitui, deste modo, um espaço que dá relevo à informação mais do que ao objecto e tal como sugere HOOPER-GREENHILL para o museu, considerando que este deve ser encarado como uma entidade repositora de conhecimentos em vez de objectos, concretizando assim as suas funções social e educativa. As possibilidades são infinitas ao utilizar o espaço virtual, onde a interactividade é um potencialidade que o recurso da Internet disponibiliza, pois, tanto se pode realizar uma visita virtual, obter as informações o mais completas possível, como também, o visitante virtual pode deixar o seu contributo. A facilidade de acesso ao mundo virtual possibilita também que exista interacção com outros sujeitos sociais que normalmente não interagem com um museu.

Reafirmamos que os espaços museológicos e museográficos podem ser variados, de acordo com os programas e processos desenvolvidos, e, o museu encontra cada vez mais sentidos para a sua intervenção fora dos espaços físicos, no concreto das suas acções, em interacção com os sujeitos participantes.

²⁰⁴ CABRAL, Clara Bertrand. (2003). Subsídios para o estudo dos museus virtuais. Texto retirado em Fevereiro de 2004 da World Wide Web: <http://www.antropologia.com.br>

4.6 O público-alvo

O papel que o público desempenha nos museus tem vindo a alterar-se nos últimos cinquenta anos, acompanhando as alterações conceptuais no campo da Museologia e de entendimento de Museu. A grande alteração reside no entendimento e assunção do Museu, enquanto instituição com intuítos educativos e com finalidade social, indo ao encontro dos interesses públicos em geral e da comunidade em particular. Assumindo-se como *educador*, prepara-se para receber quem procura receber *educação* e despertar em outros o gosto por aprender, passando a entender o público não como um elemento indesejável que comporta problemas de segurança e manutenção mas compreendido como o elemento fundamental que lhe confere legitimidade e sentido.

O público escolar foi um dos públicos a quem primeiro se dirigiu o museu e também um dos primeiros a ser esquecido, durante algumas décadas no século XX, quando as funções técnicas se sobrepuseram à essência da sua criação, valorizando o objecto em si. Com a renovação museológica a que se assiste desde a segunda metade do século XX, o público escolar ganhou de novo importância, promovendo políticas e actividades que vão ao encontro das suas necessidades e características, desde os anos iniciais da escolarização até aos níveis superiores. Procura apoiar os currículos, fornecendo elementos de investigação, possibilitando o desenvolvimento de competências não só cognitivas mas também sociais, e com uma presença mais notória na Escola contemporânea.

Inscrevemos o Museu Escolar num *novo* paradigma que entende que o «museu é para as pessoas e não para os objectos» ou, como refere Xerardo PEREIRO²⁰⁵, um paradigma que considera que o público não é um simples visitante mas um participante do diálogo “que participa da aventura e da imaginação, dos sentidos e das interacções”, um *museu de ruptura e dialogia* e que na prática pressupõe uma museologia activa e participativa.

Neste sentido, entendemos que o público-alvo do Museu Escolar é toda a comunidade que compõe e envolve a Escola, desde os alunos, professores, funcionários, pais/encarregados de educação e demais actores sociais. Digamos que se dirige a todos os sujeitos envolvidos no processo de escolarização mas, principalmente, no processo educacional, pois, a educação é

²⁰⁵ PEREIRO, Xerardo. (2002). Do museu ao ecomuseu: os novos usos do património cultural. Retirado em Janeiro de 2005 da World Wide Web: <http://www.miranda.utad.pt>

um dever e responsabilidade de todos – a todos diz respeito porque o futuro da humanidade depende da atenção que lhe damos.

Em particular, este museu deve ser dirigido ao público escolar, pois, sabemos que é nas escolas básicas e secundárias que as crianças e adolescentes se encontram em processo de formação pessoal e social, assim, torna-se relevante que se desenvolvam processos que promovam o questionamento, a reflexão, a análise crítica, o respeito pelo outro, a construção e democratização do conhecimento. Buscar o desenvolvimento de actividades que respondam aos interesses e solicitações da comunidade educativa, em particular, e ao dinamismo e energia da relação encetada entre aquela e o museu. Aos alunos, em conjunto com os professores, cabe a tarefa de pesquisar sobre a comunidade em que a escola se insere, procurando naquela a fonte de conhecimentos para a compreensão do processo cultural e social, envolvendo todos os sujeitos nos processos e actividades museológicas e museográficas.

A tomada de consciência e diversidade cultural pode desencadear actividades com públicos escolares muito específicos, tendo presentes o diálogo, a tolerância, a afectividade e a democracia. Numa perspectiva de desenvolvimento de valores sócio-culturais, pode fazer a ponte entre a dimensão multicultural que a escola cada vez mais apresenta e a comunidade envolvente, permitindo que tome consciência da sua própria diversidade social e cultural, promovendo a inclusão e reforçando o sentido educativo e social que o Museu Escolar tem na sua essência. Por outro lado, o desenvolvimento de processos no espaço escolar, assentes no património cultural, possibilita, ao interagir com a comunidade envolvente, que outros actores sociais entendam a realidade e o património que lhes pertence, reforçando a sua identidade local num mundo cada vez mais global.

Nós estamos a começar a descobrir o local, com toda a sua força, com toda a sua potência. Essa é, sim, a grande resposta à globalização que hoje nos ataca, encontrar o local, dar-lhe força, dar-lhe capacidade de resistência e, principalmente, uma dignidade²⁰⁶.

Apoiado no património, o Museu Escolar, procura desencadear mecanismos e uma dinâmica interactiva entre os testemunhos do património e o sujeito do presente, a fim de permitir este preparar o futuro. Imbuído de uma metodologia de trabalho construtiva,

²⁰⁶ TORRES, Cláudio. *in* AA.VV. (2002). Encontro Museus e Educação. Actas do Encontro de 10-11 Setembro 2001. Centro Cultural de Belém. Lisboa: Instituto Português dos Museus. P.73

interactiva e dialógica, possibilita transformar o entendimento *tradicional* de trabalho escolar, conduzindo à não existência de diferenciais significativos entre acção educativa e acção escolar, assim como, promover uma educação intercultural que cria oportunidades para todos se sentirem bem na sua própria pele de modo a ver a sua identidade pessoal, cultural e étnica ser entendida, reconhecida e valorizada. Balizada pelo princípio da igualdade de oportunidades, apresenta-se como dimensão fundamental da educação para a cidadania.

É a partir do património cultural que o sujeito que se apropria e reapropria daquele, no sentido de busca de uma nova prática social, democratizando o conhecimento e, como refere Edgar MORIN, perseguir o objectivo da educação em “transformar a espécie humana em verdadeira humanidade”²⁰⁷.

4.7 Política museológica e projecto pedagógico

A política educativa pressupõe uma ligação/união entre os objectivos e a realidade, ou seja, implica acessibilidade total através de uma política concertada. A política museológica deve também, estar de acordo com o projecto pedagógico a encetar na, pela e com a comunidade, em toda a acção educativa a desenrolar na Escola.

O actual sistema de ensino procura “dar resposta à necessidade da Escola preparar cidadãos que, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, estejam aptos a responder aos desafios da sociedade da informação e do conhecimento, da multiculturalidade e da globalização das economias”²⁰⁸. Durante a escolarização o aluno deve adquirir e desenvolver várias competências que o capacitem para assumir um papel activo na sociedade. A dimensão cultural atravessa todo o currículo do ensino básico, podendo ser concretizada a abordagem às questões do património numa multiplicidade de disciplinas. Dentro das novas áreas do currículo do 3º ciclo, destacamos a Área projecto que não tendo um programa pré-estabelecido, é assumida como uma área transversal e integradora dos saberes disciplinares, um espaço que permita aos alunos a concepção, realização e avaliação de projectos sobre

²⁰⁷ MORIN, Edgar. (1999). Os setes saberes para a educação do futuro. Coleção Horizontes Pedagógicos, nº 87. Lisboa: Piaget Editora. P.83

²⁰⁸ Relatório do grupo de trabalho do Ministério da Educação e Ministério da Cultura. Abril 2004. Retirado em Dezembro de 2005 da World Wide Web: <http://www.portugal.gov.pt>

temas e problemas que os interessem e mobilizem ou criação de interacções entre a Escola e as estruturas culturais.

Porém, os professores são confrontados com programas curriculares extensos e sujeitos ao seu cumprimento integral, estando algumas disciplinas sujeitas à avaliação e aferição dos resultados a nível nacional, não atendendo às especificidades locais, de forma a controlar as aprendizagens e os resultados escolares.

Damos conta da não existência de uma política museológica que suscite o desenvolvimento de projectos pedagógicos, enquadrados nos currículos e nos programas curriculares, que tenham o património local como vector da acção educativa e das acções museológicas em processo dialógico e construtivo com os sujeitos envolvidos.

O Despacho Conjunto nº834/2005, publicado no DR nº212-II série, de 4 de Novembro de 2005, dá conta da necessidade de se criarem pontes entre os alunos de em determinado agrupamento/escola e os espaços de cultura da mesma área geográfica. Este despacho dos Ministérios da Educação e da Cultura, aprova o Programa de Promoção de Projectos Educativos na Área da Cultura e, independentemente do modelo de articulação adoptado, devem prever a deslocação dos alunos das escolas envolvidas a espaços de cultura, pelo menos uma vez por ano.

Inserida no Instituto português de Museus, a Rede Portuguesa de Museus, aparece para concretizar o conceito de «rede» no contexto museológico, operando na promoção e apoio na criação e desenvolvimento dos processos museológicos, formação e qualificação, sob a necessidade que se impõe no sentido da melhoria e ampliação os desempenhos culturais e sociais dos museus. Tendo um plano de actividades continuamente alimentado com a realidade museológica portuguesa e optando por uma metodologia participativa, estabeleceu articulações com organismos institucionais para além dos museus que “não são ilhas isoladas”²⁰⁹. Para a adesão à RPM é necessário preencher os parâmetros globais com base nos pilares que definem a condição de museu, proveniente do ICOM. Consultando os museus aderentes, constata-se que os museus escolares que incluem a Rede têm como referencial ao coleccionismo e centram as suas actividades em torno dos objectos/coleções, à semelhança do perfil enunciado no Capítulo 3 deste trabalho, no que refere aos museus escolares das escolas secundárias/3º ciclo, fora do processo e da proposta pedagógica do quotidiano das escolas.

²⁰⁹ CAMACHO, Clara Frayão. (2002). “Rede Portuguesa de Museus – um projecto em construção” in *Actas do Fórum Internacional de Redes de Museus*. Lisboa: Instituto Português de Museus/ Rede Portuguesa de Museus. P.8

Paralelamente, assistimos à definição de redes que interligam pessoas e instituições locais, escolares e museológicas, em torno de um projecto/ ideia comum no campo da museologia, como já tivemos oportunidade de expor no Capítulo 2 do trabalho e que vão dinamizando e desenvolvendo projectos de âmbito patrimonial e museológico. Contudo, verificamos que apesar destas movimentações apelarem e apontarem à função social e educativa, elas centram-se no estudo, conservação e apresentação de objectos/coleções, de modo desarticulado com a comunidade.

Face às necessidades e carências no âmbito educacional e cultural que a sociedade portuguesa demonstra na contemporaneidade, cremos que uma educação patrimonial e museológica, inserida no processo educativo e na prática quotidiana da Escola, possibilitaria uma nova prática social, contribuiria para a preservação e fruição do património cultural das comunidades, valorizando os saberes e os fazeres locais, assim como, a compreensão e inclusão de sujeitos que provém de culturas estrangeiras em relação ao nosso país.

Conferir autonomia às escolas e às instituições locais na definição do seu projecto educativo e na elaboração dos programas curriculares que valorizem as características da cultura local, permite que as crianças e jovens encontrem afinidades entre as matérias leccionadas e a sua realidade, conduzindo ao desenvolvimento e ao exercício da cidadania. As políticas museológicas devem privilegiar o que aponta Mário CHAGAS²¹⁰ para a função social das instituições museais:

o compromisso, neste caso, não é com o ter, acumular e preservar tesouros, e sim com o ser espaço de relação, capaz de estimular novas produções e abrir-se para a convivência com as diversidades culturais.

As políticas conjuntas entre os Ministérios da Educação e da Cultura, assim como, dos organismos ligados ao património e à museologia de relevo nacional, nomeadamente, o Instituto Português de Museus e a Rede Portuguesa de Museus, devem ir mais além do que a promoção de concursos ou o lançamento de candidaturas a projectos de parceria entre museus e escolas, devem procurar enriquecer a prática pedagógica, através da interacção entre a museologia e a pedagogia, dando a possibilidade efectiva de concretizar no quotidiano das

²¹⁰ CHAGAS, Mário *cit.* NEVES, Kátia Regina Felipini (2003) Programas museológicos e museologia aplicada: o Centro de Memória do Samba de São Paulo como estudo de caso. Cadernos de Sociomuseologia nº 20. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT. (suporte electrónico).

escolas práticas pedagógicas construtivistas, particularmente, a partir do património cultural. Deste modo sai reforçada a função social do museu, cada vez mais apregoada por diversas vozes, assim como, a função educativa do museu. Possibilita também, conferir credibilidade às acções museológicas dentro da instituição escolar.

Neste sentido, temos presente o incremento de políticas que visem a democratização do acesso aos bens culturais produzidos e aos dispositivos de estímulo e incentivo à dinâmica de produção dos bens culturais que expressem a multiculturalidade que a sociedade ocidental contemporânea expressa. As estratégias a desenvolver devem passar pela referenciada democratização, assim como, ao desenvolvimento de acções que visem a formação e capacitação, em particular dos professores, no que respeita às potencialidades que o uso do património e das acções museológicas oferecem ao processo de ensino-aprendizagem, desmistificando o espaço museal (entendido como lugar do discurso de outros especialistas).

Nos questionários por nós aplicados, a maioria dos inquiridos, revelou sentir necessidade no âmbito da ampliação do conhecimento de experiências museológicas em outras escolas do país, pelo que consideramos pertinente a realização de encontros nacionais e regionais que abordem questões direccionadas para a relação museologia-educação ou a constituição de uma rede de museus escolares mas cujo programa esteja aberto a experiências museológicas que, não esquecendo a essência da museologia e do museu, apresentem novas formas e modos de acção museológica. Deste modo, a troca de experiências tornava-se um facto que permitiria o desenvolvimento do conhecimento, por parte dos educadores/professores, na área da Museologia e do património, assim como, o desenvolvimento dos projectos em curso ou interrompidos e a inclusão do património cultural dos alunos e da comunidade no processo museológico e na proposta pedagógica da Escola.

Consideramos pertinente a validação, parte do governo central, de inúmeros projectos e processos de ensino-aprendizagem que pontualmente vão acontecendo nas escolas, à margem dos programas curriculares instituídos e ao sabor das vontades dos sujeitos sociais no espaço das instituições escolares e que proporcionam aos envolvidos o desenvolvimento de competências, saberes e envolvimento na comunidade.

Os quadros seguintes apresentam uma síntese da análise e da reflexão, realizadas durante o presente trabalho e compara as características identificadas dos actuais museus escolares com a nossa proposta, no que refere à concepção e à operacionalização deste tipo de museu.

CONCEPÇÃO DO MUSEU ESCOLAR	
Actualidade	Proposta

<i>Para quê?</i>	
O Museu Escolar destina-se:	
<ul style="list-style-type: none"> - à exposição, ao arquivo e à preservação do património e/ ou acervo museológico “antigo”, de âmbito pedagógico-didático, disciplinar ou da história local ; - conferir prestígio à instituição escolar; - manter a memória da escola viva, reforçando a sua identidade; - a motivar os alunos para novas pesquisas e a valorizar o património, permitindo a aprendizagem a partir do contexto real, na interacção com os objectos; - ser um espaço de aprendizagem diferenciado da sala de aula; - reforçar as relações entre os actuais e os antigos alunos da escola, reforçando a identidade escolar e aproximando várias gerações; - a divulgar o património cultural junto da comunidade envolvente, dando a conhecer e sensibilizando-a para a sua conservação, aproximando, também, a família à escola. 	<ul style="list-style-type: none"> - ser um espaço com função educativa e comunicativa, tendo como referente o património cultural local; - a utilizar o património como vector de produção do conhecimento, da conscientização, do exercício da cidadania e do desenvolvimento social; - a preservar a memória e utilizá-la como referencial para a realização de acções, no presente; - ao questionamento, à análise crítica, à reflexão, à participação, ao diálogo entre os sujeitos envolvidos e a realidade, à educação visual e sensorial, ao desenvolver do sentimento de cidadania e identidade comunitária; - ser acção, um instrumento dinâmico de diálogo intercultural e de mudança social; - ser o espaço onde as relações entre o sujeito/ser humano e o facto museal se estabelecem; - a ser um espaço de articulação entre as acções museológicas e os conteúdos programáticos dos currículos escolares, e também, de diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento.

<i>Porquê?</i>
O Museu Escolar é necessário por:

<ul style="list-style-type: none"> - existirem, na escola, objectos/documentos antigos, em desuso e raros e que, para além de deverem ser registados e conservados, podem ser um apoio/reforço pedagógico-científico tanto em contextos curriculares, como em extracurriculares e interdisciplinar; - permitir desenvolver competências cognitivas e comportamentais; - por ser útil que a comunidade conheça e use a tradição e os bens da escola, mantendo viva a memória dela, assim como, fortalecer a relação escola-comunidade; - ser um modelo que é importante tanto institucionalmente, como social e historicamente; - permitir a manutenção de laços afectivos entre a escola e os alunos após o término do seu percurso escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> - possibilitar a valorização e preservação do património, através da apropriação e reapropriação deste em contexto educativo; - conduzir ao questionamento, à análise crítica, à reflexão, à criatividade, à participação, ao diálogo entre os sujeitos envolvidos e a realidade, à educação visual e sensorial, ao desenvolvimento do sentimento de cidadania e identidade comunitária; - permitir aplicar metodologias de ensino-aprendizagem de espírito construtivista e experimental, a partir da aplicação das acções museológicas tendo por base o contexto real; - permitir dignificar a identidade cultural, a auto-estima e a compreensão da multiculturalidade no mundo contemporâneo.
---	--

Como?
O Museu Escolar necessita de:

<ul style="list-style-type: none"> - dispôr de recursos humanos motivados, disponíveis e capacitados científica e tecnicamente; - dispôr de recursos financeiros, materiais e logísticos que respondam às exigências científico-pedagógicas e à preservação e divulgação do acervo; - o estabelecimento de parcerias e intercâmbios com outras instituições; - ser atractivo de modo a captar o interesse da comunidade envolvente e estar capacitado científica e tecnicamente do ponto de vista museológico; - sensibilizar a comunidade escolar para a utilização do acervo no quotidiano do processo de ensino-aprendizagem, assim como, da participação activa dos elementos da comunidade; - integrar o seu projecto com o projecto educativo e curricular da Escola. 	<ul style="list-style-type: none"> - adoptar um modelo de gestão co-participada, envolvendo todos os elementos da comunidade educativa; - integrar o programa museológico com o projecto educativo da escola; - desenvolver experiências museológicas que busquem a criatividade, o fazer possível, de modo interrelacionado com a comunidade e os contextos de ensino-aprendizagem, valorizando e preservando o património; - usar a museografia como instrumento para desenvolver capacidades cognitivas e comportamentais dos alunos; - envolver os sujeitos nas acções msueológicas, a partir do diálogo e da participação; - partilhar com outras escolas e outros museus escolares, as experiências museológicas desenvolvidas.
---	---

OPERACIONALIZAÇÃO DO MUSEU ESCOLAR	
Actualidade	Proposta
Processo Museológico	
Pesquisa	
<p>Realizada pontualmente, decorrente de um projecto.</p>	<p>É o suporte para o processo museológico (diagnóstico da realidade) – daqui saem os temas para musealização.</p> <p>Os sujeitos são envolvidos no processo de observação, análise, interpretação e qualificação do património cultural.</p>
Preservação	

<p>É atribuído um carácter conservativo.</p> <p>É realizada através da protecção dos objectos/documentos em vitrines.</p> <p>São realizadas, pontualmente, acções técnicas de conservação (restauro, limpeza, desinfestação) dos objectos/documentos.</p> <p>O registo/documentação restringe-se ao inventário do acervo e, por vezes, de catalogação.</p>	<p>Acontece em todas as acções museológicas e considera a diversidade cultural dos sujeitos intervenientes no processo.</p> <p>Participação na elaboração dos instrumentos, processamento e inclusão do património musealizado, pelos sujeitos envolvidos no processo.</p> <p>Processo dialógico na tomada de decisões e nos procedimentos a efectuar.</p> <p>Acções de colecta, documentação (classificação e registo) e conservação.</p>
--	--

Comunicação

<p>É feita através da exposição permanente e, pontualmente, através de exposições temporárias, produção de textos/documentos e na realização de projectos interdisciplinares e/ou extracurriculares.</p>	<p>Acontece em todas as acções museológicas e partindo da relação dialógica-problematizadora conduz a um sistema comum de signos linguísticos.</p> <p>A exposição é o resultado do trabalho interactivo que dá origem ao conhecimento e ponto de partida para outra acção comunicativa – não é um fim em si mesma.</p> <p>A exposição materializa a comunicação entre o museu e a comunidade.</p>
--	---

Missão

<p>É definida pelos professores (autores) do projecto e a comunidade tem conhecimento dela à posteriori.</p> <p>Não integra o Projecto Educativo ou Curricular da Escola.</p> <p>Está relacionada com a memória da escola, com a salvaguarda, preservação e divulgação (exposição) do acervo museológico.</p> <p>O programa/projecto museológico está definido mas não está disponível para consulta, na maioria das escolas.</p>	<p>É definida em conjunto com a comunidade escolar e está inserida no Projecto Educativo e Curricular de Escola.</p> <p>A sua definição assenta no uso dos testemunhos do mundo humano e natural para desenvolver a imaginação, aumentar a compreensão e o prazer, assim como, promover a apropriação e reapropriação do património cultural, através da aplicação das acções museológicas, em interacção com a comunidade.</p> <p>O património cultural actua como um referencial para o processo educativo e para o desenvolvimento sustentável, segundo uma concepção de museologia participativa e criativa, em constante processo de acção-reflexão.</p>
---	---

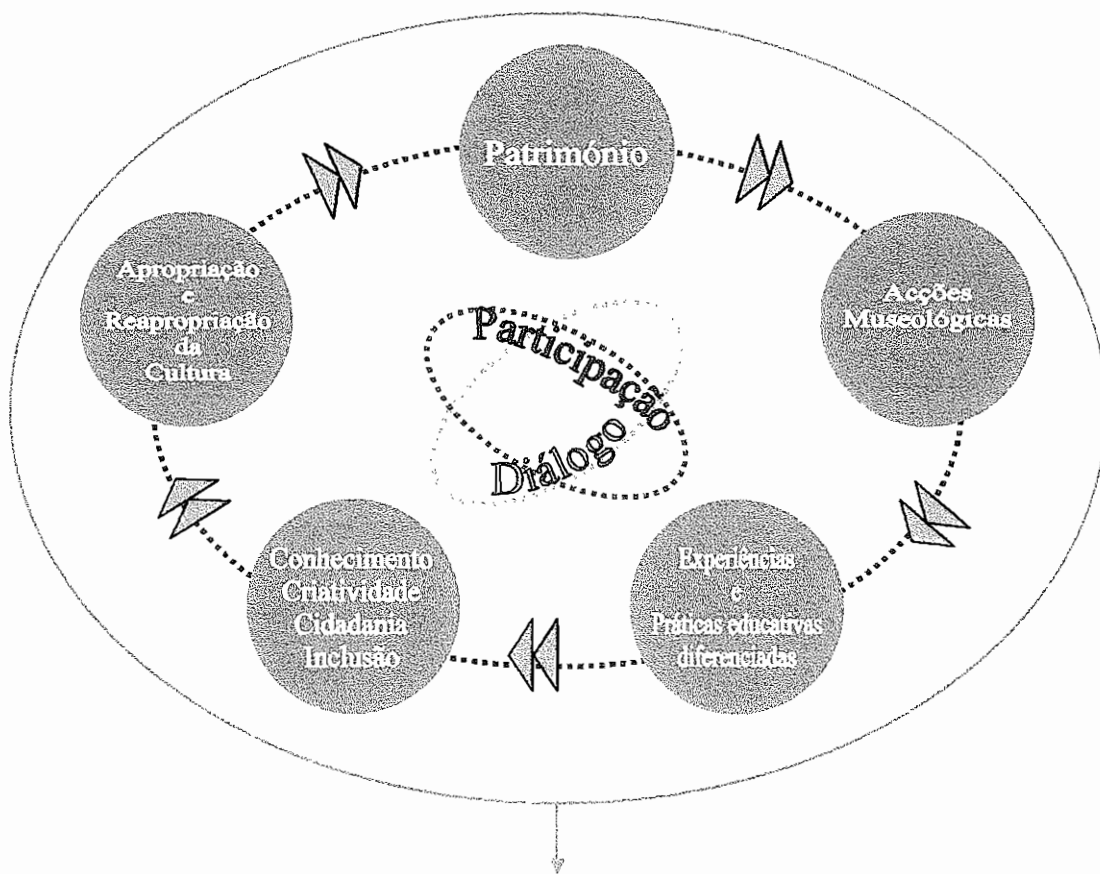
Gestão	
<p>Modelos de gestão partilhada entre os professores e/ou Conselho Executivo, excluindo os demais actores sociais.</p> <p>A coordenação é da responsabilidade do(s) autor(es) do projecto.</p> <p>Na organização, definem-se alguns sectores, destacando-se a preservação/conservação, ao registo/arquivo/documentação e à exposição, onde se centram as principais actividades.</p> <p>Os recursos humanos são escassos e dependem da disponibilidade de horário, motivação pessoal e saber museológico especializado.</p> <p>Os recursos materiais, económicos e logísticos são também diminutos.</p> <p>A maioria dos museus escolares não tem protocolos de parcerias/apoios estabelecidos.</p>	<p>Não existe um modelo organizacional pré-definido, ele surge no processo, de acordo com o conceito de museologia participativa e dialógica.</p> <p>Propomos o modelo participativo que resulta da participação, diálogo e entendimento entre a comunidade escolar, constituindo um processo rico no sentido de troca e de respeito pela ideia do outro.</p> <p>A co-participação reflecte o trabalho interdisciplinar e interactivo entre os sujeitos envolvidos no processo, atendendo à pluralidade e à diversidade cultural.</p> <p>Os sujeitos envolvidos procuram estatutos e modos de funcionamento, de recrutamento, de financiamento, de acordo com as realidades do meio local.</p> <p>Os recursos são os da própria comunidade, pois, o museu surge e desenvolve-se com e para ela.</p> <p>A museografia caracteriza-se pela sua pobreza de recursos e meios mas criativa e original, cumprindo a função educativa e social preconizada pelo museu.</p>

Acervo	
<p>Constituído por objectos/ colecções que distribuem por diversas temáticas.</p> <p>A exposição é a forma de divulgação deste acervo, localizada em zonas específicas.</p>	<p>Constitui-se em acervo institucional e operacional:</p> <p>Acervo institucional – forma-se gradualmente a partir das acções de pesquisa, preservação e comunicação em interacção, qualificando aspectos da cultura local.</p> <p>Acervo operacional – é constituído por todas as áreas da realidade local que servem de referencial para a produção do conhecimento (colocado à disposição num banco de dados), são qualificadas culturalmente e musealizadas, e, alimentam a produção do acervo institucional.</p>

Espaços museológicos e museográficos	
<p>Apresenta carência de espaço físico para a exposição, arquivo e desenvolvimento dos vários sectores do museu.</p> <p>A exposição ocupa uma (ou várias) sala de aula ou zonas de entrada, corredores da escola.</p>	<p>O espaço não se circunscreve a quatro paredes que encerrem o acervo museológico.</p> <p>É necessário existir um local para a organização e gestão do museu, onde se discutem e planejam as actividades a desenvolver, adaptado ao funcionamento dos sectores, instalação do banco de dados e, o próprio espaço da escola (interior, exterior e virtual) para a prática cultural, particularmente, as exposições (surgidas como resultado e início de um processo).</p> <p>As exposições acontecem num local seleccionado de acordo com as actividades programadas e objectivos definidos, podendo existir uma exposição permanente ou não, distribuída por zonas da escola.</p> <p>As exposições tanto podem acontecer dentro da sala de aula, no corredor, pátio, no exterior da escola ou mesmo no espaço virtual (este sim ilimitado), por exemplo, tendo o suporte na Internet e/ou nos vários suportes multimédia.</p>

Processo Museológico e Prática Educativa	
<p>Encontramos a dissociação entre o processo museológico e a prática educativa mas no plano teórico registamos o entendimento das vantagens educativas no uso do património cultural para a aquisição de conhecimento e o desenvolvimento de competências.</p>	<p>A acção museológica cria situações que conduzem os sujeitos aprendentes ao estabelecimento do diálogo, à reflexão, ao estímulo à criatividade e ao desenvolvimento.</p> <p>Pressupõe a aplicação de projectos que utilizem processos activos, construtivos, interdisciplinares e que façam uso de metodologias que envolvem a experimentação e fogem à tradicional pedagogia de sala de aula centrada na 3ª pessoa, assim como, diferentes técnicas de trabalho em grupo, a participação/envolvimento do aluno no processo de construção do conhecimento, e, a inter-relação aluno-professor e os demais actores sociais.</p> <p>As acções museológicas têm como referencial o património global e centram-se na finalidade de ver, expressar e transformar a realidade, qualificada como património cultural.</p> <p>A Museologia interage com a Pedagogia, contribuindo para a preservação e fruição do património e enriquece a prática pedagógica com as suas acções dialógicas, reflexivas e de inclusão, articulando o conhecimento com a vida.</p>

Em suma, a ilustração seguinte apresenta a nossa concepção de museu, a sua finalidade e a forma de operacionalização do processo de interacção com os sujeitos, tendo como vector o património cultural, a partir da observação da realidade.



Desenvolvimento educativo e social

Capítulo 5 – Conclusões

*A certeza de conhecer e de possuir “a solução”
é o caminho mais curto para a ignorância.*²¹¹

Este estudo partiu de questões que foram tomando corpo ao longo da nossa vivência enquanto profissional da educação, com formação base na área das Artes Visuais, em escolas do Ensino Básico e Secundário, associadas aos nossos estudos da formação base e complementares no campo da museologia. Propusemo-nos, no início desta reflexão, procurar as justificações para a existência de um Museu inserido na dinâmica de uma Escola, definir as suas acções museológicas e os conceitos e práticas orientadoras para compreender e conceber projectos museológicos deste tipo. Podemos sintetizar, os propósitos enunciados dentro da seguinte formulação:

Qual(is) o(s) sentido(s) do processo museológico e da prática pedagógica, de um museu instituído no espaço escolar, e os seus contributos para a Museologia e para a Educação? Sintetizando, o que é e para que/quem serve o Museu Escolar?

Chegamos a uma fase em que podemos afirmar que a situação das instituições museológicas nas escolas secundárias/3º ciclo não pode continuar remetida para o esquecimento e isolamento a que estão sujeitas, sob pena de continuar a esvaziar-se o seu sentido. Ao longo da investigação expusemos e compreendemos o panorama destes museus e a forma descontextualizada e mecânica como as acções museológicas estão sendo aplicadas. Estes museus centralizam a sua acção no objecto, exercendo a sua acção em torno da constituição de colecções, maioritariamente, de produtos pedagógico-didácticos. Como referimos anteriormente, esta acção pode inserir-se na verificação do seu desenquadramento dentro do sistema educativo actual, sendo aqueles mantidos dentro de um clima que assenta num certo *saudosismo*, em paralelo com o entendimento (teórico) de que os objectos possibilitam perceber e expressar uma identidade cultural própria.

Constatámos que o museu escolar, nas escolas portuguesas, actua, maioritariamente, do seguinte modo:

²¹¹ NÓVOA, António, (2005). EVIDENTEMENTE. Histórias da Educação. Porto: ASA Editores. P. 9

- as acções museológicas não fazem parte do projecto político-pedagógico da escola;
- com carência de recursos humanos e materiais, e espaço físico limitado e inapropriado para o desenvolvimento das acções museológicas;
- define e desenvolve as acções museológicas de pesquisa, preservação e comunicação, de forma descontextualizada e mecânica, isoladamente perante o processo de ensino-aprendizagem;
- as disciplinas aparecem de forma compartimentalizada, não se explorando a interdisciplinaridade e a multiculturalidade;
- a relação museu-escola-comunidade não é explorada, diluindo-se o sentido de comunidade, cidadania e património comum;
- a relação com outros museus (locais, regionais ou escolares) é pontual ou mesmo nula;
- as estratégias de acção do museu escolar encontram-se, pontualmente, com os programas disciplinares;
- centra a sua acção em torno da colecção e das acções de colecta, registo, documentação e exposição dos objectos que constituem o acervo;
- adopta a ideologia dominante ao tentar reproduzir em pequena escala os museus nacionais;
- com carência de conhecimentos teóricos e práticos no âmbito da museologia e museografia.

Não pretendemos com esta reflexão e investigação demonstrar que as experiências museológicas já construídas e em desenvolvimento na actualidade das escolas portuguesas são formas que se devem anular. Pelo contrário, consideramos que são experiências válidas que

resultam do fazer e saber possível dos sujeitos envolvidos. Assim como, também não consideramos que exista ou tenha existido uma *velha* museologia e uma *nova* museologia mas processos museológicos que progrediram e se transformaram perante estímulos exteriores e interiores aos museus e à própria museologia. Reforçamos que pretendemos apresentar uma reflexão que aponte para novas ou complementares possibilidades de acção, a partir do estímulo à criatividade e à acção participativa e dialógica, dentro do processo de ensino-aprendizagem e recorrendo ao património cultural local, privilegiando a inclusão do saber próprio dos sujeitos e da comunidade envolvente.

Sendo a Museologia uma ciência que contribui para a socialização do conhecimento e para a consciencialização para a cidadania, a partir do património cultural, então, podemos entender que o Museu não é só património, versado como fragmentos de memória, mas também, factor de desenvolvimento, entendido como um processo em aberto que, através de acções museológicas participativas, se torna cada vez mais premente para a educação da sociedade contemporânea. Deve preencher a sua missão social, nas suas várias dimensões, fazendo com que o ser humano se identifique com o seu meio natural e humano, capacitando-o para a mudança e para agir como sujeito do seu próprio futuro.

Uma sociedade não é, simplesmente, constituída pela massa dos indivíduos que a compõem, pelo solo que ocupam, pelas coisas de que se servem, pelos movimentos que realizam, mas, antes de tudo, pela ideia que tem de si mesma²¹².

A educação pode, também, ser considerada como um processo de socialização, derivada da necessidade de auto-renovação que a sociedade apresenta, expressa na formação de subjectividades, na constituição de identidades sociais e em formas de actuação social, por meio de situações que implicam grupos heterogéneos de sujeitos. A universalização da educação, produzida pela escola pública e laica, é um projecto iluminista, assim como o é a livre expressão de ideias. Na sociedade moderna assistimos à construção de um *projecto de saber*, onde os ideais e as conquistas da sociedade moderna, globalizada e tecnificada, operam-se em dois campos cada vez mais complementares de socialização das novas gerações: a educação e a comunicação. À escola são atribuídas cada vez mais tarefas e incumbências para capacitar os sujeitos a *ler e escrever* em todas as novas linguagens do

²¹² DURKHEIM, Émile *cit.* SANTOS, Maria Eduarda Vaz Moniz dos. (2005). *Que Educação? – Tomo I*. Lisboa: Edição SANTOSEDU. P.92

universo informacional em que a sociedade moderna está imersa, de modo a que as futuras gerações sejam compostas por sujeitos autónomos, criativos e críticos.

O pedagogo Paulo FREIRE entende que a “educação é essencialmente um ato de conhecimento e de conscientização”²¹³, acrescentando que o “homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objecto dela. Por isso, ninguém educa ninguém”²¹⁴. Contudo, o conhecimento da realidade não implica por si só a mudança dela própria mas a esta implica, ou seja, “enquanto prática desveladora, gnosiológica, a educação sozinha, porém, não faz a transformação do mundo, mas esta a implica”²¹⁵.

Tanto a Escola como o Museu são instituições que, condicionadas histórica e socialmente, reflectem as capacidades e as concepções do ser humano e da humanidade. Como instituições que socializam o conhecimento, elas têm uma função determinante no futuro da humanidade, no seu desenvolvimento e na forma como a participação e a democracia se efectivam na sociedade multicultural. Sendo um reflexo da sociedade que as alberga, a Escola e o Museu são o palco para exercícios de preparação para a inserção nessa mesma sociedade dos sujeitos. A inserção deve realizar-se de forma criativa e transformadora, exercitando-se a participação e desenvolvendo-se uma prática autenticamente democrática em todo o processo.

O Museu Escolar e as acções museológicas na escola, como defendemos, revestem-se de uma importância elevada para o processo pedagógico, na medida em que permite que se apliquem acções criativas, dialógicas e participativas, onde o conhecimento se constrói no processo e em interacção com os sujeitos sociais. O património cultural local é o vector para a aplicação de estratégias de ensino-aprendizagem que privilegiam a cooperação, o diálogo, o entendimento, a reflexão, a descoberta, a análise crítica e a criatividade, segundo um processo de construção do conhecimento, por parte dos sujeitos envolvidos, em detrimento de uma educação que se estabelece por via *bancária* (Paulo FREIRE). A relação educador-educando pauta-se pela troca e construção do conhecimento, onde os papéis se conjugam para uma pedagogia conducente para a autonomia, criatividade e esperança num futuro construído pelos sujeitos sociais.

A importância das acções museológicas, de pesquisa, preservação e comunicação, trazem não só novas metodologias de ensino-aprendizagem, como também, modos de implicar o

²¹³ FREIRE, Paulo. (1979). *Educação e Mudança*. Coleção Educação e Comunicação, vol. 1. 25ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. P. 10

²¹⁴ Idem. *Ibidem*. P.28

²¹⁵ Idem. (1992). *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. P.32

processo educativo. Aquelas permitem que a concepção de museu se modifique, agora compreendido como um meio de educação e comunicação, na medida em que através deste se participa num processo de ensino-aprendizagem integrado no desenvolvimento dos sujeitos e da comunidade. A pesquisa sendo a base de toda as acções a programar, possibilita que se avance, se aprenda a aprender, se aprenda a pensar, perdendo o medo de mudanças e compreendendo e respeitando as diferenças. A preservação acontece no processo e como resultado de toda a acção, desenvolvendo os procedimentos técnicos através de modos interactivos e participativos. A comunicação assenta no diálogo, na interacção e acontece durante toda o processo museológico, sendo a exposição um meio privilegiado, não se constituindo como finalidade, podendo ser apresentada em qualquer lugar e materializada com meios diversificados. O estímulo à criatividade e interacção é uma constante durante o processo museológico.

Deste processo emergem metodologias de ensino-aprendizagem assentes no construtivismo, salientando-se a metodologia de projecto, onde a construção do conhecimento vai acontecendo no processo, durante o qual educando e educador interagem, apelando à reflexão crítica, ao diálogo e à participação. O diálogo, como defende Paulo FREIRE “tem significação precisamente porque os sujeitos dialógicos não apenas conservam sua identidade, mas a defendem e assim crescem um com o outro”²¹⁶, possibilitando o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, da qual faz parte. A participação, como defende Miguel GUERRA, “não depende somente da vontade de participar e da atitude aberta à reflexão partilhada, à decisão colegial e ao trabalho de colaboração”²¹⁷ são necessários espaços e tempos para que os sujeitos possam considerar como seu o que fazem. De facto, por meio da participação os projectos ganham riqueza, rigor e afectividade, no exercício prático da democracia, entendida como uma construção em constante dinamismo. Defendendo uma prática educativa próxima dos «propósitos sociais e políticos», Paulo FREIRE²¹⁸ acrescenta que “ensinar é um acto criador, um acto crítico e não mecânico”, implicando uma disciplina intelectual, mas esclarecendo que o “acto de estudar, de ensinar, aprender, de conhecer é difícil, sobretudo exigente, mas prazeroso”, salientando a necessidade da descoberta da alegria que esse acto encerra, por parte dos educandos e educadores.

²¹⁶ *Idem. Ibidem.* P.118

²¹⁷ GUERRA, Miguel Ángel Santos. (2002). *Os Desafios da Participação. Desenvolver a democracia na escola.* Colecção Currículo, Políticas e Práticas, nº 18. Porto: Porto. P.117

²¹⁸ FREIRE, Paulo. (1992). *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.* 10ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. P.80-83

Ao nível das aprendizagens relevantes a serem promovidas pelo processo museológico e pela prática educativa de essência construtivista, destacamos a criatividade, o sentido crítico e o envolvimento na resolução de questões relacionadas com o património local, perspectivando o desenvolvimento da comunidade, tanto no plano social quanto individual. A apropriação do património cultural local acontece no processo e conduz à preservação daquele num contexto global. De facto, o sujeito perante o mundo, estabelece uma relação sujeito-objecto da qual nasce o conhecimento (FREIRE, 1979) e a tomada de consciência da sua acção no devir do mundo.

A cristalização de hoje é a mudança que se operou ontem num outra cristalização. Por isso é que nada de novo nasce de si mesmo, mas sim do velho que antes foi novo. Por isso também tudo o que é novo, ao tomar forma, faz seu “testamento” ao novo que nascerá dele, quando esgotar e ficar velho²¹⁹.

Um processo museológico aplicado de forma contextualizada na prática pedagógica e que inclua na sua acção o património dos sujeitos envolvidos e da comunidade, permite que a relação museu-escola-comunidade se estreite e que a participação, tão advogada teoricamente, se efective na prática do quotidiano da Escola. Por outro lado, a comunidade envolvida no processo museológico apropria-se do seu próprio património e conduz a acções preservacionistas e práticas de cidadania dos sujeitos sociais, assim como, tornando o museu e a escola como lugares de educação permanente e uma provocação para o sistema sociedade - ser humano - cultura. Consubstanciamos estas considerações a partir das reflexões do pedagogo Paulo FREIRE ao referir, “quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias”²²⁰. De facto, a “escola pode ser um foco de referência, um farol cultural, um lugar de encontro educativo para toda a comunidade” como advoga Miguel Santos GUERRA²²¹, onde ensinar deve «sobretudo tornar possível aos educandos que, epistemologicamente curiosos, vão se apropriando da significação profunda do objecto

²¹⁹ Idem. (1979). Educação e mudança. Coleção Educação e Comunicação, vol. 1. 25ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. P.47

²²⁰ Idem. *Ibidem*. P.30

²²¹ GUERRA, Miguel Ángel Santos. (2002). Os Desafios da Participação. Desenvolver a democracia na escola. Coleção Currículo, Políticas e Práticas, nº 18. Porto: Porto. P.88

somente como, *apreendendo-o, podem apreendê-lo*»²²² e, onde se pode constituir, segundo a museóloga Maria Célia SANTOS, um “campo fértil para o compartilhamento de informações e de conhecimento, que, por meio da pesquisa-ação, poderá alimentar uma rede de interação, formando verdadeiras comunidades de aprendizagem”²²³.

Os vectores do processo museológico e da prática pedagógica, na aplicação das acções museológicas na Escola, estão determinados pelo seguinte:

- acções participativas, dialógicas e inclusivas;
- modos construtivistas e inter e multidisciplinares de produção e apreensão do conhecimento;
- conjugação da teoria e prática no contexto de ensino-aprendizagem;
- a aprendizagem opera-se durante o próprio processo;
- apropriação do património local por parte dos sujeitos envolvidos e da comunidade;
- acções museológicas que possibilitem actos preservacionistas e comunicativos;
- inclusão do património cultural dos educandos, educadores e da comunidade local, no processo museológico ena prática pedagógica.

O processo museológico “construído e reconstruído por meio da ação dialógica, dinâmica, complexa e criativa”²²⁴ confere dimensão social e educativa à Museologia, onde teoria e prática se conjugam para a concretização das acções museológicas em interacção com a comunidade.

²²² FREIRE, Paulo. (1993). *Política e Educação: ensaios*. Coleção Questões da Nossa Época, vol. 23. 6ª Edição. São Paulo: Cortez Editora. P.70

²²³ SANTOS, Maria Célia T. M. (2006). *Museus Universitários Brasileiros: novas perspectivas*. Comunicação apresentada no IV Encontro do Fórum Permanente de Museus Universitários e II Simpósio de Museologia na UFM “Museus Universitários – Ciência, Cultura e Promoção Social”, 24-28 Agosto. Belo Horizonte – MG. (Suporte electrónico).

²²⁴ Idem. *Ibidem*.

Os desafios e contributos para a Museologia e para a Educação são múltiplos e revelam-se pela contribuição que Museu Escolar assume, através da educação patrimonial e das acções museológicas, no sentido de promover:

- o conhecimento e apropriação dos testemunhos patrimoniais locais;
- o estreitamento da relação escola-comunidade, reconhecida a interdependência entre cultura e desenvolvimento, na superação de problemas e desigualdades;
- o desenvolvimento do exercício de cidadania, tanto dos actores sociais da escola como da comunidade local;
- o desenvolvimento de projectos de âmbito patrimonial que permitam novos meios, espaços e tempos de aprendizagem;
- a preservação, pesquisa e comunicação do património que caracteriza a cultura local;
- desenvolvimento da ciência museológica e das práticas museográficas.

Para além do acima exposto, consideramos que o processo museológico proposto contribui para a Educação na medida em que considerando o museu como um recurso educativo extraordinário pois permite gerar processos educativos a partir de situações reais concretas, conduzindo a processos de codificação e construção do conhecimento que se estabelecem por meio de representações cognitivas que não estão assentes em conceitos verbais mas em experiências vivenciadas. Para a Museologia, podemos, também, considerar que este tipo de processo museológico proposto contribui para transformar o discurso museológico, na medida em que os produtores daquele são os seus próprios consumidores – há uma apropriação do museu em si e uma apropriação da comunidade e dos sujeitos educativos para se auto-organizarem, gerindo o tempo e o espaço de ensino-aprendizagem, assim como, o futuro da sua identidade local.

O Museu Escolar e as acções museológicas cumprem uma dupla função: educativa e comunicativa, que entende a compreensão como meio e fim das acções, objectivando o

desenvolvimento da comunidade. Edgar MORIN²²⁵ acrescenta que “todo o desenvolvimento verdadeiramente humano deve compreender o desenvolvimento das autonomias individuais, das participações comunitárias e a consciência de pertencer à espécie humana” e que o «ensino deve não só contribuir para uma tomada de consciência da nossa *Terra-Pátria*, mas também permitir que esta consciência se traduza numa vontade de realizar a cidadania terrena».

O modelo participativo e dialógico, apresentado e defendido ao longo deste estudo, permite que se associe as populações do território a todas as fases de construção e da vida do museu, como defende Hugues de VARINE, acrescentando que “o museu (...) deve, para ser credível, **estar aberto ao futuro**, apoiando-se evidentemente no passado e no património, mas com o fim de contribuir para a edificação de uma nova sociedade”²²⁶. Assumimos os Museus como instituições públicas e sociais que existem para serem utilizados pelas comunidades e com elas devem agir, objectivando a construção de uma nova prática social (multicultural e inclusiva), no mundo contemporâneo, a partir da qualificação da cultura.

O museu do futuro (...) objectiva realizar uma atitude dinâmica para com o presente e o futuro, vendo o passado como uma fonte de inspiração valiosa para um total compromisso com o dia-a-dia. O objectivo de tal museu (...) é criar tal relacionamento entre o homem e o universo, que seja, um relacionamento harmonioso, onde esta própria conscientização se tornaria a própria consciência²²⁷.

O Património e as acções museológicas, entendidos como vectores de transformação e desenvolvimento de múltiplas capacidades do indivíduo dentro do contexto social da comunidade, em concreto dos educandos, servem de *matéria-prima* para o processo educativo muito para além de uma simples abordagem como instrumento complementar da *educação bancária*. A ilustração seguinte representa a dinâmica da concepção considerada por nós, numa sociedade que desafia o ser humano a ser único e global simultaneamente.

²²⁵ MORIN, Edgar. (1999). *Os Sete Saberes para a Educação do Futuro*. Coleção Horizontes Pedagógicos, nº 87. Lisboa: Instituto Piaget. P.20-21

²²⁶ VARINE, Hugues de. (2003, Dezembro). “Testemunhos de alguns museus e museólogos locais, antes da Rede...”. Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus, nº 10. P.12-15

²²⁷ SOLA, Tomislav. (1982). “Contribuição para uma possível definição de museologia”. Comunicação apresentada no Encontro – Interdisciplinaridade na Museologia, Paris. In *Sebenta de Textos - Sumário de documentos de Museologia da ULHT, 5º Volume*. (Texto policopiado)



Consideramos o Museu, a Museologia, a Escola e a Educação como um **processo**, algo que está em movimento, em constante renovação, tal como a sociedade, onde participação, criatividade e diálogo são os pilares daquele, articulando multiculturalidade e aprendizagem num contexto de desenvolvimento integral. Neste contexto de acção museológica e educativa, o processo interessa mais do que o produto. A lógica a seguir é a do **projecto** para encontrar a solução adequada a cada contexto pedagógico e a cada processo museológico e espaço museológico/museográfico.

Neste sentido, tendo como referencial a literatura consultada e a análise dos dados recolhidos, são apresentadas, a seguir, algumas recomendações que são consideradas importantes para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do processo de construção e reconstrução dos museus escolares, em Portugal:

- abrir uma discussão, de forma abrangente e democrática, que envolva as escolas e as instituições museais e organismos centrais (nas áreas da educação e da cultura), com o objectivo de avaliar as acções dos museus escolares, no País, e apresentar propostas concretas de projectos conjuntos, que contemplem a formação do professor para actuar com os museus e com o património cultural. Esta necessidade está patente nos dados recolhidos através dos questionários;

- envolver todos os segmentos da escola, particularmente, os presidentes/directores, pois, em geral, estes consideram as actividades do museu escolar como um mero evento que devem

ser dissociados das actividades docentes, inclusive criando dificuldades para a concessão de carga horária para o desenvolvimento dos projectos;

- procurar desenvolver uma actuação conjunta com os cursos de Museologia e Património, estabelecendo parcerias e convénios que poderão possibilitar a actuação de bolsistas e estagiários nos museus instalados nas instituições de ensino;

- promover cursos, palestras e seminários para os professores de diferentes níveis de ensino, sobre a importância dos museus e da utilização do património cultural para o desenvolvimento do processo pedagógico, no mundo contemporâneo;

- criar redes de escolas, com vista à troca de experiências, utilizando as *mais valias* que as novas Tecnologias de Informação e Comunicação possibilitam no que refere à troca de informação, às vezes mesmo em tempo real (Internet), constituindo um espaço de *auto-organização*, reflexão e debate.

As reflexões aqui realizadas são o resultado de um processo de conhecimento e de crescimento pessoal, com erros e acertos, que permite, neste momento, apontar alguns aspectos considerados por nós relevantes. Reconhecemos as limitações do nosso trabalho mas acreditamos que possa contribuir para a organização e funcionamento dos museus escolares e para o conhecimento nas áreas da Educação e da Museologia. Reiteramos que enquadrámos este estudo no âmbito exploratório e esperamos que esta pesquisa estimule a realização de novos estudos sobre os museus escolares, preenchendo as lacunas e produzindo novo conhecimento sobre o tema, no sentido de capacitar educadores e museólogos para a condução de novas práticas educativas e experiências museológicas nas escolas portuguesas que interliguem educando-educador-comunidade-escola-património.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Citada

AA.VV. (2002). Encontro Museus e Educação. Actas do Encontro de 10-11 Setembro 2001. Centro Cultural de Belém. Lisboa: Instituto Português dos Museus

AA.VV. (2000). Inquérito aos Museus em Portugal. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, Instituto Português dos Museus

AA.VV. (2005). O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, Instituto Português dos Museus/ Rede Portuguesa dos Museus

ARAÚJO, Matilde Rosa. (1987). “A criança como sujeito activo na educação e na cultura” *in*

AA.VV. (1987). A Escola vai ao Museu. Actas do Colóquio organizado pela APOM. Lisboa: Associação Portuguesa de Museologia (APOM)

BARRETO, Maria de Lourdes Parreira Horta. (2002). “Educação Patrimonial”. Manifesto pelos museus. Boletim nº4 – III Série, APOM. *in* Sebenta de Textos - Sumário de Documentos de Museologia, 2º Volume da ULHT (Texto Policopiado)

BARROSO, João. (2003, Abril). “Organização e regulação dos ensinos básico e secundário, em Portugal: sentidos de uma evolução”. Revista Educação & Sociedade, vol. 24, nº 82. Campinas

_____. (2004). “Defender, debater, promover a Escola Pública: consequências para o ensino da Matemática”. Retirado em Março de 2005 da World Wide Web: <http://www.apm.pt>

BARBUY, Heloísa. (1998). “Curadoria e Curadores” *in* Anais da I Semana dos Museus Universitários de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo

BERCK, Brenda. (nº2, 1992). “Museos: posibilidades sin fronteras”. Revista Museum, nº174. Paris: UNESCO

BRITO, Joaquim Pais de. (2004, Novembro). “Objectos são pretexto para falar das pessoas” *in* Pessoas e Lugares. Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+, II Série, nº24. Retirado em Janeiro de 2005 da World Wide Web: www.leader.pt

BRUNO, Cristina. (1997). Museologia e Museus : princípios, problemas e métodos. Cadernos de Sociomuseologia nº 10. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa : ULHT

_____. (2006). Museus e Pedagogia Museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. (suporte electrónico)

CABRAL, Clara Bertrand. (2003). “Subsídios para o estudo dos museus virtuais”. Retirado em Fevereiro de 2004 da World Wide Web: <http://www.antropologia.com.br>

CAMACHO, Clara Frayão. (2002). “Rede Portuguesa de Museus – um projecto em construção” *in* Actas do Fórum Internacional de Redes de Museus. Lisboa: Instituto Português de Museus/ Rede Portuguesa de Museus.

CANÁRIO, Rui. (2005). O Que é a Escola? Um “olhar” sociológico. Colecção Ciências da Educação Século XXI, nº 22. Porto: Porto Editora

CARRASCO, Manuela. (1995). “Que técnicas museográficas a escola poderá utilizar?” *in* AA.VV. (1995). 1º Encontro Nacional sobre Museologia e Educação, 5-7 Outubro. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal/ MINOM – Movimento para uma Nova Museologia

CASAL, Adolfo Yánez. (1993). “Património e modernidade” *in* Actas do IV Encontro Nacional de Museologia e Autarquias, 29-31 Outubro. Tondela. P. 57-61

CHAGAS, Mário de Souza. (2002). “Memória e Poder: dois movimentos” *in* Museu e Políticas de Memória. Cadernos de Sociomuseologia, nº19. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT. P.42

_____. (1994). Novos Rumos da Museologia. Cadernos de Museologia nº2. Centro de Estudos de Socio-Museologia. Lisboa: ULHT

CHOAY, Françoise. (2000). A Alegoria do Património. Coleção Arte & Comunicação, nº 71. Lisboa: Edições 70

_____. (2005). Património e Mundialização. Évora : Casa do Sul Editora, Centro de História da Arte da Universidade de Évora

COSTA, Marcela. (2005). Um Contributo da Acção Teatral para a Função Educativa dos Museus da Região Autónoma da Madeira. Tese de Dissertação de Mestrado em Museologia. Lisboa: ULHT (suporte electrónico)

DESVALLÉES, André. (2001). “Que futuro para os museus e para o património cultural na aurora do terceiro milénio?” *in* Lugar em Aberto. Revista da APOM, nº 1, Outubro de 2003. P.46-74

DILLON, Sarah. (2001, February 15). “Museums: a wealth of learning opportunities”. MERT Journal, Volume 2 – Number 1. Canada: Toronto. P.6

DUARTE, Ana. (1994). Educação Patrimonial. Guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres. 2ª Edição. Lisboa: Texto Editora

FARIA, Margarida Lima de. (2000). “Projecto: Museus e Educação”. Retirado em Outubro de 2005 da World Wide Web: <http://www.dgidc.min-edu.pt>

FERNANDES, José A. (1999). A Escola de SOFIA : Projecto SOFIA para uma escola Comunitária. 3ª Edição. Porto: Edições Salesianas

FLEURI, Reinaldo Matias. (2004). “Intercultura e Educação” *in* (2005, Dezembro). Paulo Freire: Caminhando para uma Cidadania Multicultural. Revista de Educação, Sociedade & Culturas, nº23. Centro de Investigação e Intervenção Educativas. Porto: Edições Afrontamento

FREIRE, Paulo. (1977). Extensão ou comunicação?. Coleção O Mundo Hoje, vol. 24. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra

_____. (1979). Educação e mudança. Coleção Educação e Comunicação, vol. 1. 25ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra

_____. (1992). Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra

_____. (1993). Política e Educação: ensaios. Coleção Questões da Nossa Época, vol. 23. 6ª Edição. São Paulo: Cortez Editora

GADOTTI, Moacir. (2005). “Informação, conhecimento e sociedade em rede: que potencialidades?” in AA.VV. (2005, Dezembro). Paulo Freire: Caminhando para uma Cidadania Multicultural. Revista Educação, Sociedade & Cultura, nº 23. Centro de Investigação e Intervenção Educativas. Porto: Edições Afrontamento

GUERRA, Miguel Ángel Santos. (2002). Os Desafios da Participação. Desenvolver a democracia na escola. Coleção Currículo, Políticas e Práticas, nº 18. Porto: Porto Editora

HAMELDINE, Daniel. “Os Professores: prisioneiros, cúmplices? Que nova profissionalidade?” in AA.VV. (2001). O Século da Escola. Entre a utopia e a burocracia. Actas das Conferências do Curso de Verão, Julho de 2000. Coleção Perspectivas Actuais/ Educação. Porto: Edições ASA

HEIN, George E. (1998). Learning in the Museum. London, USA and Canada: Routledge

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. (1998). El museo como espacio de comunicación. Gijón: Ediciones Trea

HICKS, Ellen Cochran. (1986). “Museums and Schools as Partners”. Retirado em Março de 2004 da WWW: www.ericfacility.net

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. (1992). “Semiótica e Museu” in Sebenta de Textos – Sumário de documentos de museologia, Vol. 5. Lisboa: ULHT. P. 9-28. (Texto policopiado)

KOPTCKE, Luciana Sepúlveda. (2003). “A análise da parceria Museu-Escola como experiência social e espaço de afirmação do sujeito” in GOUVÊA, Guaracira, MARANDINO, Martha e LEAL, Maria Cristina (Orgs.). (2003). Educação e Museu: A Construção Social do Carácter Educativo dos Museus de Ciência. Rio de Janeiro: Acess Editora

KING, Kira S.(1996). “Alternative educational systems: a multicase study in museum schools”. Retirado em Setembro de 2004 da World Wide Web: <http://www.indiana.edu>

LARRAURI, Iker. (1975). “The school museum programme in Mexico” in Museum, vol. XXVII, nº 2. Paris: Unesco.

LUCA, Sílvia Luz. (s.d.). “La escuela como agente socializador. Enseñar para adaptarse a la sociedad o para transformarla? Análisis de posturas y presupuestos teóricos y metodológicos”. Retirado em Janeiro de 2005 da World Wide Web: <http://www.rieoei.org>

MARNOTO, Maria Isabel de Castro. (1987). “Sensibilidade e razão: uma aliança a estabelecer” in AA.VV. (1987). A Escola vai ao Museu. Actas do Colóquio organizado pela APOM. Lisboa: Associação Portuguesa de Museologia (APOM)

MARQUES, Ramiro. (1999). Modelos Pedagógicos Actuais. Lisboa: Plátano Edições Técnicas

MEDEIROS, Diana. (2005). A Escola, os Livros e os Afectos: Apontamentos da vida de um estudante. Coleção Andarilho, nº 9. Porto: PROFEDIÇÕES, Lda./ Jornal a Página

MORIN, Edgar. (1999). Os Sete Saberes para a Educação do Futuro. Coleção Horizontes Pedagógicos, nº 87. Lisboa: Instituto Piaget

MOUTINHO, Mário Canova. (1989). Museus e sociedade. Reflexões sobre a função social do Museu. Cadernos de Património, nº 5. Monte Redondo: Museu Etnológico

_____. (1994). A construção do objecto museológico. Cadernos de Museologia nº 4. Centro de Estudos de Socio-Museologia. Lisboa: ULHT

_____. (1995). “A Declaração de Quebec de 1984” *in* Papel social dos museus e intervenção comunitária. Actas do Encontro organizado pela Rede Portuguesa de Museus (RPM), entre 1-4 Outubro, 2001. Faro: Instituto Português dos Museus/ Ministério da Cultura. P.26-29

_____. (1993). “Sobre o Conceito de Museologia Social” *in* Cadernos de Museologia, nº1. Centro de Estudos de Socio-Museologia. Lisboa: ULHT

MUHLRAD, Marta. (2003, Março). Projecto: Museo Histórico. Buenos Aires, Argentina. (Documento impresso, facultado pela autora)

NABAIS, António. (1984). “Museologia, museografia, museus ...” *in* Almadan, nº3. P.44-45

NEVES, Kátia Regina Felipini. (2003). Programas Museológicos e Museologia Aplicada: O Centro de Memória do Samba de São Paulo como estudo de caso. Cadernos de Sociomuseologia nº 20. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT

NÓVOA, António. (2005). EVIDENTEMENTE. Histórias da Educação. Porto: ASA Editores

PEREIRO, Xeredo. (2002). “Do museu ao ecomuseu: os novos usos do património cultural”. Retirado em Janeiro de 2005 da World Wide Web: <http://www.miranda.utad.pt>

PIMENTEL, Cristina. (2005). O Sistema Museológico Português (1833 – 1991). Em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia

PINTO, Olímpia Gordon. (1993). “Património, mudança e museus” *in* Actas do IV Encontro Nacional de Museologia e Autarquias, 29-31 Outubro. Tondela

PRIMO, Judite. (1999). "Pensar contemporaneamente a museologia" in Museologia: Teoria e Prática. Cadernos de Sociomuseologia nº 16. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT (suporte electrónico)

RECHENA, Aida Maria Dionísio. (2003). Processos museológicos locais: Panorama Museológico da Beira Interior Sul. Tese de Dissertação de Mestrado em Museologia. Lisboa: ULHT (Texto Policopiado)

Relatório do Grupo de Trabalho do Ministério da Educação e Ministério da Cultura, Abril 2004. Retirado em Dezembro de 2005 da World Wide Web: <http://www.portugal.gov.pt>

ROMÃO, José Eustáquio. (2003). "Multiculturalidade na Educação" in (2005, Dezembro). Paulo Freire: Caminhando para uma Cidadania Multicultural. Revista de Educação, Sociedade & Culturas, nº23. Centro de Investigação e Intervenção Educativas. Porto: Edições Afrontamento

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. (1987). Museu Escola e Comunidade – Uma integração necessária. Salvador: Bureau Gráfica e Editora

_____. (1993). Repensando a ação cultural e educativa dos museus. 2ª Edição. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA (suporte electrónico)

_____. (1994). "Documentação Museológica: educação e cidadania" in NASCIMENTO, Rosana. (1994). A Historicidade do Objecto Museológico. Cadernos de Museologia nº3. Centro de Estudos de Sócio-Museologia Lisboa: ULHT

_____. (1996). Processo Museológico e Educação: construindo um museu didático-comunitário. Cadernos de Sociomuseologia nº 7. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT

_____. (1999). "Estratégias Museais e Patrimoniais Contribuindo para a Qualidade de Vida dos Cidadãos: diversas formas de musealização" in Ciências & Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, nº 27, Janeiro-Junho de 2000. Porto Alegre. P. 103-120

_____. (2002). Os Museus e a Busca de Novos Horizontes. Comunicação apresentada no III Fórum de Profissionais de Reservas Técnicas de Museus, 18-22 Novembro. Salvador-Bahia: Conselho Federal de Museologia – COFEM e Conselho Regional de Museologia, 1ª Região – COREM-BA (suporte electrónico)

_____. (2002). Reflexões Museológicas: Caminhos de Vida. Cadernos de Sociomuseologia nº 18. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT (suporte electrónico)

_____ (Coord.). (2005). Política Nacional de Museus: Programa de Formação e Capacitação em Museologia – Eixo 3/ Ministério da Cultura do Brasil, Instituto do Património Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. Relatório 2003-2005. Salvador: MINC/IPHAN/DEMU

_____. (2006). Museus Universitários Brasileiros: novas perspectivas. Comunicação apresentada no IV Encontro do Fórum Permanente de Museus Universitários e II Simpósio de Museologia na UFM “Museus Universitários – Ciência, Cultura e Promoção Social”, 24-28 Agosto. Belo Horizonte – MG (Suporte electrónico)

SANTOS, Maria Eduarda Vaz Moniz dos. (2005). Que Educação? - Tomo I. Lisboa: SANTOSEDU

SANTOS, Maria Paula Branco Marcelino. (2003). Os museus escolares nas escolas secundárias portuguesas. Tese de Dissertação de Mestrado em Museologia. Lisboa: ULHT (suporte electrónico)

SILVA, Agostinho da. “Carta enviada pelo professor Agostinho da Silva à Presidente da Associação Portuguesa de Museologia” in AA.VV. (1987). A Escola vai ao Museu. Actas do Colóquio organizado pela APOM. Lisboa: Associação Portuguesa de Museologia (APOM)

SOLA, Tomislav. (1982). “Contribuição para uma possível definição de museologia”. Comunicação apresentada no Encontro – Interdisciplinaridade na Museologia, Paris. In

Sebenta de Textos – Sumário de documentos de Museologia da ULHT, 5º Volume. (Texto policopiado)

TELMO, Isabel Cottinelli. (1986). O Património e a Escola – do passado ao futuro. Lisboa: Texto Editora

TORAL, Hernan Crespo. (1995). “Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus, Rio de Janeiro – 1958” *in* Papel social dos museus e intervenção comunitária. Actas do Encontro organizado pela Rede Portuguesa de Museus (RPM), entre 1-4 Outubro 2001. Faro: Instituto Português de Museus/ Ministério da Cultura

TORRADO, António. (2002). Da Escola sem sentido à Escola dos sentidos. Cadernos O Professor. 3ª Edição. Lisboa: Editorial Caminho

TORRES, Cláudio *in* AA.VV. (2002). Encontro Museus e Educação. Actas do Encontro de 10-11 Setembro 2001. Centro Cultural de Belém. Lisboa: Instituto Português dos Museus

VALENTE, Maria Esther. (2003). “A Conquista do Carácter Público do Museu” *in* Educação e Museu: A Construção Social do Carácter Educativo dos Museus de Ciência. Rio de Janeiro: Acess Editora

VARINE, Hugues de. (2003, Dezembro). “Testemunhos de alguns museus e museólogos locais, antes da Rede...”. Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus, nº 10.

_____. (2005). “O museu comunitário é herético?”. Retirado em Outubro de 2005 da World Wide Web WEB: www.interactions-online.com

VEIGA, Américo Martins. (1997). A educação hoje ou a realização integral e feliz da pessoa humana. 6ª Edição. Vila Nova de Gaia: Editorial Perpétuo Socorro

VIDIGAL, Luís. (1996). Os testemunhos orais na Escola: História Oral e Projectos Pedagógicos. Colecção Perspectivas Actuais/ Educação. Porto: Edições ASA

_____. (1999). “Museologia da Infância e Educação. Colóquio APOM-99” in (2000, Fevereiro). Museologia e Animação de Espaços Museológicos – II. Cadernos do Projecto Museológico sobre Educação e Infância, nº 62 – 2ª Série. Santarém: Edição da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém

VICTOR, Isabel. (2005). Os museus e a qualidade – Distinguir entre museus com “qualidades” e a qualidade em museus. Cadernos de Sociomuseologia nº 23. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT (suporte electrónico)

Bibliografia de Referência

AA.VV. (1995). 1º Encontro Nacional sobre Museologia e Educação, 5-7 Outubro. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal/ MINOM – Movimento para uma Nova Museologia

AA.VV. (1987). A Escola vai ao Museu. Actas do Colóquio organizado pela APOM. Lisboa: Associação Portuguesa de Museologia (APOM)

AA.VV. (1996). Actas do V Encontro Nacional - Museologia e Autarquias. Cadernos de Sociomuseologia nº 8. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT

AA.VV. (2002). Actas do Fórum Internacional Redes de Museus, 22-23 Novembro 2001. Lisboa: Instituto Português dos Museus/ Rede Portuguesa de Museus

AA.VV. (1998). Anais da I Semana dos Museus Universitários de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo

AA.VV. (1999). Anais da II Semana dos Museus Universitários de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo

AA.VV. (1997, Abril). Cadernos do Encontro Workshop O Museu, a Escola e a Comunidade. Braga: Centro de Estudos da Criança – CESC, IEC - Universidade do Minho

AA.VV. (1993). Cadernos de Museologia, nº 1. Centro de Estudos de Socio-Museologia. Lisboa: ULHT

AA.VV. (1994). “Conclusões das VII Jornadas sobre a Função Social do Museu” in Sebenta de Textos – Sumário de documentos de museologia, Vol. 5. Lisboa: ULHT. (Texto policopiado)

AA.VV. (2002). Encontro Museus e Educação. Actas do Encontro de 10-11 Setembro 2001. Centro Cultural de Belém. Lisboa: Instituto Português dos Museus

AA.VV. (1996). Museus e Acção Cultural. Cadernos de Sociomuseologia nº 5. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT

AA.VV. (1979). Os museus no mundo. Salvat Editora

AA.VV. (2001). O Século da Escola. Entre a utopia e a burocracia. Actas das Conferências do Curso de Verão, Julho de 2000. Coleção Perspectivas Actuais/ Educação. Porto: Edições ASA

AA.VV. (2001). Papel social dos museus e intervenção comunitária. Actas do Encontro organizado pela Rede Portuguesa de Museus (RPM), entre 1-4 Outubro. Faro: Instituto Português de Museus/ Ministério da Cultura

AA.VV. (2005, Dezembro). Paulo Freire: Caminhando para uma Cidadania Multicultural. Revista Educação, Sociedade & Cultura, nº 23. Centro de Investigação e Intervenção Educativas. Porto: Edições Afrontamento

AA.VV. (2003, Outubro). “Documento apresentado pelo grupo de trabalho da APOM ao Conselho Consultivo do IPM, no âmbito da elaboração da Lei-Quadro dos Museus, em Setembro de 2002”. Revista Lugar em Aberto, nº 1. Lisboa: Associação Portuguesa de Museologia – APOM. p. 32-45

ABRANTES, Pedro. (2003). Os Sentidos da Escola: Identidades Juvenis e Dinâmicas de Escolaridade. Oeiras: Celta Editora

AGUILAR, Mário e BIZE, Rebeca. (1998). “Pedagogia da diversidade”. Retirado em Setembro de 2004 da World Wide Web: <http://idd00qaa.eresmas.net>

AIDAR, Gabriela. (2002, Janeiro-Junho). “Museus e inclusão social” *in* Ciências & Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, nº 31. Porto Alegre. p. 53-62

ALBINO, Teresa Pacheco. (s.d.). “Museus Etnológicos: espaços de representação, relação e educação intercultural”. Retirado em Outubro de 2005 da World Wide Web: <http://www.rpmuseus-pt.org>

ALCORTA, Alfredo Gómez e VILLEGAS, Estela Ayala. (s.d.). “Los museos en la revolución del aprendizaje por competencias. Es posible una pedagogía de la integración en el contexto museográfico chileno?”. Retirado em Abril de 2005 da World Wide Web: <http://www.nuevamuseologia.com.ar>

ALLARD, M. e LEFEBVRE, B. (1997). “Les habilités intellectuelles mises en oeuvre au musée » *in* Évaluation et éducation muséale: nouvelles tendances. Montréal: Colette Dufresne-Tassé, ICOM-CECA

ALVES, José Matias (Dir.). (2000). O direito à educação. Uma educação para todos durante toda a vida. Relatório Mundial sobre a Educação/ 2000. Coleção Perspectivas Actuais. Porto: Edições ASA

ALMANDRADE. (2004). “O museu e sua função cultural”. Retirado em Abril de 2005 da World Wide Web: <http://forumpermanente.incubadora.fapesp.br>

ARROYO, Miriam. (s.d.) “Breves antecedentes”. *in* Sebenta de Textos – Sumário de documentos de museologia, Vol. 5. Lisboa: ULHT. (Texto policopiado)

BARROSO, João. (2005). Políticas Educativas e Organização Escolar. Temas Universitários, nº3. Lisboa: Universidade Aberta

BELTRÃO, Luísa e NASCIMENTO, Helena. (2000). O Desafio da Cidadania na Escola. Lisboa: Editorial Presença

BELLONI, Maria Luiza. (1998). “Tecnologia e formação de professores: Rumo a uma pedagogia pós-moderna?”. Retirado em Fevereiro de 2005 da World Wide Web: <http://www.scielo.br>

BERNASCONI, Fernando. (s.d.). “La educación y los museos”. Retirado em Novembro de 2004 da World Wide Web: <http://www.unlu.edu.ar>

BOLÍVAR, António. (s.d.). “Globalização Cultural: Identidade, cidadania e multiculturalismo”. Retirado em Setembro de 2005 da World Wide Web: <http://www.artmed.com.br>

BRANDÃO, D. Domingos de Pinho. (1979). “Intervenção dos museus nas áreas da sua localização” in Panorama Museológico Português – Carências e Potencialidade. Actas do Colóquio da APOM. Porto: APOM. P.35-38

BRIGOLA, João Carlos (Relator). (2003, Outubro). “Documento apresentado pelo grupo de trabalho da Associação Portuguesa de Museologia (APOM) ao Conselho Consultivo do IPM, no âmbito da elaboração da Lei-Quadro dos Museus, Setembro de 2002” in Lugar em Aberto, Revista da APOM, nº1. P.32-45

BRITO, Joaquim Pais de. (2004). “Objectos são pretexto para falar das pessoas” in Pessoas e Lugares, Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+. II Série, nº 24. p.4-5

BRUNO, Cristina. (1996). Museologia e Comunicação. Cadernos de Sociomuseologia nº 9. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa : ULHT

_____. (1997). Museologia e Museus : princípios, problemas e métodos. Cadernos de Sociomuseologia nº 10. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa : ULHT

_____. (2002). Entre a Museologia e a Museografia: propostas, problemas, tensões. Comunicação apresentada no Seminário Internacional “História representada: o dilema dos museus”, 7-11 Outubro. Rio de Janeiro

_____. (2004). Generosidade e Acessibilidade: a contribuição da metodologia museológica na construção da noção de pertencimento. Comunicação apresentada no III EIEMC/ X Atelier Internacional do MINOM, Setembro. Rio de Janeiro: Santa Cruz

_____ e VASCONCELLOS, Camilo de Mello. (1989). “A proposta educativa do Museu de Pré-História Paulo Duarte” *in* Revista Pré-História, nº7. São Paulo. p.165-186

CABRAL, Magaly. (2002). “Educação em Museus como produto: Quem está comprando?”. Retirado em Dezembro de 2004 da World Wide Web: <http://www.icom.org.br>

CAMPAGNOLO, Maria Olímpia Lameiras e CAMPAGNOLO, Henri. (1993). “Um exemplo de “linguagem mista”. A linguagem museal” *in* Actas do IV Encontro Nacional de Museologia e Autarquias, 29-31 Outubro. Tondela. P. 47-52

CAMPOS, José António de Freitas. (2001). Parceria Escola-Museu: para a criação de um centro de recursos interactivos e promoção da educação museológica. Tese de Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa

CANÁRIO, Rui. (2005). O Que é a Escola? Um “olhar” sociológico. Colecção Ciências da Educação Século XXI, nº 22. Porto: Porto Editora

CARRASCO, Carlos. (s.d.). “Património e educação”. Retirado em Abril 2006 da World Wide Web: <http://www.eb23-paulo-gama.rcts.pt>

CARVALHO, Ione. (s.d.). “Museus Didáctico Comunitários”, *in* Sebenta de Textos – Sumário de documentos de museologia, Vol. 5. Lisboa: ULHT. (Texto policopiado)

CARVALHO, Leonor. (1993). “Educação patrimonial. Os Clubes escolares” *in* Actas do IV Encontro Nacional de Museologia e Autarquias, 29-31 Outubro. Tondela. P. 37-38

CARVALHO, Maria Palmira Ribeiro de. (2001). A Museologia e a Escola num Processo Integrado de Desenvolvimento. O Caso das Pedreiras do Moimento entre 1990-1992. Tese de Dissertação de Mestrado em Museologia. Lisboa: ULHT

CAVACO, Gabriela Perdigão de Almeida. (2002). O Museu enquanto espaço de aprendizagem e lazer. Representações Sociais das crianças. Tese de Dissertação de Mestrado em Museologia. Lisboa: ULHT

CHAGAS, Mário de Souza. (1994). Novos Rumos da Museologia. Cadernos de Museologia nº2. Centro de Estudos de Socio-Museologia. Lisboa: ULHT

_____. (1999). Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. Cadernos de Sociomuseologia nº 13. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT

_____ (Coord.). (1987). Museu: coisa velha, coisa antiga. Rio de Janeiro: UNI-RIO (policopiado)

_____. (2002, Janeiro-Junho). “Cultura, património e memória” *in* Ciências & Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, nº 31. Porto Alegre. p. 15-29

_____. (2002). “Museu, Literatura e Emoção de Lidar” *in* Museu e Políticas de Memória. Cadernos de Sociomuseologia, nº 19. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT

_____ e SANTOS, Myrian Sepúlveda. (2002). Museu e Políticas de Memória. Cadernos de Sociomuseologia, nº 19. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT

CHAUI, Marilena de Souza. (1980). “Ideologia e Educação *in* Sebenta de Textos de Museologia do Seminário Educação e Cidadania. Curso de Pós-Graduação em Museologia e Educação (1995-1996). Lisboa: ULHT

COSTA, Alfredo Bruto da. (2004). Exclusões Sociais. Coleção Fundação Mário Soares. Cadernos Democráticos, nº 2. 4ª Edição. Lisboa: Edição Gradiva

CRUZ, Rosário. (s.d.). “O museu e a escola”. Retirado em Setembro de 2005 da World Wide Web: <http://www.igm.pt>

CURY, Augusto. (2003). Pais Brilhantes, Professores Fascinantes. Como formar jovens felizes e inteligentes. Cascais: Editora Pergaminho

DAWKINS, Suzanne. (s.d.). “A inovação e evolução a caminho”. Retirado em Setembro de 2004 da World Wide Web: <http://usinfo.state.gov>

DEMO, Pedro. (1988). Participação é conquista: noções de política social participativa. (2ª Edição). São Paulo: Cortez Editora

_____. (1996). Avaliação Qualitativa. Coleção Polémicas do Nosso tempo. São Paulo: Editora Autores Associados

DUARTE, Ana. (1996). Clubes na Escola, Lisboa: Texto Editora

ECO, Umberto. (1977). Como se faz uma tese em Ciências Humanas. 11ª Edição. Lisboa: Editorial Presença

_____. (1990). “Ideas para un museo” in Lapiz – Revista Internacional de Arte, Espanha

FARIA, Margarida Lima de. (s.d.). “Diversidade de públicos de museus e de contextos sociais: mudanças de “paradigma” nas culturas contemporâneas”. Retirado em Março de 2006 da World Wide Web: <http://www.rpmuseus-pt.org>

_____. (2001). “A função social dos museus”. Retirado em Outubro de 2005 da World Wide Web: <http://www.rpmuseus-pt.org>

FERNÁNDEZ, Luis Alonso. “Manifesto contra os Museus” in le Figaro, Paris, 20-2-1909. in Museologia, introducción a la teoria y práctica del museo. Madrid: Istmo. P.119

_____. (1999). Introducción a la nueva museologia. Materiales/ Arte y Música. El Libro Universitario. Madrid: Alianza Editorial

FERREIRA, Liliana Soares. “Educação, paradigmas e tendências: por uma prática educativa alicerçada na reflexão”. Retirado em Janeiro de 2005 da World Wide Web: <http://www.rieoei.org>

FERREIRA, Maria Teresa Gomes. “Museus Para Quem?” in Panorama Museológico Português – Carências e Potencialidade. Actas do Colóquio da APOM. Porto: APOM. P.45-50

FREIRE, Paulo. (1977). Extensão ou comunicação?. Coleção O Mundo Hoje, vol. 24. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra

_____ e SHOR, Ira. (1987). Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra

_____. (1996). Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Coleção Leitura. 29ª Edição. São Paulo: Editora Paz e Terra

GOUVÊA, Guaracira, MARANDINO, Martha e LEAL, Maria Cristina (Orgs.). (2003). Educação e Museu: A Construção Social do Carácter Educativo dos Museus de Ciência. Rio de Janeiro: Access Editora

_____, VALENTE, Maria Esther, CAZELLI, Sibeles e MARANDINO, Martha. (2001). “Redes cotidianas de conhecimentos e os museus de ciência”. Retirado em Agosto de 2005 da World Wide Web: <http://paje.fe.usp.br>

GRAEBIN, Cleusa. (s.d.). “Os paradigmas museológicos”. Retirado em Setembro de 2004 da World Wide Web: <http://www.unisalle.edu.br>

GRÁCIO, Rui. (1981). Educação e Processo Democrático em Portugal. Coleção Biblioteca do Educador Profissional, nº 65. Lisboa: Livros Horizonte

_____. (1983). História da História da Educação em Portugal. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade de Lisboa

GUIMARÃES, Maria Beatriz e SEPÚLVEDA, Luciana. (s.d.). “Museu, coleção e visão do mundo”. Retirado em Agosto de 2004 da World Wide Web: World Wide Web: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003>

HARGREAVES, Andy. (2003). O Ensino na Sociedade do Conhecimento. A educação na era da insegurança. Coleção Currículo, Políticas e Práticas, nº 20. Porto: Porto Editora

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. (2001). Manual de Museologia. Madrid: Editorial Síntesis

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. (2000, Janeiro-Junho). “Fundamentos da Educação Patrimonial” in Ciências & Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, nº 27. Porto Alegre. p. 13-24

_____. (s.d.). “Educação Patrimonial”. Retirado em Março de 2005 da World Wide Web: <http://www.tvebrasil.com.br>

ITAQUI, José. (2000, Janeiro-Junho). “Educação Patrimonial e Desenvolvimento Sustentável” in Ciências & Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, nº 27. Porto Alegre. p. 229-245

JANEIRINHO, Luísa. (2003). Dar voz aos objectos. Contributos dos documentos de vida na construção de um museu de escola. Tese de Dissertação de Mestrado em Museologia. Évora: Universidade de Évora

KIRKBY, Cristina e BARÃO, Leonor. (1993). Área-Escola – uma estratégia de mudança. Lisboa: Texto Editora

LIRA, Sérgio. (1998). “Museus e Instituição Universitária: um exemplo de Cooperação”. Retirado em Fevereiro de 2005 da World Wide Web: <http://www.ufp.pt>

LOURENÇO, Marta C. (2001). “As colecções e os museus universitários ainda fazem sentido? Esboço de um projecto de investigação”. Retirado em Janeiro de 2006 da World Wide Web: <http://www.rpmuseus-pt.org>

LUPORIM, Teresa Jussara. (2002, Janeiro-Junho). “Educação Patrimonial: projectos para a educação básica” in Ciências & Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, nº 31. Porto Alegre. p. 325-338

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. (2002, Janeiro-Junho). “Caixas de memória” in Ciências & Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, nº 31. Porto Alegre. p. 297-305

MAGALHÃES, Aloísio. (1985). E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: editora Nova Fronteira. p. 237-256

MALRAUX, André. (1965). O Museu Imaginário. Colecção Arte & Comunicação, nº 70. Lisboa: Edições 70

MARANDINO, Martha. (2004). “A transposição didática em museus de ciências”. Retirado em Fevereiro de 2005 da World Wide Web: <http://www.anped.org.b>

MARQUES, Ramiro. (1983). Mudar a Escola, Lisboa: Livros Horizonte, 1983

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. (2000, Janeiro-Junho). “Educação e Museus: Sedução, riscos e ilusões” in Ciências & Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, nº 27. Porto Alegre. p. 61-90

MOFFAT, Hazel. (1994). “Aprendendo através dos recursos museológicos nas escolas inglesas” in Textos de Museologia da Cadeira de Pedagogia e Museologia. Curso de Pós-Graduação em Museologia e Educação (1995-1996). Lisboa: ULHT

MONTANER, Josep Maria. (2003). Museus para o século XXI. Barcelona: Editorial Gustavo Gili

MOUTINHO, Mário Canova. (1996). Museologia Informal. Boletim APOM II Série, nº3

_____. (2001). O ensino da Museologia no contexto da mudança social na ULHT. Revista de Museologia, Asociación Española de Museólogos. Madrid

_____. (2004, 13 Dezembro). A contemporaneidade da Política Nacional dos Museus: um olhar além mar. Comunicação apresentada no Fórum Nacional de Museus - A imaginação museal: os caminhos da democracia. 13-17 Dezembro. Salvador – Bahia

NASCIMENTO, Rosana. (1994). A Historicidade do Objecto Museológico. Cadernos de Museologia nº 3. Centro de Estudos de Socio-Museologia. Lisboa: ULHT

NÓVOA, António. (1991). “A formação contínua entre a pessoa-professor e a organização-escola” *in* Sebenta de Textos de Museologia da Cadeira de Pedagogia e Museologia. Curso de Pós-Graduação em Museologia e Educação (1995-1996). Lisboa: ULHT

OLIVEIRA, Catarina e ALVES, Elisabete. (s.d.). “Fazer história da escola primária em Casa Branca. Projecto de inventário e musealização. Montemor-o-Novo”. Retirado em Abril de 2005 da World Wide Web: <http://www.ilea.ufrgs.br>

OLOFSSON, Ulla Keding. (1979). “Museums and Children” *in* Textos de Museologia da Cadeira de Pedagogia e Museologia. Curso de Pós-Graduação em Museologia e Educação (1995-1996). Lisboa: ULHT

PAIXÃO, M^a Lourdes Ludovice. (2000). Educar para a cidadania. Lisboa: Lisboa Editora

PATRÍCIO, Manuel Ferreira. (2003). “A escola cultural: uma escola promotora de valores”. Retirado em Fevereiro de 2005 da World Wide Web: <http://www.aepec.pt>

PEREIRO, Xeredo. (2002). “Do museus ao ecomuseu: os novos usos do património cultural”. Retirado em Janeiro de 2005 da World Wide Web: <http://www.miranda.utad.pt>

PINHEIRO, Elisa Calado. (2001). “Novos museus – Novos Problemas e Novos Desafios : o caso dos Museus Têxteis”. Retirado em Janeiro de 2006 da World Wide Web: <http://www.rpmuseus-pt.org>

PINTO, Olímpia Gordon. (1993). “Património, mudança e museus” in Actas do IV Encontro Nacional de Museologia e Autarquias, 29-31 Outubro. Tondela. p. 79-81

PRIMO, Judite. (2000). “A importância dos museus locais em Portugal” in Museus Locais e Ecomuseologia: Estudo do Projecto para o Ecomuseu da Murtosa. Tese de Dissertação de Mestrado em Museologia. Lisboa: ULHT

PRIOSTI, Odalice Miranda. (s.d.). “Por uma pedagogia patrimonial de libertação e inclusão”. Retirado em Dezembro de 2005 da World Wide Web: <http://www.quarteirao.com.br>

RAMOS, Paulo Oliveira. (1993). Re-viver o passado: em torno da educação patrimonial e do ensino à distância. Tese de Dissertação de Mestrado em Comunicação Educacional Multimédia. Lisboa: Universidade Aberta

REAL, Regina Monteiro. (1969). “Binómio: Museu e Educação” in Sebenta de Textos de Museologia do Seminário Educação e Cidadania. Curso de Pós-Graduação em Museologia e Educação (1995-1996). Lisboa: ULHT

RECHENA, Aida. (2003). Processos museológicos locais. Tese de Dissertação de Mestrado em Museologia. Lisboa: ULHT

SÁ, Luzia Lopes Zenha Reis e. (2001). Pedagogia Diferenciada: Uma forma de aprender a aprender. Coleção Cadernos do CRIARP, nº 19. Porto: ASA Editores

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. (1990). Integrando a escola ao bairro. Estudos IAT, vol. I, nº 6. Salvador: Instituto de Estudos e Pesquisas em Educação Anísio Teixeira

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (Coord.). (1998). As Políticas Culturais em Portugal: Relatório nacional. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais

SAVIANI, Dermeval. (1980) “A filosofia da educação e o problema da inovação em educação” in Sebenta de Textos de Museologia do Seminário Educação e Cidadania. Curso de Pós-Graduação em Museologia e Educação (1995-1996). Lisboa: ULHT

SCHEINER, Tereza. (s.d). Retirado em Fevereiro de 2005 da World Wide Web: <http://www.eco.ufrj.br>

SEPÚLVEDA, Luciana. (s.d). “Ciência e vida cotidiana: parceria escola e museu”. Retirado em Novembro de 2004 da World Wide Web: <http://www.eco.ufrj.br>

STUDART, Denise C. (2003). “Conceitos que transformam o museu, suas ações e relações”. Retirado em Janeiro de 2006 da World Wide Web: <http://www.quarteirao.com.br>

TEIXEIRA, Madalena Braz. (1985). “Os primeiros museus criados em Portugal” in Biblioteca de Arquivos e Museus, vol.1, nº1 - Jan/Jun. Lisboa

TAMANINI, Elizabete. (2003). “Museu e Educação: Reflexões acerca da experiência no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville”. Retirado em Abril de 2006 da World Wide Web: <http://www.pasosonline.org>

TELMO, Isabel Cottinelli. (1986). O Património e a Escola – do passado ao presente. Lisboa: Texto Editora

TEODORO, António. (1994). Política Educativa em Portugal. Educação, desenvolvimento e participação política dos professores. Coleção Ensaios e Documentos, nº 6. Lisboa: Bertrand Editora

THÉVOZ, Michel. (1984). “Esthétique et/ou anesthésie muséographique” in Objets prétextes, objets manipulés. Neuchâtel: Musée d’Ethnographie.

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha. (1993). Iniciação à Museologia. Lisboa: Universidade Aberta.

VARINE, Hughes de. (2002, Janeiro-Junho). “Património e educação popular” *in* Ciências & Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, nº 31. Porto Alegre. p. 287-296

VIDIGAL, Luís (Coord.). (2000, Janeiro). Museologia e Animação de Espaços Museológicos – I. Cadernos do Projecto Museológico sobre Educação e Infância, nº 61 – 2ª Série. Santarém: Edição da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém

_____. (2000, Fevereiro). Museologia e Animação de Espaços Museológicos – II. Cadernos do Projecto Museológico sobre Educação e Infância, nº 62 – 2ª Série. Santarém: Edição da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém

VLACHOU, Maria. (s.d.). “Os museus e o público”. Retirado em Outubro de 2005 da World Wide Web: <http://www.rpmuseus-pt.org>

Sítios da WEB, Jornais e Revistas de Referência

Grupo do Património Escolar. <http://www.drec.min-edu.pt>

Función educativa del museo. <http://www.nuevamuseologia.com.ar>

Museum Building. <http://www.fno.org>

Museu Escola. <http://www.cognitiva.com.br>

Museu Escolar de Puchilco. <http://innovemos-p.unesco.cl>

Museo de la escuela. <http://www.encolombia.com>

Museum School. <http://www.fortworthmuseum.org>

Museums and Schools partners. <http://www.ericfacility.net>

Museu Pedagógico «La escuela de ayer». <http://www.geocities.com>

National Symposium on School Design: Schools as Centers of Community. <http://www.ed.gov>

Projecto Museu-Escola-Comunidade. <http://www.iec.uminho.pt>

Relatório “Museums for the new century”. www.ericfacility.net

Small Museum Day. <http://www.aam-us.org>

Jornal Fonte Nova. Edição nº1347, 01 Abril 2006. Retirado em Abril 2006 da World Wide Web: <http://www.jornalfontenova.com>

Jornal JN. <http://jn2.sapo.pt>

Pessoas e Lugares, Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+, II Série, nº 24

Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus, nº 10, Dezembro 2003

FOLHAMIE – Folha informativa Semestral da RIHMIE – Rede de Investigadores em História e Museologia da Infância e Educação, nº 6, Dezembro de 2003

FOLHAMIE – Folha informativa Semestral da RIHMIE – Rede de Investigadores em História e Museologia da Infância e Educação, nº 7, Dezembro de 2004

Revista Museu. <http://www.revistamuseus.com.br>

Revista MUSEUM, nº 174 (nº2, 1992). Paris: UNESCO

MERT- The Museum Education Roundtable of Toronto. Vol. 1, nº 7 – 15 September, 2000

MERT- The Museum Education Roundtable of Toronto. Vol. 2, nº 1 – 15 February, 2001

MERT- The Museum Education Roundtable of Toronto. Vol. 2, nº 2 – 15 March, 2001

Legislação de referência

Lei de Bases do Património Cultural Português, Lei nº 107/01, de 8 de Setembro – DR nº 209/01, SÉRIE I-A

Despacho conjunto nº 834/2005, de 12 de Outubro – DR nº 212/05, SÉRIE II, de 4 de Novembro

Despacho conjunto nº 1062/2003, de 31 de Outubro – DR-SÉRIE II de 27 de Novembro

ÍNDICE REMISSIVO

Acções museológicas - 7, 8, 9, 11, 20, 24, 31, 39, 44, 45, 53, 54, 55, 56, 57, 61, 62, 64, 66, 68, 81, 82, 83, 105, 107, 112, 113, 114, 118, 119, 120, 124, 128, 130, 135, 141, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 160.

Comunidade - 1, 2, 6, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 22, 25, 26, 30, 34, 37, 38, 39, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 56, 65, 68, 71, 72, 73, 76, 83, 87, 88, 93, 94, 95, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 121, 122, 123, 124, 126, 128, 130, 134, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160.

Construtivismo – 76, 156.

Criatividade – 8, 9, 11, 25, 44, 49, 60, 61, 70, 80, 114, 131, 136, 145, 146, 150, 154, 155, 156, 157, 161.

Desenvolvimento – 3, 5, 7, 8, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 34, 37, 45, 46, 48, 49, 51, 54, 55, 56, 58, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 83, 92, 100, 101, 104, 105, 106, 111, 113, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 130, 131, 135, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162.

Diálogo – 1, 13, 38, 44, 49, 58, 64, 67, 68, 74, 79, 120, 123, 126, 128, 138, 139, 144, 145, 146, 148, 150, 155, 156, 161.

Educação – 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 65, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 87, 89, 95, 103, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 118, 120, 121, 124, 126, 128, 138, 140, 141, 142, 144, 145, 152, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162.

Educação museológica – 36.

Educação patrimonial – 6, 9, 14, 24, 43, 45, 51, 72, 74, 75, 105, 113, 128, 142, 159.

Nova museologia – 18, 19, 38, 45, 109, 121, 127, 154.

Participação – 1, 2, 8, 9, 11, 13, 19, 20, 23, 24, 31, 34, 39, 40, 45, 46, 49, 50, 56, 57, 59, 62, 67, 68, 73, 76, 77, 79, 102, 110, 113, 120, 121, 122, 126, 127, 135, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 155, 156, 157, 161.

Património – 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 34, 35, 38, 43, 44, 45, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 56, 60, 61, 62, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 78, 80, 81, 87, 93, 94, 100, 101, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 121, 122, 124, 125, 128, 129, 130, 131, 135, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162.

Prática pedagógica – 8, 10, 49, 123, 124, 126, 128, 142, 150, 152, 157, 158.

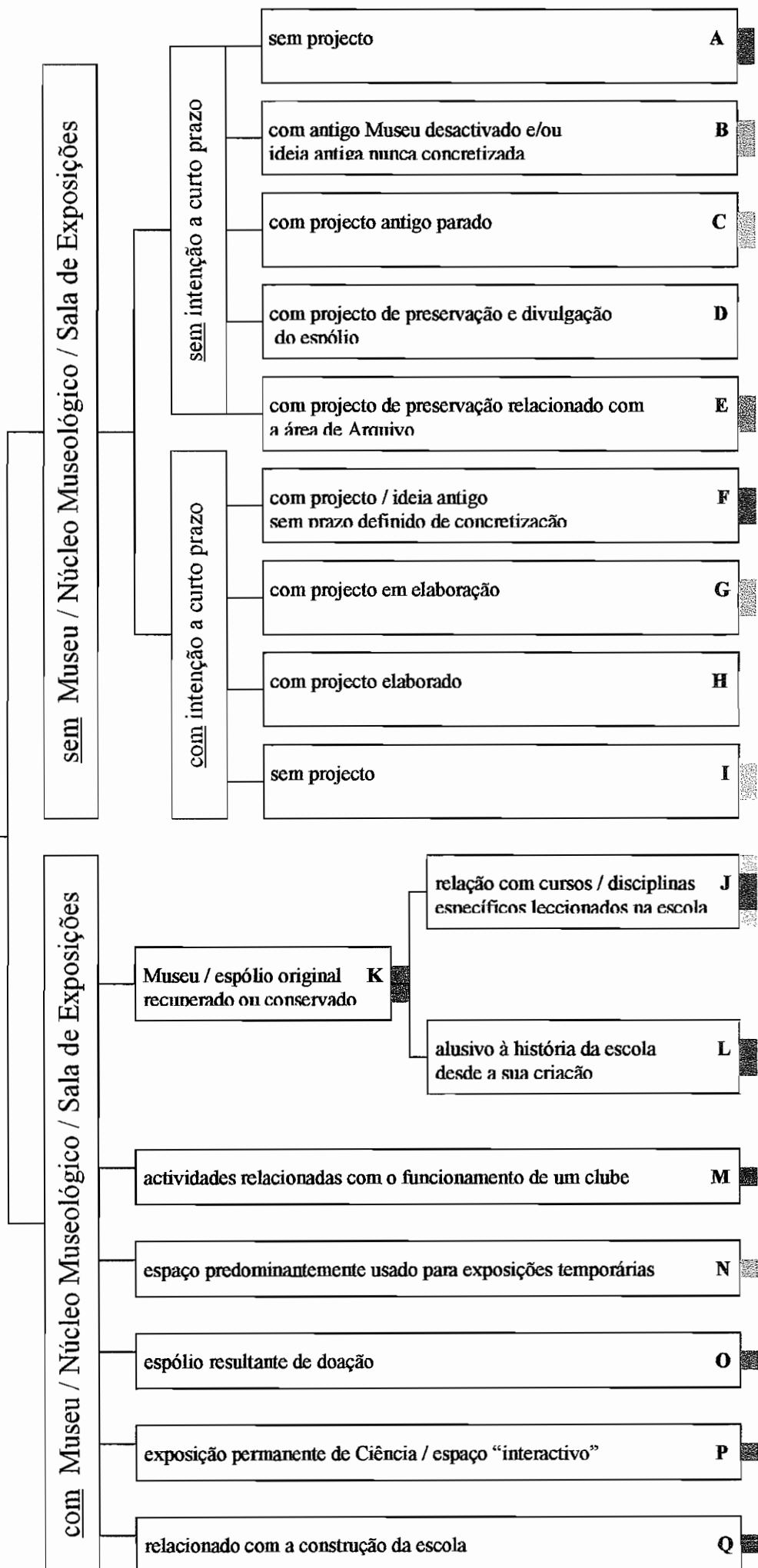
Processo museológico – 4, 8, 10, 13, 18, 19, 21, 49, 50, 64, 66, 67, 68, 121, 122, 123, 126, 128, 129, 130, 135, 143, 146, 150, 152, 156, 157, 158, 159, 161.

ANEXOS

ANEXO 1 – Grupo-Tipo de escolas – “população-alvo”

Fonte: SANTOS, Maria Paula Branco Marcelino. (2003). Os museus escolares nas escolas secundárias portuguesas. Tese de Dissertação de Mestrado em Museologia. Lisboa: ULHT. (suporte electrónico)

ESCOLAS SECUNDÁRIAS



A	Barcelos - Barcelos	16
	Vagos - Vagos	173
	Ramada - Ramada	319
B	Pedro Álvares Cabral - Belmonte	174
	Pinhel - Pinhel	221
	Emídio Navarro - Viseu	256
	São João do Estoril – São João do Estoril	270
	Moura - Moura	427
C	Rainha Santa Isabel - Porto	91
	S. Pedro – Vila Real	146
	Passos Manuel - Lisboa	301
D	D. Luísa de Gusmão - Lisboa	
	Ginestal Machado - Santarém	
E	Rocha Peixoto – Póvoa de Varzim	94IntMUS
	Sarrazola - Colares	333
F	Agrícola Fermil de Basto - Molaes	24IntMUS
	Aurélia de Sousa - Porto	81IntMUS
	Tomaz Pelayo – Santo Tirso	97IntMUS
	Santa Maria Maior – Viana do Castelo	126ProMUS
	Alcains - Alcains	175IntMUS
	Emídio Navarro - Almada	388ProMUS
G	Vinhais - Vinhais	53ProMUS
	Camilo Castelo Branco – Vila Real	144ProMUS
	Marques de Castilho - Águeda	156ProMUS
	Campos Melo - Covilhã	179ProMUS
H	Monserrate – Viana do Castelo	
	Carcavelos - Carcavelos	
	Agrícola D. Dinis - Paiã	
	Amélia Rey Colaço – Linda-a-Velha	
	Alcanena - Alcanena	
	José Régio – Vila do Conde	
I	José Régio – Vila do Conde	102IntMUS
	D. Maria II - Braga	20IntMUS
	João Gonçalves Zarco - Matosinhos	71IntMUS
	Infante D. Henrique - Porto	89IntMUS
	Eça de Queirós – Póvoa de Varzim	93IntMUS
	Agrícola Conde S. Bento – Santo Tirso	99IntMUS
	Monção - Monção	113IntMUS
	Gafanha da Nazaré – Gafanha da Nazaré	166IntMUS
	Pedro da Fonseca – Proença-a-Nova	186IntMUS
	José Falcão - Coimbra	195IntMUS
	Penacova - Penacova	207IntMUS
	Rafael Bordalo Pinheiro – Caldas da Rainha	203IntMUS
	Afonso Domingues - Lisboa	285IntMUS
	Ferreira Borges - Lisboa	292IntMUS
	Josefa de Óbidos - Lisboa	296IntMUS
	Padre António Vieira - Lisboa	301IntMUS
Júlio Dantas - Lagos	161IntMUS	

J	Rodo – Peso da Régua	148MUS
	Agrícola do Rodo – Peso da Régua	139MUS
	Miguel Torga - Sabrosa	143MUS
	Agrícola da Quinta da Lageosa - Belmonte	191MUS
	Dr. Augusto César da Silva Ferreira – Rio Maior	172MUS
	Sobreda - Sobreda	144MUS
	Albufeira - Albufeira	155MUS
J/K	Sá de Miranda - Braga	171MUS
	Alexandre Herculano - Porto	196MUS
	Rodrigues de Freitas - Porto	92MUS
	Latino Coelho - Lamego	118MUS
	Nuno Álvares – Castelo Branco	117MUS
	Maria Amália Vaz de Carvalho - Lisboa	187MUS
	Pedro Nunes - Lisboa	163MUS
	Sá da Bandeira - Santarém	173MUS
L/K	D. Sancho I – Vila Nova de Famalicão	177MUS
	Camões - Lisboa	277MUS
L	Soares Basto – Oliveira de Azeméis	91MUS
	D. João de Castro - Lisboa	288MUS
	Patrício Prazeres - Lisboa	302MUS
	Amadora - Amadora	351MUS
	Jâcome Ratton - Tomar	377MUS
	Gabriel Pereira - Évora	433MUS
M	Lousada - Lousada	63MUS
	Trofa - Trofa	98MUS
	José Estêvão - Aveiro	162MUS
	Moinho de Maré - Seixal	411MUS
	Dr. Manuel Candeias Gonçalves - Odemira	428MUS
	André Gouveia - Évora	434MUS
N	Alberto Sampaio - Braga	18MUS
	D. Maria II – Vila Nova da Barquinha	382MUS
	Dr. Francisco Fernandes Lopes - Olhão	465MUS
O	Martins Sarmiento - Guimarães	30MUS
	Marquês de Pombal - Lisboa	299MUS
	Seomara da Costa Primo - Amadora	356MUS
P	Diogo de Gouveia - Beja	123MUS
	Padre António Macedo – Santo André	153MUS
	Poeta António Aleixo - Portimão	167MUS
Q	S. Sebastião - Mértola	426MUS

ANEXO 2 – Questionário «Perfil do Museu Escolar»

QUESTIONÁRIO
«Perfil do Museu Escolar»

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

Nome _____

Endereço postal _____

Endereço electrónico _____

Sítio na Web _____

Telefone _____ Fax _____

Tipologia da Escola (Assinale com uma cruz)

Secundária

Secundária+3º Ciclo

Profissional

1. MUSEU ESCOLAR – Projecto Inicial

1.1 Data de criação/ início da actividade

1.2 Autor(es) da ideia de criação do museu: (Assinale com uma cruz)

a) Conselho Executivo

b) Professor(es)

c) Professor(es) + Alunos

d) Alunos

e) Funcionários

f)

Grupo(s) Disciplinar(es)

1.3 Motivo inicial: (Assinale com uma cruz)

a) Decorrente de um Projecto Pedagógico

b) Decorrente do Projecto Educativo

c) Herança/ Doação de objectos

d) Colecção de objectos/documentos existente

e)

1.4 Temática inicial: (Assinale com uma cruz)

a) Património Cultural Local Tipo

b) Património Escolar Tipo

c)

1.5 Teve apoios para a sua criação: (Assinale com uma cruz)

a) Não

b) Sim

1.5.1 Se sim, de que tipo: (Assinale com uma cruz)

a) Público { Económico
Material
Científico

b) Privado { Económico
Material
Científico

2. MUSEU ESCOLAR – Conceção, Gestão e Organização

2.1 Tem o Projecto/Programa Museológico definido? (Assinale com uma cruz)

a) Não

b) Sim

2.1.1 Se sim, elaborado por: (Assinale com uma cruz)

a) Conselho Executivo

b) Professor(es) Grupo(s) Disciplinar(es)

c) Professor(es) + Alunos

d) Alunos

e) Professor(es) + Funcionários

f)

2.1.2 Se sim, pode ser consultado? (Assinale com uma cruz)

a) Não

b) Sim Onde?

2.2 Missão definida? (Assinale com uma cruz)

a) Não

b) Sim Qual?

2.2.1 Se sim, quem definiu? (Assinale com uma cruz)

a) Conselho Executivo

b) Professor(es) Grupo(s) Disciplinar(es)

c) Professor(es) + Alunos

d) Alunos

e) Professor(es) + Funcionários

f)

2.2 A missão é do conhecimento da comunidade escolar? (Assinale com uma cruz)

a) Não

b) Sim

2.2.1 A missão integra-se no Projecto Educativo da Escola? (Assinale com uma cruz)

- a) Não
- b) Sim Se sim, de que forma?

2.2.2 A missão é integrada no Projecto Curricular da Escola? (Assinale com uma cruz)

- a) Não
- b) Sim Se sim, de que forma?

2.3 Tem um regulamento? (Assinale com uma cruz)

- a) Não
- b) Sim

2.4 Em relação à orgânica, tem sectores definidos? (Assinale com uma cruz)

- a) Não
- b) Sim

2.4.1 Se sim, quais? (Assinale com uma cruz)

- a) Administração/ Coordenação
- b) Preservação
- c) Investigação/ Pesquisa
- d) Conservação
- e) Comunicação/ Programação Visual
- f) Registo/ Arquivo/ Documentação

g)

2.5 Quem coordena o Museu Escolar? (Assinale com uma cruz)

- a) Conselho Executivo
- b) Professor(es)
- c) Professor(es) + Alunos
- d) Alunos
- e) Professor(es) + Funcionários

Grupo(s) Disciplinar(es)

f)

2.6 Tipo de gestão? (Assinale com uma cruz)

- a) Participativa
- b) Partilhada
- c) Centralizada
- d) Comunitária

e) Em equipa

f) Em parceria

2.6.1 Quem são os intervenientes na gestão? (Assinale com uma cruz)

a) Conselho Executivo

b) Professor(es) Grupo(s) Disciplinar(es)

c) Professor(es) + Alunos

d) Alunos

e) Professor(es) + Funcionários

f)

3. MUSEU ESCOLAR – Acervo(s): Coleções/ Objectos/ Documentos

3.1 Possui acervo(s): colecções/ Objectos/ Documentos? (Assinale com uma cruz)

a) Não

b) Sim

3.1.1 Se sim, de que tipo?

3.1.1 Se sim, tipo de exposição? (Assinale com uma cruz)

a) Permanente Localização(ões)?

b) Temporária Localização(ões)?

4. MUSEU ESCOLAR – Recursos

4.1 Recursos humanos - professores: (Assinale com uma cruz)

a) Suficientes

b) Insuficientes Motivo(s)?

4.1.1 Têm formação na área da museologia? (Assinale com uma cruz)

a) Não Se não, querem ter?

Não Sim de que tipo?

- Formação Contínua para Professores
- Pós-graduação
- Mestrado
- Doutoramento

b) Sim Se sim, de que tipo?

- Formação Contínua para Professores
- Pós-graduação
- Mestrado
- Doutoramento

onde?

- Centro de Formação para Professores
- Universidade

-

4.1.2 Têm redução de horas de componente lectiva? (Assinale com uma cruz)

a) Não

b) Sim Se sim, quantas?

4.2 Recursos humanos - alunos: (Assinale com uma cruz)

a) Suficientes

b) Insuficientes Motivo(s)?

4.3 Recursos materiais/logísticos: (Assinale com uma cruz)

a) Suficientes

b) Insuficientes

4.3.1 Se insuficientes, quais o(s) motivo(s)? (Assinale com uma cruz)

a) Espaço

b) Económicos

c) Acervo/colecções/objectos

d) Recursos humanos

e)

5. MUSEU ESCOLAR – Funcionamento

5.1 Como processa a comunicação? (Assinale com uma cruz)

- a) Através da exposição permanente
- b) Através de exposições temporárias
- c) Na produção de materiais pedagógico-didáticos
- d) Na produção de materiais lúdicos
- e) Na produção de textos/ documentos audiovisuais
- f) Na realização de projectos (interdisciplinares, extra-curriculares, etc)
- g) Página na Internet

h)

5.1 Como processa a conservação? (Assinale com uma cruz)

- a) Não realiza
- b) Realiza pontualmente
- c) Realiza sempre

5.1.1 Se não, porquê?

5.1.2 Se sim, como?

5.2 Como processa a preservação? (Assinale com uma cruz)

- a) Não realiza
- b) Realiza pontualmente
- c) Realiza sempre

5.2.1 Se não, porquê?

5.3 Como processa o registo/documentação? (Assinale com uma cruz)

- a) Não tem
 - b) Está incompleto/ Está em construção
 - c) Tem em suporte de papel
 - d) Tem em suporte informático
- } Motivo(s):

5.4 Como processa a investigação/pesquisa? (Assinale com uma cruz)

- a) Não realiza
- b) Realiza pontualmente
- c) Realiza sempre
- } Motivo(s):

5.5 Parcerias? (Assinale com uma cruz)

- a) Sim
- b) Não

5.5.1 Se sim, com quem?

- a) Entidades locais
- b) Entidades nacionais
- c) Escolas da região
- d) Escolas de outras zonas do país
- e) Escolas de outros países
- f) Museus escolares nacionais
- g) Museus escolares de outros países
- h) Museu(s) locais
- i) Museus nacionais
- j) Associações culturais locais
- k) Universidades, Faculdades, Institutos

l)

Especifique, sucintamente, como funciona a parceria.

5.5.2 Se não, quais o(s) motivo(s)? (Assinale com uma cruz)

- a) Nunca procurou
- b) Não é importante
- c) Não houve resposta às solicitações

d)

5.6 Apoios/ Patrocínios? (Assinale com uma cruz)

- a) Sim
- b) Não

5.6.1 Se sim, com quem?

- a) Entidades locais
- b) Entidades nacionais
- c) Empresas locais
- d) Empresas nacionais
- e) Associações locais
- f) Associações nacionais
- g) Universidades, Faculdades, Institutos

h)

5.6.2 Se sim, de que tipo? (Assinale com uma cruz)

- a) Económico
- b) Logístico
- c) Material

d)

5.6.3 Se não, quais o(s) motivo(s)? (Assinale com uma cruz)

- a) Nunca procuraram
- b) Nunca foi necessário
- c) Não houve resposta às solicitações

d)

5.7 Apoios Pedagógico/Científico? (Assinale com uma cruz)

- a) Sim
- b) Não

5.7.1 Se sim, com quem?

- a) Entidades locais
- b) Entidades nacionais
- c) Escolas da região
- d) Escolas de outras zonas do país
- e) Escolas de outros países
- f) Museus escolares nacionais
- g) Museus escolares de outros países
- h) Museu(s) locais
- i) Museus nacionais
- j) Associações culturais locais
- k) Universidades, Faculdades, Institutos

l)

5.7.2 Se não, quais o(s) motivo(s)? (Assinale com uma cruz)

- a) Nunca procuraram
- b) Nunca foi necessário
- c) Não houve resposta às solicitações

d)

6. MUSEU ESCOLAR – Actividades

6.1 As actividades estão centradas: (Assinale com uma cruz)

- a) Na aquisição de objectos/documentos
- b) Na construção de objectos museológicos
- c) No questionamento/reflexão de problemas actuais
- d) Em projectos pedagógicos

6.2 Aponte as actividades previstas/planeadas a curto prazo, médio e/ou longo prazo.

7. MUSEU ESCOLAR – Para quê?

7.1 Aponte 3 factores que justifiquem a existência/ finalidade do Museu Escolar na Escola.

8. MUSEU ESCOLAR – Porquê?

8.1 Aponte 3 factores que justifiquem a necessidade do Museu Escolar na Escola.

9. MUSEU ESCOLAR – Como?

9.1 Aponte 3 factores necessários para o funcionamento do Museu Escolar na Escola.

10. MUSEU ESCOLAR – Divulgação

10.1 Aponte 3 factores necessários para a divulgação do Museu Escolar.

10.2 Considera importante a promoção de um encontro nacional centrado neste tipo de museus?

a) Sim

b) Não

10.3 Considera importante a constituição de uma rede nacional de museus escolares?

c) Sim

d) Não

Deixe aqui o seu comentário.

Obrigada pela sua colaboração!

Identificação de quem preencheu o questionário:

Presidente do Conselho Executivo

Professor(a) responsável pelo Museu Escolar

Outro

Data ___/___/___

ANEXO 3 – Questionário «Museu Escolar – Importância da sua existência»

QUESTIONÁRIO

«Museu Escolar – Importância da sua existência»

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

Nome _____

Endereço postal _____

Endereço electrónico _____

Sítio na Web _____

Telefone _____ Fax _____

Tipologia da Escola (Assinale com uma cruz)

Secundária

Secundária+3º Ciclo

Profissional

1. MUSEU ESCOLAR – Situação actual (Assinale com uma cruz)

a) Abandono de Projecto/ Intenção anterior

Porquê?

b) Intenção de construção do ME

c) Planeamento/ Elaboração do projecto

d) Aguardando apoios Físicos Financeiros Científicos

e) Construção/ Aplicação do projecto

f) Outro

2. MUSEU ESCOLAR – O Quê?

2.1 Aponte 3 factores que possam caracterizar o Museu Escolar na Escola.

3 MUSEU ESCOLAR – Para quê?

3.1 Aponte 3 factores que justifiquem a existência/ finalidade do Museu Escolar na Escola.

4 MUSEU ESCOLAR – Porquê?

4.1 Aponte 3 factores que justifiquem a necessidade do Museu Escolar na Escola.

5 MUSEU ESCOLAR – Como?

5.1 Aponte 3 factores necessários para o funcionamento do Museu Escolar na Escola.

6.1 Aponte 3 factores necessários para a divulgação do Museu Escolar.

6.2 Considera importante a promoção de um encontro nacional centrado neste tipo de museus?

- a) Sim
b) Não

6.3 Considera importante a constituição de uma rede nacional de museus escolares?

- c) Sim
d) Não

Justifique a sua resposta

Deixe aqui o seu comentário sobre este tema.

Obrigada pela sua colaboração!

Identificação de quem preencheu o questionário:

Presidente do Conselho Executivo

Outro

Data ___/___/___

